



**Carlos João Silva
Lemos da Naia**

**O Sistema Contabilístico na Bulgária antes do
Regulamento 1606/2002**



**Carlos João Silva
Lemos da Naia**

**O Sistema Contabilístico na Bulgária antes do
Regulamento 1606/2002**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade – Ramo de Fiscalidade, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Sandra Maria Geraldês Alves, professora adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro.

Dedico este trabalho e “minha vida” à memória da minha avó Margarida e aos meus pais João Artur e Maria Odete e demais família, sem vocês eu não teria tido motivos para lutar e ter forças para continuar.

O júri

Presidente

Professora Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo
Professora Adjunta da Universidade de Aveiro

Vogal - Arguente principal

Professor Doutor Humberto Nuno Rito Ribeiro
Professor Adjunto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Bragança

Vogal - Orientadora

Professora Doutora Sandra Maria Geraldês Alves
Professora Adjunta da Universidade de Aveiro

agradecimentos

O desenvolvimento deste trabalho deve-se, em muito, à supervisão da Professora Doutora Sandra Maria Geraldês Alves, que, não só deu a sua orientação científica, como foi acompanhando a elaboração da dissertação.

De seguida, gostaria de agradecer à Doutora Lidiya Petrova Ateva, *Head of Accounting Practice Department* do Ministério das Finanças da República da Bulgária, à Doutora Margarita Borislavova Borisova, *Chief Expert in Accounting Practice Department* do Ministério das Finanças da República da Bulgária, ao Doutor Yoseph Asmelash da *UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development*, ao Senhor Luc Cardinal *Senior Financial Management Specialist* do *World Bank – Centre for Financial Reporting Reform*, ao Mestre e CPA Dimitar Markov Bazlyankov da DFK ANDA Consulting Ltd, à Professora Doutora Ninel Nesheva-Kiosseva da *New Bulgarian University* pela cedência de bibliografia indispensável para a realização deste trabalho, e à Senhora Jordana do Nascimento, tradutora da Embaixada da República da Bulgária na República de Portugal. Por fim, um especial agradecimento aos meus pais (João Artur e Maria Odete) pela interminável ajuda ao longo destes anos e em especial à minha avó Margarida Marques de Lemos e demais família.

palavras-chave

Demonstrações financeiras, *International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards* (IAS/IFRS), Normas Contabilísticas Nacionais, entidades búlgaras, União Europeia, Bulgária, Regulamento (CE) n.º 1606/2002, justo valor.

resumo

O objetivo desta dissertação de mestrado consiste em caracterizar o sistema de normalização contabilística da República da Bulgária, aplicado às empresas, exceto às empresas de seguros e às instituições financeiras, antes da entrada em vigor do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho.

Este trabalho é composto essencialmente por duas partes:

Na primeira parte efetua-se uma breve contextualização histórico-jurídico da contabilidade, nomeadamente: o enquadramento histórico da contabilidade búlgara, os objetivos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, a implementação do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho na contabilidade búlgara – sua evolução, as Normas de Contabilidade Nacionais, abordagem da legislação contabilística búlgara, breves referências ao Plano de Contabilidade Nacional e ao Plano de Contas, à organização da profissão da contabilidade, à forma jurídica das empresas, ao relatório de gestão, e à publicidade das contas.

A segunda parte trata de temas contabilísticos específicos, nomeadamente: apresentação de demonstrações financeiras, consolidação de contas, princípios contabilísticos geralmente aceites, critérios de valorimetria, *goodwill*, transações em moeda estrangeira, ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis, investigação e desenvolvimento, inventários, locações, impostos diferidos, pensões e acontecimentos após a data do balanço.

O trabalho termina com a apresentação do resumo e das conclusões.

keywords

Financial statements, International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards (IAS/IFRS), Accounting Standards National, entities Bulgarian, European Union, Bulgaria, Regulation (EC) n.º 1606/2002, fair value.

abstract

The goal of this dissertation is to characterize the system of accounting standards of the Republic of Bulgaria, applied to the companies, except to insurance companies and financial institutions, before the entry into force of Regulation (EC) n.º 1606/2002, of the European Parliament and Council, of July 19.

This work consists essentially of two parts:

The first part makes a brief historical and legal context of accounting, namely: the historical development of Bulgarian accounting, the objectives of Regulation (EC) n.º 1606/2002, of European Parliament and Council, the implementation of the adoption of Regulation (EC) n.º 1606/2002, of the European Parliament and Council in Bulgarian accounting - evolution, the National Accounting Standards, approach the Bulgarian accounting legislation, brief references to the National Accounting Plan and the Chart of Accounts. The organization of the accounting profession, the legal form enterprises, the management report, and publication accounts, were also analysed.

The second part deals with specific accounting issues, including: presentation of financial statements, consolidation of accounts, generally accepted accounting principles, valuation criteria, goodwill, foreign currency transactions, tangible fixed assets, intangible assets, research and development, inventories, leases, deferred taxes, pensions and events after the balance sheet date.

The work ends with the presentation of summary and conclusions.

ABREVIATURAS

E SIGLAS UTILIZADAS

Abreviaturas e siglas utilizadas

A&A ROSC – *Accounting and Auditing Report on the Observance of Standards and Codes*

ACIB – Associação de Capital Industrial Búlgara

AD – *Aktsionerno Druzhestvo* (Sociedade anónima)

AE/GC – Associação dos Escritórios/Gabinetes de Contabilidade

AIB – Associação Industrial Búlgara

Amend. – *Amended*

APEC – Associação Profissional das Empresas de Contabilidade

BGN (levs) – *Bulgarian Lev* ou novo Leva (indexado ao EUR a 1.95583)

BNB – Banco Nacional da Bulgária

CCIB – Câmara de Comércio e Indústria Búlgara

CE – Comunidade Europeia

Cfr. – Conforme

CMP – Custo médio ponderado

CNC – Conselho Nacional de Contabilidade

CPA – *Certified Public Accounts*

DF – Demonstrações financeiras

ET – *Ednolichen Tŭrgovets* (Estabelecimento individual de responsabilidade limitada)

EUR – Euro

FIFO – *First in first out*

I&D – Investigação e Desenvolvimento

IAPCB – Instituto dos Auditores Públicos Certificados na Bulgária

IAS – *International Accounting Standards*

IASB – *International Accounting Standards Board*

ICPB – Instituto dos Contabilistas Profissionais na Bulgária

IFAC – *International Federation of Accountants*

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

KD – *Komanditno Druzhestvo* (Sociedade limitada)

KDA – *Komanditno Druzhestvo s Aktsii* (Sociedade comandita por ações)

LAFI – Lei da Auditoria Financeira Independente

LCIT – *Law on Corporate Income Tax*

LIFO – *Last in first out*

n.º(s) – Número(s)

NCN – Normas de Contabilidade Nacional

NIC – Normas Internacionais de Contabilidade

NIRF – Normas Internacionais de Relato Financeiro

NIRFPME – Normas Internacionais de Relato Financeiro para as Pequenas e Médias Empresas

NNRFPME – Normas Nacionais de Relato Financeiro para as Pequenas e Médias Empresas

NSSI – *National Social Security Institute*

OOD – *Druzhestvo s Ogranichena Otgovornost* (Sociedade de responsabilidade limitada)

p. – Página

PAYG – *Pay-As-You-Go*

PC – Plano de Contas

PCGA – Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites

PCN – Plano de Contabilidade Nacional

PME – Pequenas e Médias Empresas

pp. – Página(s)

Rev. – *Revoked*

SC – Sindicato dos Contabilistas

SD – *Sabiratelno Druzhestvo* (Sociedade em nome coletivo)

SG – *State Gazette*

SIC-IFRIC – *Standings Interpretations Committee-International Financial Reporting Interpretations Committee*

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

UE – União Europeia

UNCTAD – *United Nations Conference on Trade and Development*

Vol. – Volume

ÍNDICE

ÍNDICE

ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS	IX
INTRODUÇÃO	17
INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO N.º 1 - BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E JURÍDICO DO SISTEMA CONTABILÍSTICO DA BULGÁRIA.....	25
1.1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO.....	25
1.1.1. Considerações gerais.....	25
1.1.2. O desenvolvimento contabilístico búlgaro durante o período de 1850 até ao início dos anos 50 do século passado	26
1.1.3. O desenvolvimento contabilístico búlgaro desde o início dos anos 50 do século passado até finais dos anos 80 do século passado	27
1.1.4. O desenvolvimento contabilístico búlgaro desde o início dos anos 90 do século passado até aos nossos dias.....	28
1.2. A ORGANIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO CONTABILÍSTICA	28
1.3. AS NORMAS DE CONTABILIDADE NACIONAIS.....	29
1.4. PLANO DE CONTABILIDADE NACIONAL.....	33
1.5. PLANO DE CONTAS.....	33
1.6. APLICAÇÃO DO REGULAMENTO (CE) N.º 1606/2002 NA BULGÁRIA.....	34
1.6.1. Os objetivos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002	34
1.6.2. Implementação do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho no sistema contabilístico búlgaro – sua evolução	34
1.7. A ORGANIZAÇÃO DA PROFISSÃO	38
1.7.1. A profissão da contabilidade.....	38
1.7.2. A profissão de auditoria.....	40
1.7.3. O Conselho Nacional de Contabilidade	41
1.7.4. Contabilista.....	42
1.8. A FORMA JURÍDICA DAS EMPRESAS.....	42
1.8.1. General partnership (Sociedade em nome coletivo)	44
1.8.2. Limited partnership (Sociedade limitada)	44
1.8.3. Limited liability company (Sociedade de responsabilidade limitada).....	44
1.8.4. Joint-stock company (Sociedade anónima)	45
1.8.5. Partnership limited by shares (Sociedade comandita por ações)	45
1.8.6. Sole traders – individual (Estabelecimento individual de responsabilidade limitada).....	46

1.9.	O RELATÓRIO DE GESTÃO.....	46
1.9.1.	Nas contas individuais.....	46
1.9.2.	Nas contas consolidadas	47
1.10.	PUBLICIDADE DAS CONTAS.....	47
CAPÍTULO N.º 2 – APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		49
2.1.	INTRODUÇÃO	49
2.2.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO BÚLGARA.....	49
2.3.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS NORMAS CONTABILÍSTICAS NACIONAIS	54
2.4.	BALANÇO.....	55
2.5.	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	56
2.6.	DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	56
2.7.	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	57
2.8.	ANEXO	58
CAPÍTULO N.º 3 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS.....		61
3.1.	INTRODUÇÃO	61
3.2.	PRINCÍPIOS DE ELABORAÇÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS DE ACORDO COM AS NORMAS NACIONAIS	61
3.2.1.	Conceitos.....	61
3.2.2.	O processo de consolidação de contas	62
3.2.3.	Procedimentos de consolidação.....	65
3.2.4.	Métodos de consolidação	66
3.2.5.	Demonstrações financeiras do investidor.....	68
CAPÍTULO N.º 4 - OS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS GERALMENTE ACEITES.....		71
4.1.	INTRODUÇÃO	71
4.2.	OS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS GERALMENTE ACEITES.....	71
CAPÍTULO N.º 5 - CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA		74
5.1.	INTRODUÇÃO	74
5.2.	A MENSURAÇÃO DOS ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	75
5.3.	OS CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA DE ACORDO COM A LEI DA CONTABILIDADE (2002) E AS NORMAS CONTABILÍSTICAS NACIONAIS	75
CAPÍTULO N.º 6 - GOODWILL.....		79
6.1.	INTRODUÇÃO	79

6.2.	CONCEITOS	79
6.3.	MÉTODOS DE CONTABILIZAÇÃO DAS CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS..	80
6.4.	GOODWILL PROVENIENTE DA AQUISIÇÃO.....	81
6.4.1.	Reconhecimento e mensuração.....	81
6.4.2.	Amortização do goodwill	82
6.4.3.	Imparidade do goodwill	82
6.5.	GOODWILL NEGATIVO QUE SURGE NA AQUISIÇÃO	84
6.5.1.	Reconhecimento e mensuração.....	84
CAPÍTULO N.º 7 – TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA		88
7.1.	INTRODUÇÃO	88
7.2.	TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DAS OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA.....	88
7.2.1.	Conceitos.....	88
7.2.2.	Reconhecimento e mensuração das operações em moeda estrangeira .	90
CAPÍTULO N.º 8 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		94
8.1.	INTRODUÇÃO	94
8.2.	TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DE ACORDO COM AS NORMAS NACIONAIS	94
8.2.1.	Conceitos.....	94
8.2.2.	Mensuração	95
8.2.3.	Troca de ativos	96
8.2.4.	Custos subsequentes.....	97
8.2.5.	Mensuração subsequente ao reconhecimento inicial	97
8.2.6.	Depreciação.....	98
8.2.7.	Imparidade	99
8.2.8.	Desreconhecimento.....	100
CAPÍTULO N.º 9 - ATIVOS INTANGÍVEIS		102
9.1.	INTRODUÇÃO	102
9.2.	TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DE ACORDO COM AS NORMAS NACIONAIS	103
9.2.1.	Conceitos.....	103
9.2.2.	Reconhecimento e mensuração.....	103
9.2.3.	Aquisição de ativos intangíveis numa concentração de atividades empresariais.....	104
9.2.4.	Troca de ativos	104
9.2.5.	Bens recebidos por doação	105

9.2.6. Contribuições em espécie para a realização das entradas de capital	105
9.2.7. Goodwill gerado internamente.....	105
9.2.8. Ativos intangíveis gerados internamente	105
9.2.9. Mensuração subsequente ao reconhecimento inicial	105
9.2.10. Amortização e perdas por imparidade	106
9.2.11. Desreconhecimento.....	107
CAPÍTULO N.º 10 - DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ..	109
10.1. INTRODUÇÃO	109
10.2. TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DAS DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ACORDO COM AS NORMAS NACIONAIS	109
10.2.1. Investigação.....	109
10.2.2. Desenvolvimento.....	110
CAPÍTULO N.º 11 - INVENTÁRIOS	113
11.1. INTRODUÇÃO	113
11.2. TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DOS INVENTÁRIOS DE ACORDO COM AS NORMAS NACIONAIS	113
11.2.1. Custo dos inventários	113
11.2.2. Custos de compra	113
11.2.3. Custos de conversão.....	114
11.2.4. Outros custos.....	114
11.2.5. Custos de inventários de um prestador de serviços.....	114
11.2.6. Reconhecimento como um gasto	115
11.2.7. Fórmulas de custeio	115
11.2.8. Mensuração subsequente.....	115
CAPÍTULO N.º 12 - LOCAÇÕES	118
12.1. INTRODUÇÃO	118
12.2. TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DAS LOCAÇÕES DE ACORDO COM AS NORMAS NACIONAIS 118	
12.2.1. Conceitos.....	118
12.2.2. Classificação de locações	119
12.2.3. Contabilização das locações financeiras e das locações operacionais 120	
12.2.4. Transações de venda e relocação	122
CAPÍTULO N.º 13 - IMPOSTOS DIFERIDOS	124
13.1. INTRODUÇÃO	124

13.2. TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DOS IMPOSTOS DIFERIDOS DE ACORDO COM AS NORMAS NACIONAIS	125
13.2.1. Conceitos.....	125
13.2.2. Aplicação da NCN 12.....	126
13.2.3. Reconhecimento de passivos e de ativos por impostos correntes	126
13.2.4. Reconhecimento de passivos e de ativos por impostos diferidos	127
13.2.5. Mensuração	127
CAPÍTULO N.º 14 - PENSÕES	130
14.1. INTRODUÇÃO	130
14.2. TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DAS PENSÕES DE ACORDO COM AS NORMAS NACIONAIS	131
14.2.1. Conceitos.....	131
14.2.2. Reconhecimento e mensuração	133
CAPÍTULO N.º 15 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	139
15.1. INTRODUÇÃO	139
15.2. TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DOS ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO DE ACORDO COM AS NORMAS NACIONAIS	139
15.2.1. Conceitos.....	139
15.2.2. Reconhecimento e mensuração	140
RESUMO E CONCLUSÕES	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153
ANEXOS	152

*“De tudo ficaram três coisas: a certeza de que estava sempre começando,
a certeza de que era preciso continuar e a certeza de que seria
interrompido antes de terminar. Fazer da interrupção um caminho novo,
fazer da queda, um passo de dança, do medo, uma escada, do sonho,
uma ponte, da procura um encontro.”*

Fernando Pessoa

Introdução

Até 1990, a União Europeia (UE) tinha por objetivo harmonizar a legislação dos diferentes Estados-Membros. Neste sentido, a UE procurou melhorar a comparabilidade das demonstrações financeiras (DF) e os instrumentos jurídicos utilizados, servindo-se para tal de Diretivas e Regulamentos¹.

Pretendeu-se assim, não só contribuir para a proteção dos interesses dos acionistas/sócios e de terceiros, como também assegurar a comparabilidade e equivalência da informação financeira divulgada.

Estas diretivas foram transpostas para o direito interno de cada Estado-Membro, adaptando-as à sua cultura e práticas contabilísticas.

O resultado desta harmonização ficou muito aquém das expetativas, porque cada Estado-Membro aplicava à sua maneira as disposições das diretivas, pelo que a pretendida comparabilidade estava em causa.

Além disso, estas diretivas não tratavam de assuntos complexos da contabilidade e evidenciavam um desfasamento face às necessidades das entidades, quer em termos contabilísticos, quer de relato financeiro.

Numa segunda etapa, de 1990 a 1995, a UE fez uma paragem na sua atividade normativa, para reflexão sobre o grau de comparabilidade que atingiu com a emissão das diretivas, deu-se início a uma terceira etapa, adotando uma nova estratégia designada de “Harmonização Contabilística: uma nova estratégia na direção da harmonização internacional”.

¹ De destacar as IV e VII Diretivas:

“A primeira, que estabelece os requisitos em matéria de elaboração das contas anuais individuais, com o objetivo de coordenar a estrutura e o conteúdo das contas anuais, do relatório de gestão, os métodos de valorimetria e a divulgação dos documentos.

A segunda, que define os requisitos quanto à elaboração das contas consolidadas, que pretende atingir os mesmos objetivos da primeira, mas relativamente às contas de grupos de empresas, empresas associadas e multigrupo.” (Cunha, 2009, p. X).

Esta consistia em compatibilizar, para as contas consolidadas, as normas comunitárias e as normas de cada país, em particular, com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC). Ou seja, tomar como base de referência as soluções do *International Accounting Standards Board* (IASB), com vista a assegurar que, deste modo, as DF emitidas por empresas da UE sejam comparáveis e possam ser aceites, sem modificações, em outras áreas ou países.

Em 19 de julho de 2002 foi aprovado o Regulamento² (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à aplicação das NIC. O artigo 1.º do referido Regulamento define que o mesmo tem como objetivo a adoção e a utilização das Normas Internacionais de Contabilidade³ na UE visando harmonizar a informação financeira elaborada pelas sociedades. Nesta perspetiva, o artigo 4.º impõe que as sociedades regidas pela legislação de um qualquer Estado-Membro passem a elaborar as suas contas consolidadas, com início em, ou após, janeiro de 2005, de acordo com as NIC/IFRS se à data do balanço e contas, os seus valores mobiliários estiverem admitidos à negociação num mercado regulamentado da UE.

As restantes, ou seja, as não abrangidas pelo artigo 4.º, enquadram-se no disposto no artigo 5.º o qual transferiu para os Estados-Membros a capacidade de decisão sobre as mesmas.

A República da Bulgária formalizou a candidatura à UE em 14 de dezembro de 1995, durante a Cimeira de Madrid, sob a Presidência Espanhola.

Em finais de 2001, com vista à adesão da Bulgária à UE, foi efetuada uma reforma minuciosa na Lei da Contabilidade, tendo a mesma entrado em vigor a 01 de janeiro de 2002.

O processo de harmonização da legislação búlgara com a legislação da UE começou à vários anos e ainda continua. Deste modo, foram acordados alguns períodos de transição para a adoção e aplicação de alguns atos legislativos da UE.

² Publicado em 11 de setembro de 2002 no Jornal Oficial das Comunidades Europeias.

³ De acordo com o artigo 2.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 entende-se por «Normas Internacionais de Contabilidade» as *International Accounting Standards* - IAS (Normas Internacionais de Contabilidade), as *International Financial Reporting Standards* - IFRS (Normas Internacionais de Relato Financeiro - NIRF) e as *Standings Interpretations Committee-International Financial Reporting Interpretation Committee* - SIC-IFRIC (Interpretações conexas - Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade-Interpretações das Normas Internacionais de Relato Financeiro). Serão de considerar, ainda, as alterações subsequentes a essas normas e interpretações conexas e as futuras normas e interpretações emitidas, ou adaptadas, pelo IASB.

Em 2003, adotaram-se as IFRS (chamadas de IAS durante este período), foram criadas as Normas Nacionais de Relato Financeiro para as Pequenas e Médias Empresas (NNRFPME), foi adotada a Lei da Auditoria Financeira Independente (LAFI) (2003), designada de “Lei da Auditoria”, e o Plano de Contas (PC) foi revogado.

A Bulgária tornou-se um Estado-Membro da UE em 01 de janeiro de 2007, e teve que incorporar a legislação comunitária no seu ordenamento jurídico nacional – entre outras, o Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002 sobre a aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade (CE n.º 1606/2002).

A Lei da Contabilidade⁴ foi reposta após a entrada da Bulgária numa economia de mercado.

Desde sempre, que a Bulgária manifestou a intenção de ser incluída no processo de harmonização contabilística, através do desenvolvimento das suas leis nacionais, em conformidade com o progresso da prática contabilística internacional.

Com as alterações introduzidas à Lei da Contabilidade, adotaram-se as NIC para aplicação direta neste país. A razão da sua adoção ficou a dever-se entre outras ao facto de:

- no final dos anos 90 do século passado (mais concretamente, em finais do ano de 1997), muitas empresas estrangeiras que operavam na Bulgária, exigiam que a informação financeira fosse prestada em conformidade com as NIC e não de acordo com as diretivas europeias;
- com a privatização de muitas empresas búlgaras, ocorreu uma alteração substancial na estrutura da propriedade, levando ao consequente aumento do interesse dos investidores pela informação financeira prestada pelas empresas. Em primeiro lugar foram estabelecidos os fundos de privatização, sendo registados mais tarde como *holdings*, funcionando como empresas de investimento;
- o mercado de capitais da Bulgária surgiu e começou a desenvolver-se (embora de uma forma muito fraca). As respetivas regras que regulam as suas operações foram adotadas.

⁴ Aprovada em 03 de janeiro de 1991, pelo Parlamento búlgaro, a qual entrou em vigor em 01 de abril de 1991.

Estas Normas são utilizadas atualmente para a elaboração das DF de todas as empresas europeias cujos títulos são negociados em bolsa.

Como se referiu anteriormente, as IAS foram adotadas na Bulgária, através da Lei da Contabilidade. A partir de 01 de janeiro de 2005, as Normas de Contabilidade Nacionais (NCN) foram revogadas, e na Bulgária adotaram-se as NIC.

Deste modo, tanto a Lei da Contabilidade como o Plano de Contabilidade Nacional (PCN) estavam de acordo com as exigências das normas internacionais e das diretivas da UE.

Na Bulgária foram assim criadas condições para a plena aplicação dos Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites (PCGA), análogos aos já aplicados nos países com economias de mercado mais desenvolvidas.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo a caracterização do sistema de normalização contabilística da Bulgária, antes da aprovação do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho.

Este estudo justifica-se pela pertinência atual no âmbito da reforma da contabilidade ao nível europeu – tendo em vista a harmonização da contabilidade na UE, para o conhecimento do sistema de normalização contabilística da Bulgária, para uma eventual comparação do sistema de normalização contabilística da Bulgária com outros países da UE, e para o desenvolvimento da disciplina de “Contabilidade Internacional”.

O trabalho que desenvolvemos compreende, para além da introdução, quinze capítulos.

Assim, no primeiro capítulo, efetua-se o enquadramento histórico da contabilidade, a organização da legislação contabilística, as Normas de Contabilidade Nacionais, o Plano de Contabilidade Nacional, o Plano de Contas, a aplicação do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, na Bulgária, a organização da profissão, a forma jurídica das empresas, o relatório de gestão, e a publicidade das contas.

No segundo capítulo, trata-se da apresentação de DF de acordo com as disposições da Lei da Contabilidade (2002), bem como da NCN 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras.

No terceiro capítulo, efetua-se uma referência à consolidação de contas de acordo com a NCN 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Contabilização de Investimentos em Subsidiárias, nomeadamente os conceitos, o processo de consolidação

de contas, os procedimentos de consolidação, os métodos de consolidação, e a contabilização do investimento numa associada nas DF de um investidor, de acordo com a NCN 28 – Contabilização de Investimentos em Associadas.

No quarto capítulo, apresentam-se os PCGA na contabilidade búlgara de acordo com a Lei da Contabilidade (2002).

No quinto capítulo, debruçamo-nos sobre os critérios de valorimetria aplicados aos itens do balanço de acordo com o sistema contabilístico búlgaro.

No sexto capítulo, apresenta-se o conceito do *goodwill*, de acordo com a NCN 22 – Concentrações de Atividades Empresariais, os métodos de contabilização, o reconhecimento e mensuração, a amortização e a imparidade do *goodwill*.

No sétimo capítulo, apresenta-se o tratamento contabilístico do reconhecimento e mensuração das operações realizadas em moeda estrangeira.

No oitavo capítulo, faz-se uma referência ao tratamento contabilístico dos ativos fixos tangíveis, nomeadamente os conceitos a eles associados, a sua mensuração, a troca de ativos, os custos subsequentes, a mensuração subsequente ao reconhecimento inicial, a depreciação, a imparidade e o seu desreconhecimento.

No capítulo nove, abordamos o tratamento contabilístico dos ativos intangíveis, nomeadamente os conceitos a eles associados, o reconhecimento e mensuração, a aquisição de ativos intangíveis numa concentração de atividades empresariais, a troca de ativos, os bens recebidos por doação, as contribuições em espécie para a realização das entradas de capital, o *goodwill* gerado internamente, os ativos intangíveis gerados internamente – reconhecimento imediato como um gasto, a mensuração subsequente ao reconhecimento inicial, a amortização e perdas por imparidade e o seu desreconhecimento.

No capítulo décimo, trata-se da contabilização das despesas de investigação e desenvolvimento.

No capítulo onze, apresenta-se o tratamento contabilístico dos inventários.

No capítulo doze, trata-se da contabilização das locações financeiras e operacionais, tanto no lado do locador como no lado do locatário, bem como as transações de venda e relocação.

No capítulo treze, apresentam-se os impostos diferidos, nomeadamente os conceitos, a aplicação da norma da contabilidade relacionada com os impostos

diferidos, o reconhecimento de passivos e de ativos por impostos correntes, o reconhecimento de passivos e de ativos por impostos diferidos e a mensuração.

No capítulo catorze, trata-se da contabilização das pensões, nomeadamente os conceitos a eles associados, o reconhecimento e mensuração dos benefícios a curto-prazo, os benefícios de cessação de emprego (*términus*), os benefícios de remuneração em capital próprio, os planos de contribuição definida, os planos de benefícios definidos, os planos multiempregador, os planos estatais e os planos de seguros.

No capítulo quinze, trata-se da contabilização dos acontecimentos após a data do balanço, nomeadamente os conceitos a eles associados, o reconhecimento e mensuração dos acontecimentos após a data do balanço que dão lugar a ajustamentos e os que não dão lugar a ajustamentos.

Finalmente, são apresentados o resumo e conclusões.

CAPÍTULO N.º 1
BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO
E JURÍDICO DO SISTEMA
CONTABILÍSTICO DA BULGÁRIA

Capítulo n.º 1 - Breve enquadramento histórico e jurídico do sistema contabilístico da Bulgária

1.1. Enquadramento histórico

1.1.1. Considerações gerais

A necessidade de harmonização contabilística nasce da constatação de que as práticas contabilísticas variam de país para país, ou seja, da existência de diferentes sistemas contabilísticos.

Tais diferenças são influenciadas pelo meio envolvente, mas também por outras variáveis como o sistema legal e político, os fatores culturais, o clima social, a taxa de crescimento e o nível de desenvolvimento económico, o grau de internacionalização da economia, o grau de sofisticação da gestão empresarial e da comunidade financeira, as principais fontes de financiamento das empresas, a sua dimensão e complexidade, o nível de educação e investigação em contabilidade, o grau de interferência das normas fiscais e a velocidade com que surgem as inovações empresariais.

O desenvolvimento do sistema contabilístico búlgaro foi fortemente influenciado pelo sistema contabilístico alemão e pelo sistema bancário russo, destacando-se a constituição do banco central da Bulgária durante o período do “Império Russo” em 25 de janeiro de 1879, por Konstantin Buch - um dos contabilistas russos mais famosos.

Na Bulgária não existe um bom funcionamento do mercado de capitais, a informação financeira serve, em grande medida, para determinar o montante de impostos a pagar pela empresa e para efeitos estatísticos.

Devido à forte globalização da economia mundial, a Bulgária adotou uma série de princípios contabilísticos provenientes do «*Bloco Anglo-Saxónico*», embora tenha pertencido sempre ao «*Bloco Continental*». No entanto, a primeira versão da Lei da Contabilidade búlgara foi inspirada na legislação contabilística alemã.

1.1.2. O desenvolvimento contabilístico búlgaro durante o período de 1850 até ao início dos anos 50 do século passado

A Bulgária otomana abrange o período de domínio do Império Otomano na Bulgária. Depois de cair quase inteiramente sob o domínio otomano, no fim do século XIV, o estado búlgaro deixou de existir como uma entidade independente e permaneceu como parte do Império Otomano durante quase cinco séculos, até 1908 (embora independente *de facto* desde 1878, após o Congresso de Berlim⁵).

O primeiro livro de contabilidade publicado na Bulgária (*accounting services*) foi escrito pelos irmãos Hristo e Stoyan Karaminkov (participantes na revolução de libertação nacional ocorrida no século XIX), intitulado de “Diplografiya⁶ or how to keep the books”, publicado em 1850 em Constantinopla (atual Istambul).

A disciplina de contabilidade (*accounting services*) foi lecionada pela primeira vez na Bulgária na Escola de Comércio de Svishtov, em 1884.

A contabilidade búlgara é regulamentada por legislação desde o início de 1898, entrando em vigor aquando da promulgação da primeira Lei Comercial búlgara.

Nesta Lei, existia um capítulo intitulado de “Papel Comercial” que definia os requisitos essenciais a serem respeitados pelos comerciantes para a manutenção regular da contabilidade.

Somente em 22 de setembro de 1908, a Bulgária declarou oficialmente a independência, elevando o principado a Reino da Bulgária, e a contabilidade búlgara foi desenvolvida pela escola de contabilidade russa.

Segundo Trifon Trifonov⁷, até à Segunda Grande Guerra Mundial, o capitalismo búlgaro desenvolveu-se graças ao desenvolvimento da contabilidade industrial em plena conformidade com a escola de contabilidade europeia (principalmente da França e da Alemanha).

Após a vitória do socialismo na Bulgária em 1944, a contabilidade foi reorganizada, tendo por base o modelo socialista. Alguns países socialistas, como a Bulgária e a Roménia herdaram um nível muito baixo de contabilidade.

⁵ Pelo Congresso de Berlim foi estabelecido o Principado da Bulgária (uma entidade autónoma criada como um vassalo do Império Otomano).

⁶ *Diplografiya* = *dual accounting*.

⁷ Citada por Baldarelli e Kiosseva (2011, p. 4).

A primeira Lei da Contabilidade búlgara entrou em vigor no início de 1948, a qual durou dois anos.

No início de 1950, a Lei da Contabilidade foi revogada e a contabilidade foi regida por regulamentos administrativos, decretos, normas, regulamentos, e despachos do Conselho de Ministros.

Uma das obras publicadas mais importantes para a reorganização da contabilidade búlgara numa base socialista, foram os documentos governamentais que regularam o forte sistema contabilístico socialista. Os documentos mais significativos foram:

- o Decreto sobre o cálculo (1946); e
- a Lei da Contabilidade Financeira (1948).

1.1.3. O desenvolvimento contabilístico búlgaro desde o início dos anos 50 do século passado até finais dos anos 80 do século passado

No final dos anos 40 e início dos anos 50 do século passado, na Bulgária foram aprovadas novas relações sociais com base na propriedade estatal dos meios de produção.

Durante este período, o objetivo da informação financeira destinava-se principalmente para a elaboração de planos económicos e de previsões sobre o futuro desenvolvimento das empresas de diferentes setores de atividade e à monitorização das empresas públicas na economia nacional.

Em 1970, iniciou-se a fase de criação de um modelo comum de contabilidade socialista.

A informação financeira destinava-se ao “Estado Socialista”.

A importância da contabilidade numa economia planificada causou mudanças significativas na teoria da contabilidade, e na aplicação prática de diferentes métodos de contabilidade (unigrafia e a digrafia).

Em 1989, o líder do Partido Comunista Búlgaro⁸, que governou o país durante trinta e dois anos sob o regime autoritário caiu. Com isso, começou a mudança de uma economia centralmente planificada para uma economia de mercado.

⁸ Todor Hristov Zhivkov foi o Primeiro Secretário do Partido Comunista Búlgaro em 1954 e manteve-se nesta posição durante trinta e cinco anos, até 1989.

1.1.4. O desenvolvimento contabilístico búlgaro desde o início dos anos 90 do século passado até aos nossos dias

No início dos anos 90 do século passado, a Bulgária transitou de uma economia de comando para uma economia de mercado, recuperando o quadro jurídico da contabilidade búlgara.

Desta forma, surgiu assim a primeira versão da Lei da Contabilidade após a entrada numa economia de mercado, tendo em conta as práticas internacionais de contabilidade desenvolvidas nos países mais avançados da Europa e das NIC.

1.2. A organização da legislação contabilística

O sistema contabilístico búlgaro para o período compreendido entre 1991 até à aplicação do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, foi orientado principalmente pela Lei da Contabilidade e pelas NCN.

A primeira versão da Lei da Contabilidade foi publicada em Diário da República n.º 4, em 15 de janeiro de 1991, sofrendo várias alterações ao longo do tempo, nomeadamente em 1992, 1993, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 e em 2001. Esta primeira versão da Lei, tinha por objetivo:

- permitir às empresas desenvolverem e implementarem as políticas contabilísticas, as regras, e os procedimentos contabilísticos; e a
- apresentação de DF.

Desde 1998 até ao final de 2001, ocorreu uma mudança significativa na Lei da Contabilidade que visava uma harmonização de acordo com os requisitos das NIC, em vez dos requisitos das diretivas da UE.

De acordo com o § 1, do artigo 1.º da Lei da Contabilidade (2002), esta Lei regula:

1. os requisitos para a compreensão e fiabilidade dos sistemas contabilísticos das empresas;
2. o conteúdo, a elaboração, e a divulgação das DF anuais das empresas;

3. os requisitos necessários para a elaboração das DF anuais por parte dos preparadores da informação financeira.

A Lei da Contabilidade (2002)⁹ está estruturada da seguinte forma:

- Capítulo n.º 1 – Disposições gerais;
- Capítulo n.º 2 – Documentos contabilísticos e a forma de contabilização;
- Capítulo n.º 3 – Ativos, passivos, capital próprio, rédito (*revenue*) e gastos (*expenses*);
- Capítulo n.º 4 – Inventário;
- Capítulo n.º 5 – Demonstrações financeiras anuais (Secção 1 – Conteúdo das demonstrações financeiras anuais, Secção 2 – Preparadores das demonstrações financeiras anuais e Secção 3 – Publicidade das demonstrações financeiras anuais);
- Capítulo n.º 6 – Manutenção/Armazenamento da informação contabilística;
- Capítulo n.º 7 – Disposições penais administrativas;
- Disposições adicionais;
- Disposições finais e transitórias.

1.3. As Normas de Contabilidade Nacionais

Em 30 de dezembro de 1992 (UNCTAD, 1995), o Conselho de Ministros da República da Bulgária emitiu o Decreto n.º 276, que criou os novos regulamentos em matéria de contabilidade, entrando em vigor a partir de 01 de janeiro de 1993. O Decreto continha na primeira parte, as disposições gerais e na segunda parte era composto por dezoito Normas de Contabilidade Nacionais individuais.

⁹ Retificada e aprovada pela 39.ª Assembleia Nacional, em 02 de novembro de 2001. Esta Lei entrou em vigor em 01 de janeiro de 2002, a qual foi promulgada em Diário da República n.º 98, em 16 de novembro de 2001.

As Normas individuais eram as seguintes:

1. Políticas Contabilísticas;
2. Documentos Contabilísticos e Documentação das Transações Económicas;
3. Inventariação dos Ativos e Passivos de uma Empresa (*Stocktaking of the Assets and Liabilities of an Enterprise*);
4. Contabilização da Depreciação de Ativos Tangíveis não Correntes;
5. O Conteúdo das Informações das Demonstrações Financeiras Anuais;
6. Contabilização dos Custos de Produção e dos Custos de Aquisição;
7. Contabilização dos Itens Extraordinários;
8. Contabilização das Atividades de Investigação e Desenvolvimento;
9. Contabilização das Contingências e dos Acontecimentos após a Data do Balanço;
10. Contabilização dos Contratos de Construção;
11. Contabilização das Locações;
12. Reconhecimento do Rédito (*Revenue*);
13. Contabilização dos Subsídios;
14. Contabilização dos Efeitos das Taxas de Câmbio;
15. Contabilização de Investimentos;
16. Contabilização das Operações Bancárias;
17. Demonstrações Financeiras Consolidadas;
18. Demonstrações Financeiras num Ambiente Hiperinflacionário.

Em 11 de fevereiro de 1994, foi publicado o Decreto n.º 32, que veio criar seis normas de contabilidade adicionais, da NCN 19 até à NCN 24, as quais começaram a produzir efeitos a partir de 01 de janeiro de 1994. Estas Normas eram as seguintes:

19. Divulgação das Partes Relacionadas e Transações Entre Elas;
20. Relato Financeiro dos Empreendimentos Conjuntos e das Operações Conjuntamente Controladas;
21. Contabilização dos Fluxos de Caixa;
22. Demonstrações Financeiras das Empresas de Seguros;

23. Contabilização dos Custos para a Proteção do Ambiente;
24. Contabilização dos Impostos sobre o Rendimento.

Em 31 de março de 1994, o Conselho de Ministros emitiu o Decreto n.º 64, para a promulgação da NCN 25 – Contabilização do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

As últimas Normas individuais em vigor antes da aplicação do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 são as seguintes¹⁰:

- NCN 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras;
- NCN 2 – Inventários;
- NCN 3 – Apresentação de Demonstrações Financeiras das Seguradoras;
- NCN 4 – Contabilização da Depreciação;
- NCN 5 – Apresentação de Demonstrações Financeiras das Sociedades Especializadas de Investimentos (*Presentation of Financial Statements of Specialized Investment Companies*);
- NCN 6 – Gastos de Proteção do Meio Ambiente;
- NCN 7 – Demonstração de Fluxos de Caixa;
- NCN 8 – Resultados Líquidos do Período, Erros Fundamentais e Alterações nas Políticas Contabilísticas;
- NCN 9 – Apresentação de Demonstrações Financeiras das Entidades sem Fins Lucrativos;
- NCN 10 – Acontecimentos Ocorridos Após a Data das Demonstrações Financeiras Anuais;
- NCN 11 – Contratos de Construção;
- NCN 12 – Impostos sobre o Rendimento;
- NCN 13 - Relato Financeiro da Liquidação e Falência (*Reporting in Liquidation and Bankruptcy*);
- NCN 14 – Relato por Segmentos;

¹⁰ Estas Normas foram republicadas, tendo em consideração a publicação do Decreto n.º 65, de 25 de março de 1998, pelo Conselho de Ministros, promulgado em Diário da República n.º 36, de 31 de março de 1998 pela Assembleia Nacional – Suplemento ao Diário da República n.º 36, de 1998, e alteradas em Diário da República n.º 51, de 04 de junho de 1999.

- NCN 16 – Ativos Fixos Tangíveis;
- NCN 17 – Locações;
- NCN 18 – Rédito;
- NCN 19 – Benefícios dos Empregados;
- NCN 20 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo;
- NCN 21 – Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio;
- NCN 22 – Concentrações de Atividades Empresariais;
- NCN 24 – Divulgações de Partes Relacionadas;
- NCN 26 – Apresentação de Demonstrações Financeiras das Empresas de Seguros de Pensões e Fundos de Pensões;
- NCN 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Contabilização de Investimentos em Subsidiárias;
- NCN 28 – Contabilização de Investimentos em Associadas;
- NCN 29 – Apresentação de Demonstrações Financeiras em Economias Hiperinflacionárias;
- NCN 30 – Apresentação de Demonstrações Financeiras de Bancos;
- NCN 31 - Relato Financeiro de Interesses em Empreendimentos Conjuntos;
- NCN 32 – Instrumentos Financeiros;
- NCN 33 – Resultados por Ação;
- NCN 34 – Relato Financeiro Intercalar;
- NCN 35 – Operações Descontinuadas;
- NCN 36 – Imparidade de Ativos;
- NCN 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- NCN 38 – Ativos Intangíveis;
- NCN 40 – Propriedades de Investimento; e
- NCN 41 – Agricultura.

Os objetivos das NCN são:

1. elaboração de uma legislação contabilística nacional numa economia de mercado;
2. aplicação uniforme da adoção da terminologia internacional da contabilidade;
3. cumprimento das regras das IAS;
4. inclusão de novos itens na contabilidade;
5. uniformização do tratamento contabilístico de situações específicas não referenciadas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) da Bulgária, recorrendo de uma forma supletiva ao tratamento preconizado nas IAS;
6. legitimidade para motivar, desenvolver, e implementar as políticas contabilísticas adotadas pela gestão das empresas;
7. apresentação dos conceitos de capital e de manutenção de capital.

As NCN foram revogadas pelo § 1 das disposições finais do Decreto n.º 46, de 21 de março de 2005 que aprova as Normas Internacionais de Relato Financeiro para as Pequenas e Médias Empresas (NIRFPME) – Diário da República n.º 30, de 07 de abril de 2005, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2005.

1.4. Plano de Contabilidade Nacional

Segundo o *International Accounting and Reporting Issues: 1992 Review* (1993, p. 135), das Nações Unidas (*United Nations*) o Governo búlgaro aprovou o PCN, em 20 de fevereiro de 1992.

1.5. Plano de Contas

Em 01 de agosto de 1996 foi aprovado em Conselho de Ministros o Decreto n.º 192, para adoção do PC e das NCN.

Este PC foi criado com o objetivo de efetuar uma abordagem uniforme, para a organização e implementação da contabilidade nas empresas.

As empresas poderiam de uma forma independente, criar as suas próprias políticas contabilísticas, orientando-se pelas disposições definidas na Lei da Contabilidade, pelas NCN e pelo PC.

1.6. Aplicação do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 na Bulgária¹¹

1.6.1. Os objetivos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002

De acordo com o artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, este Regulamento visa assegurar o funcionamento eficiente do mercado de capitais da UE e do mercado interno, através de um processo de harmonização da informação financeira que mantenha assegurado um elevado grau de transparência e comparabilidade na informação financeira prestada pelas empresas.

Tendo em conta as disposições do artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, os objetivos deste Regulamento são:

- contribuir para o bom funcionamento dos mercados de capitais;
- proteção dos investidores e a manutenção da confiança nos mercados financeiros;
- reforçar a liberdade de circulação dos capitais.

1.6.2. Implementação do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho no sistema contabilístico búlgaro – sua evolução

A terceira etapa da reforma da Lei da Contabilidade búlgara iniciou-se em 2002, continuando até aos dias de hoje.

Com as alterações efetuadas às contas até ao final de 2001, as IAS foram adotadas para publicação direta neste país.

Desde o início de 2002, que a Bulgária adotou as novas regras da contabilidade que regem a aplicação das NIC. Como resultado, todas as NCN foram alinhadas com as IAS.

A partir de 2005, a elaboração e apresentação de DF das empresas são baseadas nas IAS, eliminando a obrigatoriedade do plano nacional.

¹¹ Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade.

Segundo a Lei da Contabilidade (2002), todas as entidades devem usar as IFRS, nomeadamente:

1. as empresas com valores cotados em bolsa, os bancos, as empresas de seguros, as sociedades de investimento, as sociedades de seguro social complementar e os fundos controlados por estas sociedades, devem preparar as DF individuais e consolidadas a partir de 01 de janeiro de 2003, com base nas IFRS aprovadas em Conselho de Ministros e não adotadas na UE (aplicação obrigatória);
2. todas as restantes empresas devem elaborar e apresentar as contas individuais e consolidadas a partir de 01 de janeiro de 2005, com base nas IFRS adotadas na UE (aplicação obrigatória);
3. é permitida a adoção antecipada (antes de 2005) das IFRS não adotadas na UE (aplicação facultativa) para as restantes empresas.

A partir de 2005, a Lei da Contabilidade (2002)¹² sofreu alterações, e passou a adotar a seguinte redação:

1. são utilizadas as IFRS adotadas na UE, competindo ao Ministro das Finanças organizar a tradução das mesmas;
2. as normas nacionais devem ser aplicadas pelas pequenas entidades. Estas normas devem estar em conformidade com os princípios gerais para a elaboração e apresentação dos relatórios financeiros, aprovadas pelo IASB, e tendo em consideração os atos específicos da UE e os atos nacionais.

Em 2007, a Lei da Contabilidade (2002) sofreu de novo alterações, e o § 1, subparágrafo 6 das disposições adicionais à Lei da Contabilidade (2002)¹³, refere que as “International Accounting Standards” são as NIC adotadas pela Comissão Europeia (CE) ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002¹⁴ para a aplicação das IAS.

¹² (amend. SG 96/04, *in force from January 1, 2005*).

¹³ Cfr. (amend. - SG 105/06, *in force from 01.01.2007*; amend. – SG 95/09, *in force from 01.01.2010*).

¹⁴ Os Regulamentos entram automaticamente em vigor em cada Estado-Membro não necessitando de ser transpostos através de ato legislativo específico, ao contrário do que acontece com as diretivas.

As “International Accounting Standards” incluem:

- as IAS – NIC;
- as IFRS – NIRF; e
- as SIC-IFRIC.

As IAS incluem também, as alterações posteriores a essas Normas e Interpretações para a sua aplicação, as futuras Normas e Interpretações para a sua aplicação, adotadas pela CE ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, para a aplicação das IAS, preparadas ou aprovadas pelo IASB.

De acordo com o § 1, do artigo 22a da Lei da Contabilidade (2002)¹⁵, refere que as empresas na República da Bulgária, à exceção das empresas abrangidas pelo artigo 22b, devem preparar e apresentar as DF anuais com base nas IAS.

No § 2, do referido artigo, menciona que as empresas ao abrigo do artigo 38.º, § 1, n.ºs 2 e 3 da Lei da Contabilidade (2002), são obrigadas a preparar e apresentar as DF anuais com base nas IAS, nomeadamente:

1. as empresas com valores cotados; e
2. as instituições financeiras, sociedades de investimento, as empresas de seguros, e as sociedades de seguro social complementar e os fundos controlados por estas sociedades.

No § 3, do artigo 22a da Lei da Contabilidade (2002), refere também que, caso uma empresa num determinado período, opte por preparar e apresentar as DF anuais com base nas IAS, não pode aplicar as NNRFPMES¹⁶.

O § 1, do artigo 22b da Lei da Contabilidade (2002), refere que as empresas podem preparar e apresentar as DF com base nas NNRFPMES, desde que não ultrapassem, nos dois anos anteriores, dois dos três seguintes limites:

¹⁵ Referenciado na Lei da Contabilidade (2002), no capítulo cinco – Demonstrações financeiras, na secção I - “Aplicação das normas de contabilidade, conteúdos das demonstrações financeiras e os relatórios de gestão anuais”.

¹⁶ O § 3, do artigo 22b da Lei da Contabilidade (2002), especifica que as NNRFPMES devem ser aprovadas em Conselho de Ministros, estando em conformidade com os atos da UE e os atos nacionais.

1. total do balanço em 31 de dezembro: 8 milhões de BGN;
2. total das vendas líquidas no ano: 15 milhões de BGN;
3. número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 250.

São consideradas grandes empresas as que não cumprem com os critérios definidos para as Pequenas e Médias Empresas (PME) de acordo com a Lei da Contabilidade (2002), sempre que os limites referenciados no parágrafo anterior sejam ultrapassados.

O § 2, do artigo 22b da Lei da Contabilidade (2002), refere também que as empresas recém-constituídas devem apresentar as DF anuais com base nas NNRFPMME, no ano da sua constituição e no ano seguinte.

O § 4, do artigo 22b da Lei da Contabilidade (2002), refere que as empresas abrangidas pelos §§ 1 e 2, do artigo 22b da Lei da Contabilidade (2002), podem optar, pela preparação e apresentação de DF anuais com base nas IAS.

O § 5, do artigo 22b da Lei da Contabilidade (2002), refere também que as empresas em fase de liquidação ou declaradas insolventes devem preparar e apresentar as DF anuais com base nas NCN aprovadas em Conselho de Ministros.

Atualmente na Bulgária existem três normativos contabilísticos para a elaboração e apresentação de DF que são:

- as IAS;
- as NNRFPMME; e as
- Normas Nacionais para a Preparação e Apresentação de DF das Empresas Declaradas em Liquidação ou em Falência.

1.7. A organização da profissão

1.7.1. A profissão da contabilidade

De acordo com o *Accounting and Auditing Report on the Observance of Standards and Codes* (A&A ROSC)¹⁷ do Banco Mundial (*World Bank*), existem na Bulgária quatro organismos profissionais.

Para os profissionais que exercem a profissão a título individual, existem os seguintes:

- “Instituto dos Contabilistas Profissionais na Bulgária” (ICPB)¹⁸; e
- “Sindicato dos Contabilistas (SC)”¹⁹.

As associações profissionais para as empresas de contabilidade são:

- “Associação Profissional das Empresas de Contabilidade” (APEC)²⁰; e
- “Associação dos Escritórios/Gabinetes de Contabilidade “ (AE/GC)²¹.

1.7.1.1. Instituto dos Contabilistas Profissionais na Bulgária (ICPB)

Trata-se de um organismo de contabilidade com finalidade social, sem fins lucrativos, cuja adesão por parte dos seus membros é voluntária.

Os seus principais objetivos vêm definidos no § 1, do artigo 3.º dos Estatutos Sociais e são:

- promover e contribuir para o aperfeiçoamento e a formação profissional dos seus membros;

¹⁷ Preparado na Bulgária em 2008.

¹⁸ Em búlgaro “Институт на професионалните счетоводители в България”.

¹⁹ Em búlgaro “Съюз на счетоводителите”.

²⁰ Em búlgaro “Асоциация на специализираните счетоводни предприятия”.

²¹ Em búlgaro “Асоциацията на счетоводните къщи”.

- estabelecer princípios e normas de ética e deontologia profissional, em prol do interesse público;
- zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão;
- exigir aos seus membros associados que estes adquiram todas as qualidades profissionais impostas pelo *International Federation of Accountants* (IFAC);
- defender os interesses, direitos e prerrogativas dos seus membros;
- contribuir para a criação de uma legislação moderna na área da contabilidade.

1.7.1.2. Sindicatos dos Contabilistas (SC)

O Sindicato dos Contabilistas é uma Associação sem fins lucrativos.

De acordo com o § 4, do artigo 2.º dos Estatutos desta Associação, os seus principais objetivos são:

- desenvolver e fortalecer os valores morais da sociedade;
- desenvolvimento da educação, ciência e tecnologia;
- ajudar os contabilistas carenciados, e os contabilistas portadores de deficiência ou que necessitem de cuidados;
- promoção da integração social e da realização pessoal dos contabilistas;
- proteção dos direitos humanos dos contabilistas;
- cumprimento dos objetivos e tarefas definidas nos Estatutos Sociais.

O § 1, do artigo 3.º dos Estatutos, refere que o fim da atividade consiste em fortalecer e promover a profissão da contabilidade em conformidade com a Lei da Contabilidade e de acordo com as realizações da UE.

1.7.1.3. Associação Profissional das Empresas de Contabilidade (APEC)

É uma Associação sem fins lucrativos, de inscrição voluntária por parte das empresas que prestam serviços de contabilidade.

Os objetivos desta Associação, de acordo com o artigo 6.º dos Estatutos são:

- desenvolver, promover, apoiar e defender os interesses profissionais dos seus membros;
- consolidar e promover elevados padrões profissionais e éticos entre os seus membros para as boas práticas profissionais;
- contribuir para o reforço de uma imagem positiva das empresas que prestam serviços de contabilidade e de fiscalidade;
- efetuar propostas ao Governo, destinadas à regulamentação de assuntos relacionados com a contabilidade;
- ajudar a garantir uma concorrência leal no setor.

1.7.1.4. Associação dos Escritórios/Gabinetes de Contabilidade (AE/GC)

É uma Associação profissional não governamental cujo acesso é voluntário por parte dos seus membros.

Podem ser associados da AE/GC as empresas em nome individual ou coletivo que se dediquem à prestação de serviços de contabilidade, auditoria, e fiscalidade – consultoras.

De acordo com o artigo 1.º do preâmbulo dos Estatutos desta Associação, são vários os objetivos que a Associação se propõe a atingir, dos quais se destacam:

- os membros desta Associação devem respeitar os princípios de ética profissional;
- adoção de regras uniformes no exercício profissional; e
- tem como objetivo principal observar e apoiar o desenvolvimento da contabilidade nacional, financeira, e da legislação fiscal.

1.7.2. A profissão de auditoria

Compete aos auditores registados no Instituto dos Auditores Públicos Certificados da Bulgária (IAPCB)²² o dever de realizar a auditoria às DF. A Lei da

²² Em búlgaro “Института на дипломираните експерт-счетоводители в България”.

Auditoria reconhece que esta profissão é auto-regulada e independente, e exige que o IAPCB tenha o direito de regular o desempenho da profissão no interesse da sociedade.

Entre os procedimentos exigidos pela Lei da Auditoria, compete ao IAPCB:

- organizar e realizar exames profissionais;
- proceder ao registo dos auditores, manter e publicar anualmente no Diário da República o registo dos auditores – individuais e como profissionais de auditoria;
- organizar a formação dos auditores;
- aprovar os sistemas de controlo interno dos membros da atividade profissional e o cumprimento das normas éticas;
- desenvolver um código de ética profissional para os seus membros;
- desenvolver, se necessário, as regras profissionais e técnicas de auditoria;
- e
- controlar a qualidade da atividade da auditoria e da conduta profissional dos seus membros.

1.7.3. O Conselho Nacional de Contabilidade

O Conselho Nacional de Contabilidade (CNC) foi criado através da Portaria n.º 107, de 11 de fevereiro de 2002, emitida pelo Ministério das Finanças, o qual fazia parte da estrutura do Ministério das Finanças – Departamento da Política de Impostos.

A composição dos membros do CNC sofreu alterações, através da publicação da Portaria n.º 949, de 06 de novembro de 2003, emitida pelo Ministério das Finanças.

De acordo com as disposições finais e transitórias à Lei da Contabilidade (2002), o § 8, subparágrafo 1 refere que até à completa implementação das IAS, em 01 de janeiro de 2005, o CNC deve continuar a desenvolver a atividade instituída pelo § 9 das disposições adicionais à Lei da Contabilidade (2001), já revogado, como um órgão consultivo junto do Ministério das Finanças, que tem por objetivo principal emitir normas e estabelecer procedimentos contabilísticos.

O subparágrafo 2, do citado parágrafo, refere que a função do CNC, consiste em elaborar e adotar o modelo do PC, de forma a tornar-se útil para as empresas até à introdução das IAS.

O subparágrafo 3, do citado parágrafo, refere que a formação dos contabilistas sobre as IAS deve ser realizada de acordo com o programa elaborado pelo CNC.

Este Conselho cessou funções em 01 de maio de 2003.

1.7.4. Contabilista

De acordo com o § 1, do artigo 35.º da Lei da Contabilidade (2002), as DF são preparadas por uma pessoa que cumpra no mínimo com um grau de formação obrigatório e de experiência profissional da seguinte forma:

1. com formação em economia, contabilidade, e experiência profissional na área da contabilidade, auditoria interna e externa, auditoria fiscal ou professor de contabilidade e de controlo de gestão, respetivamente:
 - a) com mestrado – dois anos (para ser chefe de contabilidade);
 - b) com licenciatura – três anos (para ser contabilista);
 - c) com o grau de “especialista” – quatro anos.
2. licenciatura em economia, e experiência profissional de cinco anos em contabilidade, auditoria interna e externa, auditoria fiscal ou professor de contabilidade e de controlo de gestão;
3. com formação académica ao nível do ensino secundário em economia, e experiência profissional de oito anos em contabilidade.

Compete ao contabilista elaborar as DF anuais, desde que não tenha sido condenado por crimes penais de acordo com o capítulo n.º 5 e da secção I do capítulo n.º 6 do Código Penal, conforme § 2, do artigo 35.º da Lei da Contabilidade (2002).

1.8. A forma jurídica das empresas

O § 1, do artigo 64.º da Lei Comercial búlgara, prevê os seguintes tipos de sociedades:

1. *General partnership (Sociedade em nome coletivo);*
2. *Limited partnership (Sociedade limitada);*

3. *Limited liability company (Sociedade de responsabilidade limitada);*
4. *Joint-stock company (Sociedade anónima);*
5. *Partnership limited by shares (Sociedade comandita por ações).*

De acordo com o artigo 59.º da Lei Comercial, é permitida a constituição de uma empresa por uma só pessoa. Este tipo de empresa denomina-se de estabelecimento individual de responsabilidade limitada.

1.8.1. *General partnership* (Sociedade em nome coletivo)

A sociedade em nome coletivo (em búlgaro “Sabiratelno Druzhestvo, SD” [sociedade geral] ou “Sadruzhie” (“S-ie”) [sócios]), vem referida no capítulo 11, do artigo 76.º ao artigo 98.º da Lei Comercial.

Este tipo de sociedade, é formada por duas ou mais pessoas com o propósito de efetuarem transações comerciais em conjunto.

A responsabilidade dos sócios é ilimitada e solidária, de acordo com o artigo 88.º da Lei Comercial.

1.8.2. *Limited partnership* (Sociedade limitada)

A sociedade limitada (em búlgaro “komanditno Druzhestvo, KD”), vem tratada no capítulo 12, do artigo 99.º ao artigo 112.º da Lei Comercial.

Alguns dos sócios respondem de forma integral e solidária pelas dívidas da sociedade e os restantes sócios são responsáveis até ao valor da sua entrada. Este tipo de sociedade, é formada através de uma sociedade entre duas ou mais pessoas para a realização de atividades comerciais.

1.8.3. *Limited liability company* (Sociedade de responsabilidade limitada)

Este tipo de sociedade vem referenciada no capítulo 13, do artigo 113.º ao artigo 157.º da Lei Comercial, em búlgaro é designada de “Druzhestvo s Ogranichena Otgovornost”.

A sociedade de responsabilidade limitada pode ser constituída por uma ou mais pessoas, que serão as responsáveis pelas dívidas da empresa até ao montante das suas entradas no capital social da empresa.

A firma deve ser formada com a sigla, pelo nome ou firma de todos, algum ou alguns dos sócios, ou por denominação particular, ou pela reunião de ambos esses elementos, mas em qualquer caso concluirá pela palavra particular «*Sociedade de responsabilidade limitada*» ou pela abreviatura «*OOD*»²³.

²³ Significa “Druzhestvo s Ogranichena Otgovornost”.

No caso de existir apenas um sócio, a firma deve conter a expressão «*Sociedade unipessoal por quotas*»²⁴.

O capital social mínimo necessário para a constituição deste tipo de sociedades é de 5000 BGN, atribuídos em partes de capital de valor não inferior a 10 BGN.

Pelo menos 70% do capital social deve ser realizado no momento da outorga da escritura pública.

A responsabilidade dos sócios perante as dívidas da sociedade é igualmente subsidiária e solidária, mas limitada.

1.8.4. *Joint-stock company* (Sociedade anónima)

A caracterização deste tipo de sociedade, vem referenciada no capítulo 14, desde o artigo 158.º ao artigo 252.º da Lei Comercial.

O capital de uma sociedade anónima está dividido em ações.

O capital mínimo necessário para a constituição de uma sociedade anónima é de 50.000 BGN. O valor nominal de cada ação não pode ser inferior a 1 BGN e pelo menos 25% do capital deve ser realizado antes do registo comercial. A firma destas sociedades é formada com a sigla pelo nome ou firma de um ou alguns dos acionistas ou por uma denominação particular, ou pela reunião de ambos esses elementos, mas em qualquer caso concluirá pela expressão «*Sociedade anónima*» ou pela abreviatura «AD»²⁵.

As sociedades anónimas podem ser formadas por uma ou mais pessoas singulares ou coletivas.

São caracterizadas por a responsabilidade de cada acionista se limitar ao valor nominal das suas ações. Por outras palavras: só a sociedade é responsável pelas suas dívidas e cada acionista responde individual e exclusivamente para com a sociedade pelo valor da sua entrada.

1.8.5. *Partnership limited by shares* (Sociedade comandita por ações)

A sociedade em comandita por ações (em búlgaro, “Komanditno Druzhestvo s Aktsii, KDA”), vem definida no capítulo 15, do artigo 253.º ao artigo 260.º da Lei Comercial.

²⁴ Significa “ednolichno OOD”.

²⁵ Significa “Aktsionerno Druzhestvo”.

Este tipo de entidade é um misto, entre uma sociedade em comandita e uma sociedade anónima, e os acionistas respondem de forma limitada perante terceiros na proporção das suas entradas de capital.

As disposições da Lei Comercial para as sociedades anónimas, aplicam-se também às sociedades em comandita por ações, incluindo o mínimo de exigência para a realização do capital de 50.000 BGN.

A sociedade em comandita por ações é gerida por uma assembleia geral, onde só os sócios ilimitados têm o direito de voto e os órgãos da direção devem ser compostos por sócios limitados.

1.8.6. *Sole traders* – individual (Estabelecimento individual de responsabilidade limitada)

Todos os indivíduos com mais de 18 anos de idade e com residência permanente na Bulgária, e desde que, não estejam na condição de insolventes ou falidos podem ser empresários em nome individual. O empresário em nome individual deve adotar uma firma composta pelo seu primeiro e último nome, aditando a sigla “ET”²⁶.

A responsabilidade do titular do estabelecimento individual de responsabilidade limitada é limitada ao património que afetou ao estabelecimento comercial.

1.9. O relatório de gestão

1.9.1. Nas contas individuais

De acordo com o § 1, do artigo 33.º da Lei da Contabilidade (2002), refere que as DF das empresas sujeitas a uma auditoria financeira²⁷, devem elaborar o relatório de gestão anual, que deve incluir:

1. uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade;

²⁶ Abreviatura em búlgaro de estabelecimento individual de responsabilidade limitada.

²⁷ Conforme § 1, do artigo 38.º da Lei da Contabilidade (2002), desde que, durante dois anos consecutivos, sejam ultrapassados dois dos três seguintes limites:

- a) total dos ativos do balanço: 500.000 levs;
- b) total do rédito líquido da atividade: 1.000.000 levs;
- c) número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 30.

2. os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício;
3. a evolução previsível da sociedade;
4. as atividades de investigação e desenvolvimento;
5. o movimento das ações de acordo com as exigências da legislação vigente;
6. outras informações consideradas relevantes.

De acordo com o § 3.2. da NCN 1, as empresas não são obrigadas nos termos da Lei da Contabilidade a elaborarem o relatório de gestão anual, a menos que as DF e a administração apresentem uma explanação (análise financeira) que descreva e explique as características principais do desempenho financeiro da empresa, as fontes de financiamento e as políticas de gestão.

1.9.2. Nas contas consolidadas

De acordo com o § 2, do artigo 33.º da Lei da Contabilidade (2002), as empresas que elaboram DF consolidadas devem preparar o relatório consolidado de gestão, cujo conteúdo vem especificado na norma contabilística aplicável.

De acordo com os §§ 3.1. e 12. da NCN 27, o relatório consolidado de gestão deve dar uma imagem verdadeira da atividade e da situação das empresas do grupo incluídas na consolidação, que deve incluir pelo menos as seguintes informações:

- a) os acontecimentos importantes ocorridos depois do encerramento do exercício;
- b) a evolução previsível do conjunto destas empresas;
- c) as atividades do conjunto destas empresas em matéria de investigação e desenvolvimento.

1.10. Publicidade das contas

De acordo com o § 1, do artigo 37.º da Lei da Contabilidade (2002), as empresas devem elaborar as DF anuais até 01 de março do ano seguinte.

O § 2, do artigo 37.º da Lei da Contabilidade (2002), refere que as empresas detentoras de mais de metade das ações ou contribuições de capital ou votos ou

membros dos órgãos de gestão em outras empresas, devem elaborar as DF consolidadas até 30 de junho do ano seguinte.

O § 3, do artigo 37.º da Lei da Contabilidade (2002), refere que a responsabilidade pela preparação atempada e o conteúdo de DF anuais é dos órgãos de gestão.

As empresas devem publicar as DF anuais aprovadas em assembleia geral, juntamente com o relatório elaborado pelo auditor certificado, conforme § 1, do artigo 40.º da Lei da Contabilidade (2002).

As empresas nos termos do § 2, do artigo 40.º da Lei da Contabilidade (2002), devem publicar as DF num jornal diário, publicação económica (jornal de economia) ou na *internet* ou conforme o exigido por lei específica, no prazo de três meses após a data da sua aprovação.

De acordo com o § 3, do artigo 40.º da Lei da Contabilidade (2002), as DF anuais das entidades sujeitas a uma auditoria financeira, são apresentadas até 30 de junho do ano seguinte às organizações representativas dos empregadores²⁸, nos termos do artigo 36.º do Código do Trabalho.

De acordo com o artigo 41.º da Lei da Contabilidade (2002), a forma, o conteúdo, e a regularidade das DF para efeitos de gestão da empresa, são determinadas pelos órgãos de gestão.

De acordo com o § 4, do artigo 146.º da Lei Comercial (2000), as DF anuais auditadas e aprovadas são apresentadas no Registo Comercial e publicadas em Diário da República, a menos que a Lei estipule que as DF anuais das empresas não sejam obrigadas a serem auditadas por um *certified public accounts* (CPA).

Para os comerciantes, no âmbito da Lei Comercial, a publicação efetua-se no Registo Comercial, e para as instituições sem fins lucrativos, a publicação é efetuada no Registo Central do Ministério da Justiça.

²⁸As organizações representativas dos empregadores são aprovadas pelo Conselho de Ministros, por exemplo, a Câmara de Comércio e Indústria Búlgara (CCIB), a Associação Industrial Búlgara (AIB), e a Associação de Capital Industrial Búlgara (ACIB).

CAPÍTULO N.º 2
APRESENTAÇÃO DE
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Capítulo n.º 2 – Apresentação de demonstrações financeiras

2.1. Introdução

As DF apresentadas periodicamente pelas empresas fazem parte da informação financeira entendida em sentido amplo. O objetivo das DF é o de proporcionar informações acerca da posição financeira, do desempenho, e das alterações na posição financeira de uma empresa que sejam úteis a um leque variado de utentes na tomada de decisões económicas.

2.2. Demonstrações financeiras de acordo com a legislação búlgara

De acordo com o § 1, do artigo 23.º da Lei da Contabilidade (2002), as empresas devem elaborar as DF anuais à data de 31 de dezembro em milhares de levs.

O § 2, do artigo 23.º da Lei da Contabilidade (2002), refere que as DF anuais têm como principal objetivo proporcionar informação sobre a posição financeira, o desempenho e as alterações na posição financeira de uma empresa.

O § 3, do artigo 23.º da Lei da Contabilidade (2002), refere que a partir de 1 de janeiro de 2005 as empresas devem preparar e apresentar as DF anuais com base nas IAS adotadas pelo IASB, e aprovadas em Conselhos de Ministros.

O artigo 24.º da Lei da Contabilidade (2002), refere que os órgãos de gestão das empresas são os responsáveis pela elaboração das DF anuais, as quais devem dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, dos resultados das atividades, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio das empresas.

De acordo com o artigo 25.º da Lei da Contabilidade (2002), as informações apresentadas nas DF devem atender aos seguintes requisitos:

1. compreensibilidade;
2. relevância;
3. fiabilidade;
4. comparabilidade;
5. independência entre os diferentes períodos contabilísticos.

O § 1, do artigo 26.º da Lei da Contabilidade (2002), refere que um conjunto completo de DF inclui:

- balanço;
- demonstração dos resultados;
- demonstração dos fluxos de caixa;
- demonstração das alterações no capital próprio; e
- anexo.

O balanço pode conter parte das operações de *off-balance* (fora de balanço), sendo elaborado pelo método digráfico ou unigráfico, de acordo com as normas de contabilidade, conforme § 1, do artigo 27.º da Lei da Contabilidade (2002).

De acordo com o § 2, do artigo 27.º da Lei da Contabilidade (2002), o balanço é elaborado de acordo com a NCN 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras.

1. O ativo é composto pelas seguintes secções:

- a) são classificados de ativos de longo-prazo os tangíveis, intangíveis, financeiros, *goodwill* e os gastos diferidos;
- b) são classificados de ativos de curto-prazo os inventários, contas a receber, ativos financeiros de curto-prazo, caixa e os gastos diferidos.

2. Capital próprio – como uma secção, é apresentado com os seguintes grupos:

- a) capital social, incluindo o capital não realizado;
- b) prémios de emissão;
- c) reserva de reavaliação de ativos e passivos (*reserve of subsequent assessments of the assets and liabilities*);
- d) reservas;
- e) resultado financeiro (*financial result*) ou resultado do período.

3. O passivo é composto pelas seguintes secções:

- a) passivos a longo-prazo agrupados por dívidas a longo-prazo, e créditos diferidos e de financiamento (*revenue of future periods and financing*);
- b) passivos a curto-prazo agrupados por dívidas a curto-prazo, créditos diferidos e de financiamento (*revenue of future periods and financing*).

Os ativos e os passivos encontram-se subdivididos por secções, e dentro destas por grupos, atendendo ao grau de materialidade, de acordo com o § 3, do artigo 27.º da Lei da Contabilidade (2002).

Não é permitida a compensação entre ativos e passivos, de acordo com o § 4, do artigo 27.º da Lei da Contabilidade (2002).

No balanço pode incluir operações *off-balance* (fora de balanço) de ativos e passivos contingentes, os quais são reconhecidos e mensurados de acordo com as normas de contabilidade, conforme § 5, do artigo 27.º da Lei da Contabilidade (2002).

Exemplos de operações *off-balance* (fora de balanço):

- ativos tangíveis e intangíveis estrangeiros (*foreign tangible and intangible assets*);
- ativos financeiros estrangeiros (*foreign financial assets*);
- devedores de créditos contingentes (*debtors in contingent claims*);
- ativos contingentes (*contingent assets*);
- credores de passivos contingentes (*creditors of contingent liabilities*);
- ativos próprios, não incluídos no volume de negócios (*own assets, not included in turnover*);
- passivos próprios, não incluídos no volume de negócios (*own liabilities, not included in turnover*);
- diversos ativos fora das contas de balanço (*miscellaneous active off-balance accounts*);
- diversos passivos fora das contas de balanço (*miscellaneous passive off-balance accounts*).

As pequenas empresas podem elaborar um balanço (reduzido) apenas por secções (por exemplo, secção dos ativos fixos (longo-prazo)) e grupos (por exemplo, grupo dos ativos fixos tangíveis), de acordo com o § 6, do artigo 27.º da Lei da Contabilidade (2002).

De acordo com o artigo 28.º da Lei da Contabilidade (2002), a demonstração dos resultados é elaborada pelo método digráfico ou unigráfico, de acordo com as normas de contabilidade.

A demonstração dos resultados por naturezas contém as seguintes informações:

1. Os réditos (*revenues*) apresentam as seguintes secções:

- a) réditos provenientes da atividade ordinária (*revenues from the usual activity*), agrupados por rédito líquido de vendas (*net revenue from sales*), réditos provenientes de financiamentos (*revenues from financing*), e o rédito financeiro (*financial revenue*);
- b) perda da atividade ordinária (*loss from usual activity*);
- c) réditos extraordinários (*extraordinary revenues*);
- d) perda contabilística (*accountancy loss*);
- e) perda (*loss*).

2. Os gastos (*expenses*) apresentam as seguintes secções:

- a) gastos da atividade ordinária (*expenses for usual activity*), agrupados por gastos por elementos económicos (*expenses in economic elements*), ajustamentos (*adjusting nature sums*), e gastos financeiros (*financial expenses*);
- b) lucro da atividade ordinária (*profit from the usual activity*);
- c) gastos incorridos (*expenses made*);
- d) lucro contabilístico (*accountancy profit*);
- e) gastos do imposto sobre o rendimento (*tax expenses*);
- f) lucro (*profit*).

3. A demonstração dos resultados por funções contém as seguintes informações:

- a) rédito líquido de vendas (*net revenue from sales*);
- b) custo de vendas (*prime cost of the sales*);
- c) lucro (perda) bruto (*gross profit (loss)*);
- d) outros réditos (*other revenues*);
- e) gastos de distribuição (*expenses related to sales*);
- f) gastos administrativos (*administrative expenses*);
- g) réditos/gastos financeiros (*financial revenues/expenses*);
- h) lucro/perda da atividade ordinária (*profit/loss from the usual activity*);
- i) réditos/gastos extraordinários (*extraordinary revenues/expenses*);
- j) lucro/perda contabilístico (*accountancy profit/loss*);
- k) gastos do imposto sobre o rendimento (*tax related expenses*);
- l) lucro/perda (*profit/loss*).

Não é permitida a compensação entre réditos e gastos, conforme § 4, do artigo 28.º da Lei da Contabilidade (2002).

As empresas de pequena dimensão podem elaborar a demonstração dos resultados (reduzida) apenas por secções (por exemplo, réditos das atividades operacionais) ou por funções, de acordo com o § 5, do artigo 28.º da Lei da Contabilidade (2002).

De acordo com o artigo 29.º da Lei da Contabilidade (2002), a demonstração dos fluxos de caixa é elaborada de acordo com a NCN 7 - Demonstração de Fluxos de Caixa.

O artigo 30.º da Lei da Contabilidade (2002), refere que a demonstração das alterações no capital próprio deverá incluir as alterações (aumentos e reduções) do capital próprio como resultado da atividade desenvolvida, as reavaliações, as operações com os proprietários e outras, e é elaborada de acordo com a NCN 1.

O artigo 31.º da Lei da Contabilidade (2002), refere que o anexo deve conter informações sobre as políticas contabilísticas aplicadas, a situação e as alterações

ocorridas nos ativos e passivos, rédito (*revenue*) e gastos, fluxos de caixa e outras divulgações exigidas pelas normas de contabilidade aplicáveis.

2.3. Demonstrações financeiras de acordo com as normas contabilísticas nacionais

A NCN 1, estabelece a base para a apresentação de DF de finalidades gerais, de forma a assegurar a comparabilidade quer com as próprias DF da empresa relativas a períodos anteriores quer com as DF de outras empresas.

A NCN 9 - Apresentação de Demonstrações Financeiras das Entidades sem Fins Lucrativos, define os requisitos para a preparação e apresentação de DF das entidades sem fins lucrativos. Esta Norma aplica-se a todas as entidades sem fins lucrativos constituídas e registadas de acordo com a lei.

A NCN 13 - Relato Financeiro da Liquidação e Falência, estabelece os procedimentos para a contabilização e preparação de DF das empresas em liquidação ou falência. Na data da decisão judicial da declaração da empresa em liquidação, deve ser tomada em consideração as práticas contabilísticas previstas na lei para o período contabilístico. As DF devem incluir o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa, e a demonstração das alterações no capital próprio, desde o início do período de referência até à data da decisão judicial da declaração da empresa em liquidação.

Antes da aplicação do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, a estrutura do balanço, de acordo com a NCN 1, é composto por dois membros, o ativo e o passivo, estando o capital próprio incluído neste último.

De acordo com a NCN 1, as DF têm como objetivo proporcionar informação acerca da situação financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que sejam úteis para a generalidade dos utentes no processo de tomada de decisão, obtidas a partir dos:

- a) ativos;
- b) passivos;
- c) capital;
- d) rendimentos;

- e) gastos;
- f) fluxos de caixa.

As DF anuais completas incluem:

- balanço;
- demonstração dos resultados;
- demonstração das alterações no capital próprio;
- demonstração dos fluxos de caixa; e
- anexo.

As contas anuais devem cumprir com os requisitos dos PCGA na Bulgária.

2.4. Balanço

De acordo com a NCN 1, o balanço é elaborado com base nas informações financeiras disponíveis à data de 31 de dezembro ou noutra data.

O balanço pode ser apresentado de uma forma horizontal ou vertical.

As empresas podem adicionar novos itens no balanço para os grupos de ativos ou passivos.

As empresas não devem indicar elementos no balanço, para os quais não existem informações contabilísticas.

As rubricas das várias secções dos grupos são apresentadas por ordem de importância para cada empresa.

Os valores dos ativos no balanço são determinados pela diferença entre o valor contabilístico e os ajustamentos (correções).

Os valores negativos indicados no balanço são:

- o *goodwill* negativo;
- o capital subscrito e não realizado;
- as ações próprias;
- as perdas não cobertas; e a
- perda do período corrente.

Nos casos previstos pela NCN, a reserva de reavaliação de ativos e passivos pode ser negativa (*reserve of subsequent assessments of the assets and liabilities*).

2.5. Demonstração dos resultados

A demonstração dos resultados pode ser apresentada sob a forma horizontal ou vertical.

O lucro ou perda do período especificado na demonstração dos resultados, deve respeitar o lucro ou perda evidenciado no balanço.

A demonstração dos resultados é elaborada com base na informação das contas de rendimentos e gastos do período, atendendo aos seguintes requisitos específicos definidos no § 16.3. da NCN 1:

- a) ao montante de impostos acumulados durante o período por conta de resultados do período;
- b) às alterações residuais da produção acabada e dos trabalhos em curso (entre o início e o final do período de informação) – variação da produção;
- c) aos gastos acumulados por tipo de aquisição e de liquidação de ativos fixos da empresa;
- d) aos materiais obtidos através da sua própria produção - produção acabada;
- e) Em resultado da criação de animais novos e do crescimento de animais, entre outros.

De acordo com a NCN 1, a demonstração dos resultados pode ser por naturezas ou por funções.

2.6. Demonstração das alterações no capital próprio

A demonstração das alterações no capital próprio visa explicar as variações nos itens do capital próprio que se encontram evidenciados no balanço entre dois momentos consecutivos. Reflete assim, o aumento ou a redução nos seus ativos líquidos durante o período, com a exceção das alterações resultantes de transações com detentores de

capital próprio agindo na sua capacidade de detentores de capital próprio (tais como contribuições de capital, reaquisições de instrumentos de capital próprio da entidade e dividendos).

Na demonstração das alterações no capital próprio podem ser registadas outras alterações verificadas nos itens de capital resultante da aplicação de outras normas de contabilidade, por exemplo, cada item dos rendimentos (réditos e ganhos) e gastos (gastos das atividades ordinárias e perdas) que, conforme exigido por outras normas ou interpretações, seja reconhecido diretamente no capital próprio e o total destes itens.

2.7. Demonstração dos fluxos de caixa

De acordo com a NCN 1, a demonstração dos fluxos de caixa contém informações necessárias para avaliar a capacidade da empresa para gerar dinheiro e seus equivalentes, e o seu retorno. Esta demonstração é elaborada em conformidade com a NCN 7.

Os fluxos de caixa podem ser classificados da seguinte forma:

Atividades operacionais são as principais atividades da empresa que não sejam de investimento ou de financiamento.

Atividades de investimento resultam da aquisição e alienação (incluindo os adiantamentos recebidos ou pagos) de:

- a) ativos fixos (longo-prazo), independentemente do seu tipo específico; e
- b) ativos financeiros de curto-prazo:
 - que não sejam incluídos nos equivalentes de caixa;
 - que não sejam detidos para a finalidade de negócio ou para fins comerciais; e
 - que não sejam classificados como detidos para a realização de atividades financeiras.

Atividades de financiamento são as atividades da empresa que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio contribuído e/ou nos empréstimos obtidos pela entidade:

- a) pelo recebimento de dinheiro de fontes de financiamento externas à empresa, tais como:
 - emissão de ações ou de outros instrumentos de capital próprio;
 - contribuições adicionais dos proprietários; ou
 - empréstimos obtidos a curto-prazo ou a longo-prazo.
- b) pagamentos em dinheiro às fontes de financiamento externas da empresa, tais como:
 - cobertura dos encargos (independentemente do seu tipo específico), resultante do dinheiro recebido de acordo com a alínea “a”;
 - para cobrir as obrigações decorrentes de contratos de locações.
- c) recebimentos e pagamentos de ativos financeiros (a longo-prazo e/ou a curto-prazo) classificados como detidos para a realização de atividades financeiras.

Na elaboração das demonstrações de fluxos de caixa, pode ser utilizado um de dois métodos:

- o método direto;
- o método indireto.

2.8. Anexo

No anexo às DF, é incluída uma descrição mais detalhada ou uma análise das informações constantes do balanço, da demonstração dos resultados, da demonstração das alterações no capital próprio e da demonstração dos fluxos de caixa devendo:

- a) apresentar informação acerca das políticas contabilísticas utilizadas na preparação das DF e as razões para as suas alterações;
- b) divulgar a informação exigida pelas diferentes NCN;

- c) proporcionar informação adicional que não seja apresentada na face das DF mas que seja necessária para uma apresentação apropriada.

CAPÍTULO N.º 3

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

Capítulo n.º 3 – Consolidação de contas

3.1. Introdução

Nas últimas décadas temos vindo a assistir a um acentuado desenvolvimento de estratégias de globalização e internacionalização normalmente sob a forma de grandes grupos económicos.

Encontramo-nos na presença de um grupo como realidade económica se “determinadas pessoas jurídicas independentes são geridas de acordo com o sistema mutuamente convencional, com uma direção central unificada, considera-se que existe um grupo, independentemente das participações financeiras que possam existir entre eles²⁹”.

A consolidação de contas é um processo contabilístico que consiste em agregar as contas de uma empresa-mãe com as suas subsidiárias, de modo a que as contas resultantes representem a situação financeira e os resultados das operações do grupo como se de uma única entidade se tratasse, pretendendo apresentar apenas os resultados das operações que as empresas do grupo tiveram com terceiros.

Assim, as questões relacionadas com esta temática vêm refletidas na NCN 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Contabilização de Investimentos em Subsidiárias, cuja terminologia é similar à IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Contabilização de Investimentos em Subsidiárias.

3.2. Princípios de elaboração das contas consolidadas de acordo com as normas nacionais

3.2.1. Conceitos

A NCN 27, define os procedimentos para a preparação e apresentação de DF consolidadas de um grupo de empresas sob o controlo de uma empresa-mãe e a contabilização dos investimentos efetuados em subsidiárias (filiais).

São usados nesta Norma os termos seguintes com os significados especificados:

²⁹ Citada por Caiado e Madeira (2004, p. 395).

Controlo consiste no poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma empresa, de modo a obter benefícios em resultado das suas atividades. O controlo é presumido quando a empresa-mãe adquire mais de metade dos direitos de voto da empresa.

Empresa-mãe é uma empresa que detém uma ou mais subsidiárias (filiais).

Subsidiária (filial) é uma empresa que é controlada por uma outra empresa, ou seja, designada por empresa-mãe.

Grupo é constituído por uma empresa-mãe e todas as suas subsidiárias (filiais).

Demonstrações financeiras consolidadas são as DF de um grupo apresentadas como as de uma única empresa.

Interesses minoritários é a parte dos resultados e dos ativos líquidos de uma subsidiária atribuível a interesses de capital próprio que não sejam detidos, direta ou indiretamente através de subsidiárias, pela empresa-mãe.

Investidor³⁰ é uma empresa cuja atividade consiste na participação em outras sociedades com o objetivo de obter lucros, sem interferir, direta ou indiretamente na gestão dessas empresas, e sem prejuízo do direito da sociedade como um acionista ou membro.

3.2.2. O processo de consolidação de contas

As empresas devem elaborar as DF consolidadas e o relatório consolidado de gestão quando:

- a) direta ou indiretamente detém mais de metade dos direitos de voto para com os acionistas ou sócios de outra empresa; ou
- b) dispõem do direito de nomear ou de destituir mais de metade dos órgãos de gestão da empresa, nomeadamente como um acionista ou membro;
- c) têm o direito de exercer o controlo sobre uma empresa, na qual ela é um acionista ou membro, por força de uma relação contratual;
- d) seja acionista ou membro da empresa e:

³⁰ Ou *holding*.

- dispõem de mais de metade dos membros dos órgãos de gestão da empresa, atuando durante o período de referência ou durante o período anterior na elaboração das contas consolidadas, e são apenas nomeados no exercício com direito de voto;
- os controlos são efetuados no âmbito de um contrato celebrado com outros acionistas ou sócios da empresa, com mais de metade dos direitos de voto por parte dos seus acionistas ou sócios.

Tendo em conta aquilo que foi referido anteriormente, deve-se definir o conjunto de direitos, e de seguida, a fim de aplicar a exigência da consolidação, determinar a percentagem de direitos da empresa-mãe.

A empresa-mãe, desde que seja organizada sob a forma de sociedade por ações ou de sociedade por quotas, e todas as suas filiais, bem como as filiais destas, devem ser consolidadas, qualquer que seja o local da sede das empresas filiais.

Uma subsidiária pode ser excluída da consolidação, quando opere sob severas restrições de longo-prazo que significativamente afete o exercício económico, nomeadamente:

- a) dos direitos da empresa-mãe relacionados com a propriedade e a gestão da empresa; ou
- b) existência de uma única gestão da empresa, definida através de uma relação contratual.

Uma subsidiária não é excluída da consolidação pelo simples facto de as suas atividades empresariais serem dissemelhantes das atividades das outras entidades do grupo. É proporcionada informação relevante consolidando tais subsidiárias e divulgando informação adicional nas DF consolidadas sobre as diferentes atividades empresariais das subsidiárias. Por exemplo, as divulgações exigidas pela IFRS 8 - Segmentos Operacionais, ajudam a explicar o significado de diferentes atividades empresariais dentro do grupo.

As DF consolidadas devem ser elaboradas à data de 31 de dezembro do ano ou noutra data, conforme definido na Lei da Contabilidade, e as contas consolidadas devem conter:

- um balanço consolidado;
- uma demonstração dos resultados consolidada;
- uma demonstração das alterações no capital próprio consolidada;
- uma demonstração dos fluxos de caixa consolidada;
- um anexo consolidado.

Quando as DF usadas na consolidação sejam preparadas em datas de relato diferentes, devem ser feitos ajustamentos relativamente aos efeitos de transações ou de outros acontecimentos significativos que ocorram entre essas datas e a data das DF da empresa-mãe. Em qualquer caso, a diferença entre as datas de relato não deve exceder os três meses. A extensão dos períodos de relato e qualquer diferença nas datas de relato devem ser as mesmas de período para período.

As DF consolidadas devem ser preparadas usando políticas contabilísticas uniformes para transações e outros acontecimentos idênticos em circunstâncias semelhantes. Se não for praticável usar políticas contabilísticas uniformes na preparação de DF consolidadas, esse facto deve ser divulgado juntamente com as proporções dos itens das DF consolidadas aos quais foram aplicadas diferentes políticas contabilísticas.

Os interesses minoritários devem ser apresentados no balanço consolidado dentro do capital próprio, separadamente do capital próprio dos acionistas da empresa-mãe.

Os interesses minoritários na demonstração dos resultados do grupo devem também ser apresentados separadamente. As perdas aplicáveis à parte minoritária numa subsidiária consolidada podem exceder o interesse minoritário no capital próprio da subsidiária.

O excesso e quaisquer perdas adicionais aplicáveis à parte minoritária são imputados ao interesse maioritário excepto até ao ponto em que a parte minoritária tenha a obrigação de fazer um investimento adicional para cobrir as perdas. Se a subsidiária subsequentemente relatar lucros, esses lucros são imputados ao interesse maioritário até que a parte minoritária das perdas previamente absorvidas pela parte maioritária tenha sido recuperada.

3.2.3. Procedimentos de consolidação

Relativamente aos procedimentos de consolidação, devem ser tidos em conta os seguintes requisitos:

- Requisitos para os itens do balanço

As DF são elaboradas agrupando numa base de linha a linha, elementos idênticos de ativos, de passivos, de capitais próprios, de rendimentos e de gastos.

Os procedimentos de consolidação envolvem:

- a) a eliminação da quantia escriturada do investimento da empresa-mãe em cada subsidiária e a parte da empresa-mãe no capital próprio de cada subsidiária. As diferenças de consolidação são indicadas como *goodwill* ou *goodwill* negativo;
- b) a identificação dos interesses minoritários nos resultados das subsidiárias consolidadas para o período de relato;
- c) os interesses minoritários nos ativos líquidos das subsidiárias consolidadas são identificados separadamente do capital próprio³¹ dos acionistas da empresa-mãe;
- d) os saldos, as transações, os réditos e ganhos e os gastos e perdas intragrupo devem ser eliminados por inteiro.

- Requisitos para as rubricas da demonstração dos resultados

Os rendimentos e os gastos das empresas incluídas na consolidação são agrupados numa base de linha a linha na demonstração dos resultados consolidada.

Os interesses minoritários na demonstração dos resultados do grupo devem ser divulgados separadamente numa rubrica intitulada de “Lucro (perda) pertencentes aos interesses minoritários”.

³¹ Numa rubrica intitulada de “Capital próprio pertencentes aos interesses minoritários”.

Na demonstração dos resultados consolidada, são eliminados os rendimentos e os gastos das seguintes operações:

- as operações intragrupo de natureza financeira, compra e venda, dividendos, etc.;
- os lucros e prejuízos resultantes de transações intragrupo que sejam reconhecidos nos ativos, tais como inventários e ativos fixos, são eliminados por inteiro.

- Requisitos para as rubricas da demonstração dos fluxos de caixa

Os fluxos de caixa das contas de cada empresa envolvidas na consolidação, são agrupados linha por linha e o fluxo de caixa das operações e transações intragrupo são eliminadas.

- Requisitos para as rubricas da demonstração das alterações no capital próprio

A demonstração das alterações no capital próprio, é baseada em informações obtidas a partir do balanço consolidado. Numa coluna separada deve ser indicado o tipo de alterações ocorridas no capital próprio pertencentes ao grupo.

- Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

Quando a composição das empresas incluídas na consolidação sofrerem alterações substanciais durante o período de referência, no anexo às DF consolidadas devem ser indicados os elementos informativos que permitam efetuar uma comparação de pelo menos dois anos consecutivos.

3.2.4. Métodos de consolidação

Os métodos utilizados na preparação de DF consolidadas são:

- o método de consolidação integral (*Line by line consolidation*);
- o método de consolidação proporcional;

- o método da equivalência patrimonial (*Equity method* ou *One line consolidation*).

O **método de consolidação integral**³² consiste na integração no balanço e na demonstração dos resultados da empresa-mãe dos respetivos elementos dos balanços e das demonstrações dos resultados das empresas filiais consolidáveis, evidenciando os direitos de terceiros, designados para este efeito como interesses minoritários.

De acordo com este método, deve somar-se linha a linha, isto é, conta a conta, todos os elementos das DF das subsidiárias (ativos, passivos, rendimentos e gastos).

Seguidamente, deve efetuar-se o seguinte:

- eliminar a participação financeira da empresa detentora e os capitais próprios da subsidiária;
- deve reconhecer-se nesta fase o *goodwill* ou o *goodwill* negativo e a parcela dos interesses minoritários sobre os capitais próprios e sobre os resultados.

Neste método consideram-se 100% dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, no entanto, a subsidiária pode não ser detida a 100% pelo grupo. Nesse caso, a parcela dos resultados do ano e dos capitais próprios pertencente aos minoritários deve ser destacada, porque, se tal não acontecesse, equivaleria a dizer que a totalidade do resultado ou do património da subsidiária nos pertence, o que não corresponde à realidade.

No entanto, quando o capital próprio é negativo não se pode atribuir qualquer parcela aos interesses minoritários, sendo a parte destes no capital próprio limitada a zero. A justificação para este procedimento tem a ver com a responsabilidade dos minoritários que é, normalmente, limitada ao seu capital.

Este método é aplicado nas partes de capital em empresas do grupo, também chamadas subsidiárias ou filiais.

O **método de consolidação proporcional** é um método de contabilização em que a parte de um empreendedor em cada um dos ativos, passivos, rendimentos e gastos de uma entidade conjuntamente controlada é combinada linha a linha com itens

³² Vide §§ 5.a. a 9 da NCN 27.

semelhantes das DF do empreendedor ou relatada como linhas de itens separadas nas DF do empreendedor, de acordo com o § 2 da NCN 31 - Relato Financeiro de Interesses em Empreendimentos Conjuntos.

Seguidamente, elimina-se o investimento financeiro da empresa detentora da participação com a quota-parte do justo valor dos capitais próprios da participada, atentando-se para existência de *goodwill* ou *goodwill* negativo.

De notar que, neste método, não existem interesses minoritários, uma vez que se considera apenas a proporção detida pelo grupo e não com 100% dos valores das empresas.

Este método aplica-se aos empreendimentos conjuntos.

O **método da equivalência patrimonial** trata-se de um método de contabilização pelo qual o investimento é inicialmente registado ao custo (custo de aquisição) e ajustado depois pela alteração pós-aquisição no quinhão da investidora nos ativos líquidos da investida, de acordo o § 2 da NCN 28 - Contabilização de Investimentos em Associadas.

A parte da investidora nos lucros ou prejuízos da investida é reconhecida nos lucros ou prejuízos da investidora. As distribuições recebidas de uma investida reduzem a quantia escriturada do investimento. Podem também ser necessários ajustamentos na quantia escriturada para alterações no interesse proporcional do investidor na investida resultantes de alterações em outro rendimento integral da investida. Tais alterações incluem as resultantes da revalorização de ativos fixos tangíveis e das diferenças de transposição de moeda estrangeira.

A aplicação deste método vem referenciada nos §§ 4.1. a 4.10. da NCN 28.

3.2.5. Demonstrações financeiras do investidor

3.2.5.1. Contabilização numa associada

De acordo com o § 6.1. da NCN 28, quando as DF de um investidor devam ser consolidadas com as DF de uma associada, o investimento deve ser contabilizado usando o método da equivalência patrimonial.

Caso o investimento seja adquirido e detido exclusivamente com vista à sua subsequente alienação no futuro próximo, deve ser escriturado ao custo, e os investimentos são contabilizados como um ativo financeiro disponível para venda.

O § 6.2. da NCN 28, refere também que quando as DF de um investidor não possam ser consolidadas com as DF de uma associada, o investimento deve ser contabilizado:

- a) usando o método do custo; ou
- b) usando o método da equivalência patrimonial, dos dois o que for mais apropriado para a associada se a investidora emitir DF consolidadas; ou
- c) como um ativo financeiro disponível para venda, de acordo com a NCN 32 - Instrumentos Financeiros.

CAPÍTULO N.º 4
OS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS
GERALMENTE ACEITES

Capítulo n.º 4 - Os princípios contabilísticos geralmente aceites

4.1. Introdução

Os princípios contabilísticos são regras e guias de contabilidade, os quais são aplicados à mensuração das transações, à valorimetria dos ativos e passivos, no momento do reconhecimento dos rendimentos e dos gastos e da especialização (ou o acréscimo) dos mesmos, a fim de cumprirem com as funções de interesse público da contabilidade.

Para que um princípio contabilístico seja geralmente aceite, torna-se indispensável que tenha sido promulgado por um organismo profissional de reconhecida competência e que seja aceite por uma grande parte dos profissionais envolvidos no processo económico.

Os princípios contabilísticos referenciados na Lei da Contabilidade (2002) da Bulgária respeitam os princípios referenciados na 4.^a Diretiva da UE, tendo em consideração a experiência búlgara e a tradição na organização da contabilidade.

4.2. Os princípios contabilísticos geralmente aceites

De acordo com o § 1, do artigo 4.º da Lei da Contabilidade (2002), as DF anuais são elaboradas de acordo com os requisitos da Lei, em conformidade com os seguintes princípios contabilísticos:

1. da especialização (ou do acréscimo);
2. da empresa em continuidade.

O § 2, do citado artigo, refere que a contabilidade deve respeitar os seguintes princípios:

1. da prudência;
2. da (o) comparabilidade/balanceamento entre rendimentos e gastos
(*comparability of the incomes and expenses*);
3. da substância sobre a forma;
4. da consistência.

Vejamos cada um dos conceitos:

1. **Princípio da especialização (ou do acréscimo)** significa que os rendimentos e os gastos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas DF dos períodos a que respeitam.

2. **Princípio da continuidade** considera-se que a empresa opera continuamente, com duração ilimitada. Desta forma, entende-se que a empresa não tem intenção nem necessidade de entrar em liquidação ou de reduzir significativamente o volume das suas operações.

3. **Prudência** significa que é possível integrar nas contas um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza sem, contudo, permitir a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas ou a deliberada quantificação de ativos e rendimentos por defeito ou de passivos e gastos por excesso.

Devem também ser reconhecidas todas as responsabilidades incorridas no período em causa ou num período anterior, mesmo que tais responsabilidades apenas se tornem patentes entre a data a que se reporta o balanço e a data em que este é elaborado.

4. **Princípio da comparabilidade/balanceamento entre rendimentos e gastos** os gastos devem ser reconhecidos quando contribuírem para os correspondentes rendimentos.

5. **Princípio da substância sobre a forma** as operações devem ser contabilizadas atendendo à sua substância e à realidade económica e não apenas à sua forma legal.

6. **Consistência** considera-se que a empresa não altera as suas políticas contabilísticas de um exercício para o outro. Se o fizer e a alteração tiver efeitos materialmente relevantes, esta deve ser objeto de divulgação no anexo.

Em síntese, as DF devem proporcionar informação verdadeira e apropriada sobre a situação financeira e dos resultados das operações, para que sejam úteis a múltiplos utentes. Por informação “verdadeira e apropriada” deve entender-se a sua preparação de acordo com os PCGA.

CAPÍTULO N.º 5

CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA

Capítulo n.º 5 - Critérios de valorimetria

5.1. Introdução

Neste ponto teremos como objetivo expor a forma como a Estrutura Concetual considera o reconhecimento e a mensuração dos elementos das DF.

Assim, reconhecimento é o processo de incorporar no balanço e na demonstração dos resultados um item que satisfaça a definição desse item.

O reconhecimento de um item e a avaliação da satisfação dos critérios de reconhecimento tem de ter em atenção as condições de materialidade.

Por mensuração entende-se como um processo de determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das DF devem ser reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração dos resultados.

A questão da mensuração coloca-se no momento inicial e em momentos subsequentes. Assim, na apresentação da mensuração devemos analisar separadamente:

- a mensuração inicial; e
- a mensuração subsequente.

A mensuração inicial é, por regra, efetuada com base no custo.

Na mensuração subsequente existem diversas bases de mensuração com diferentes tratamentos no que se refere à contrapartida das variações de valor.

A problemática da mensuração dos ativos e dos passivos de uma empresa, é uma questão pertinente que provoca enormes discussões e debates entre os profissionais da contabilidade, dado o seu impacto nos elementos das DF.

Com a publicação da primeira versão da Lei da Contabilidade em 1991, aumentou o poder de ação do fator subjetividade, devido à influência das práticas internacionais de contabilidade, para a determinação do valor dos ativos e dos passivos e na apresentação das DF anuais.

5.2. A mensuração dos elementos das demonstrações financeiras

Antes de tratar os critérios de valorimetria previstos na Lei da Contabilidade (2002), apresentam-se as bases de mensuração que podem ser utilizadas na mensuração dos elementos das DF:

Custo histórico os ativos são registados pela quantia paga para os adquirir no momento da aquisição e os passivos são registados pelas quantias recebidas em troca das obrigações de pagar no futuro ou pelas quantias que se espera que venham a ser pagas para satisfazer esse passivo.

Custo corrente os ativos são registados pela quantia que teria de ser paga se o mesmo ativo ou equivalente fosse correntemente adquirido. Os passivos são registados pela quantia que seria necessária para liquidar correntemente a obrigação, sem recorrer ao processo de atualização financeira.

Valor realizável (de liquidação) os ativos são registados pela quantia que possa ser obtida numa venda ordenada do ativo. Os passivos são registados pelas quantias que se espera que sejam pagas no decurso normal dos negócios.

Valor presente (ou valor atual) os ativos são registados pelo valor atual dos fluxos líquidos futuros de caixa que se espera que o item gere no decurso normal dos negócios e os passivos pelo valor atual dos fluxos líquidos de caixa que se espera que sejam necessários para liquidar o item do passivo no decurso normal dos negócios.

Justo valor quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas.

5.3. Os critérios de valorimetria de acordo com a Lei da Contabilidade (2002) e as normas contabilísticas nacionais

De acordo com o § 1, do artigo 13.º da Lei da Contabilidade (2002), define que os ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos são mensurados e registados no momento da sua aquisição ao seu preço histórico ou outro preço, em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis.

O § 2, do referido artigo, descreve que o custo histórico é o custo de aquisição (*price of acquisition*), custo de produção (*cost price*) ou o justo valor (*fair price*).

No **custo de aquisição** inclui o preço de compra acrescido de todos os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento.

O **custo de produção** é aplicado na mensuração da produção (criação) de ativos da empresa, e não inclui os gastos administrativos, os custos de vender, e os gastos extraordinários e financeiros.

O conceito de **justo valor** é similar ao referenciado no subcapítulo 5.2., sendo este valor determinado com base no preço de venda, preço de troca das ações ou no preço de mercado.

Inventários³³ – são mensurados de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis, conforme o artigo 16.º da Lei da Contabilidade (2002).

Os inventários serão valorizados ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

À data do balanço, esse montante não pode ser superior ao valor de venda líquido.

Disponibilidades³⁴ - as disponibilidades em moeda estrangeira são expressas no balanço do final do exercício ao câmbio em vigor nessa data.

Relativamente a cada um dos elementos específicos dos títulos negociáveis e das outras aplicações de tesouraria, serão utilizados os critérios definidos para os inventários, na medida em que lhes sejam aplicáveis.

As diferenças de câmbio positivas são reconhecidas como um rendimento financeiro e as negativas como um gasto financeiro.

Dívidas de e a terceiros³⁵ - as operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação, salvo se o câmbio estiver fixado pelas partes ou garantido por uma terceira entidade.

À data do balanço, as dívidas de ou a terceiros resultantes dessas operações, em relação às quais não exista fixação ou garantia de câmbio, são atualizadas com base no câmbio dessa data.

Relativamente às diferenças de câmbio provenientes de financiamentos destinados aos ativos fixos, admite-se que sejam imputadas a estes somente durante o período em que tais ativos fixos estiverem em curso.

³³ Este tema é objeto de análise detalhada no Capítulo n.º 11 da presente Dissertação.

³⁴ Este tema é objeto de análise detalhada no Capítulo n.º 7 da presente Dissertação.

³⁵ Este tema é objeto de análise detalhada no Capítulo n.º 7 da presente Dissertação.

Ativos fixos³⁶ – os ativos fixos podem ser valorizados ao custo de aquisição, ao custo de produção ou ao valor de reavaliação.

Depreciações³⁷ – o custo dos ativos fixos, tangíveis e intangíveis, cuja utilização seja limitada no tempo, deve ser sistematicamente amortizado em cada exercício, de acordo com a correspondente vida útil.

Qualquer alteração a este critério deve ser divulgada no anexo.

A depreciação é efetuada a partir do mês seguinte à data de aquisição dos ativos fixos ou da entrada em funcionamento, conforme §§ 1 e 2, do artigo 15.º da Lei da Contabilidade (2002).

Reavaliação³⁸ – a reavaliação de ativos e passivos é efetuada com base nas normas contabilísticas aplicáveis, de acordo com o § 3, do artigo 13.º da Lei da Contabilidade (2002).

Investimentos financeiros³⁹ – o custo de aquisição de um investimento financeiro é dado pelo somatório de todas as despesas efetuadas para o adquirir, exceto quando tais despesas incluem já uma parcela do rendimento auferido entre a data de emissão dos títulos e a data da respetiva aquisição. Nestes casos, aquela parcela é considerada uma dívida a receber não considerada no valor de aquisição.

Os investimentos financeiros de curto-prazo são mensurados com base no valor de mercado, caso os títulos sejam negociados na bolsa de valores, e a reavaliação é efetuada mensalmente.

Os investimentos de longo-prazo são mensurados inicialmente ao custo e posteriormente com base no justo valor, e a reavaliação é efetuada à data do balanço ao abrigo da Lei da Contabilidade (2002).

³⁶ Este tema é objeto de análise detalhada nos Capítulos n.ºs 8 e 9 da presente Dissertação.

³⁷ Este tema é objeto de análise detalhada nos Capítulos n.ºs 8 e 9 da presente Dissertação.

³⁸ Este tema é objeto de análise detalhada nos Capítulos n.ºs 8 e 9 da presente Dissertação.

³⁹ Vide Capítulo n.º 3 da presente Dissertação.

CAPÍTULO N.º 6

GOODWILL

Capítulo n.º 6 - *Goodwill*

6.1. Introdução

O processo de globalização, que se tem acentuado nos últimos tempos, coloca novos desafios às empresas. Crescer tornou-se a forma mais eficaz de enfrentar os concorrentes. Para alcançar esse objetivo, muitas empresas apostam na aquisição de outras, em detrimento da opção de crescimento interno (criando novos produtos, novos mercados...), pelo que se tem assistido a um forte movimento de concentração de negócios. Este aspeto, aliado ao facto de, em muitas aquisições, o valor do *goodwill* atingir montantes consideráveis com efeitos importantes nas DF, confere grande atualidade ao tema a abordar neste capítulo.

É um facto que o preço pago por uma empresa está, por vezes, muito acima do justo valor dos seus ativos líquidos. O adquirente paga um conjunto de valores imateriais inerentes à empresa adquirida, na perspetiva de vir a obter, no futuro, ganhos superiores àqueles que seriam proporcionados pelos elementos patrimoniais identificados na contabilidade. Este valor imaterial é, em última análise, o *goodwill*.

Tratando-se de um conjunto de elementos intangíveis de difícil valoração, do ponto de vista contabilístico, não é fácil encontrar uma solução adequada para o seu tratamento.

Este capítulo tem como objetivo principal identificar o conceito, os métodos de contabilização das concentrações das atividades empresariais, o reconhecimento e mensuração do *goodwill*, a amortização do *goodwill*, a imparidade do *goodwill* adquirido, o reconhecimento e mensuração do *goodwill* negativo, e a amortização do *goodwill* negativo na contabilidade búlgara.

6.2. Conceitos

O *goodwill* pode ser definido através de duas perspetivas:

- a financeira; e
- económica.

Na perspetiva financeira o *goodwill* “(...) é considerado um pagamento antecipado de benefícios económicos futuros, em que a empresa adquirente paga não só o valor dos elementos que constituem o património da adquirida, mas também a sua capacidade de gerar lucros futuros.” (Gonçalves, 2002, p. 20).

Na perspetiva económica o *goodwill* “(...) considera-se que é possível identificar os ativos intangíveis não reconhecidos internamente, tais como: Know-how, marca, quota de mercado, boa reputação, carteira de clientes, qualidade de gestão, localização, entre outros. É precisamente este conjunto de elementos imateriais, denominado de *goodwill*, no âmbito do conceito económico que marca a diferença. São esses elementos que predispõem a empresa adquirente a pagar “algo mais” do que o simples valor contabilístico dos elementos identificados nas demonstrações financeiras da empresa adquirida.” (Gonçalves, 2002, p. 20).

De acordo com o § 14, subparágrafos a) e b) das disposições adicionais à Lei da Contabilidade (2002), e como complemento ao artigo 27.º, § 2, subparágrafo 1, alínea a) da Lei da Contabilidade (2002), define o *goodwill* e o *goodwill* negativo da seguinte forma:

“Goodwill representa qualquer excesso do custo de aquisição sobre o interesse do adquirente no justo valor dos ativos e passivos identificáveis adquiridos aquando da data da transação de troca.

Goodwill negativo representa qualquer excesso, à data da transação de troca, do interesse da adquirente nos justos valores dos ativos e passivos identificáveis adquiridos sobre o custo de aquisição.”

6.3. Métodos de contabilização das concentrações de atividades empresariais

O tratamento contabilístico do *goodwill* vem referenciado na NCN 22 – Concentrações de Atividades Empresariais.

Existem dois métodos teóricos para a contabilização das concentrações de atividades empresariais:

- o método da compra; e
- o método da comunhão de interesses.

Método da compra considera que os ativos e passivos são contabilizados pelo seu justo valor, podendo ser identificados ativos e passivos não incluídos na contabilidade.

É apurado um *goodwill* ou *goodwill* negativo em função da diferença entre o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificados e o custo de aquisição.

Método da comunhão de interesses os ativos e passivos são contabilizados pelos valores contabilísticos provenientes das empresas intervenientes no processo de fusão, não sendo calculado *goodwill* ou *goodwill* negativo.

Qualquer diferença entre o valor registado como capital emitido, acrescido dos valores pagos sobre a forma de dinheiro ou outros ativos, e o valor pelo qual é registado o capital adquirido, deve ser ajustada diretamente nos capitais próprios.

Os custos incorridos com o processo de unificação de interesses devem ser reconhecidos como gastos no período em que sejam incorridos.

O método a seguir segundo a NCN 22, requer a aplicação do método da compra ou do método da unificação de interesses, dependendo da identificação de uma adquirente ou não em todas as concentrações de atividades empresariais.

6.4. *Goodwill* proveniente da aquisição

6.4.1. Reconhecimento e mensuração

A adquirente deve, à data de aquisição, reconhecer o *goodwill* como um ativo, uma vez que incorpora benefícios económicos futuros.

Segundo a NCN 22, o *goodwill* deve ser inicialmente mensurado pelo seu custo, que corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição da concentração de atividades empresariais e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes à data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, o adquirente deve mensurar o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais ao custo menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

6.4.2. Amortização do *goodwill*

O *goodwill* deve ser capitalizado e amortizado numa base sistemática durante a sua vida útil, por um período que não deve exceder vinte anos a partir do reconhecimento inicial, exceto em casos especiais, quando existirem provas convincentes de que este período poderá ser maior.

A amortização relativa a cada período deve ser reconhecida como um gasto do período.

O período de amortização deve refletir a melhor estimativa do período durante o qual se espera que futuros benefícios económicos fluam para a empresa.

Quando não for razoavelmente determinada a forma pela qual são esperados benefícios económicos futuros, é aplicado o método linear.

6.4.3. Imparidade do *goodwill*

De acordo com o § 10.1. da NCN 36, o *goodwill* proveniente de uma aquisição representa um pagamento feito por um adquirente em antecipação de benefícios económicos futuros. Os benefícios económicos futuros podem resultar da sinergia entre os ativos adquiridos identificáveis ou de ativos que, individualmente, não se qualificam para o reconhecimento nas DF, por exemplo, os negócios existentes antes da concentração poderão ter economias de custos como consequência da concentração (Rodrigues, 2005).

Nesse caso, essa economia será objeto de quantificação, sendo imputada a esse negócio a correspondente parcela do *goodwill*.

O *goodwill* não gera fluxos de caixa independentemente de outros ativos ou grupo de ativos, e por isso, a quantia recuperável do *goodwill* como um ativo individual não pode ser determinada.

Em consequência, se houver uma indicação de que o *goodwill* possa estar com imparidade, a quantia recuperável é determinada para a unidade geradora de caixa à qual o *goodwill* pertence.

Esta quantia é então comparada com a quantia escriturada desta unidade geradora de caixa e qualquer perda por imparidade é reconhecida.

Ao testar uma unidade geradora de caixa para efeitos de imparidade, uma empresa deve identificar se o *goodwill* que se relaciona com esta unidade geradora de caixa é reconhecido nas DF. Se este for o caso, uma empresa deve executar um teste “de baixo para cima”, e se não for bem sucedido é executado um teste “de cima para baixo”.

O § 10.6. da NCN 36, refere que para determinar se a quantia recuperável do *goodwill* é inferior à quantia escriturada, as empresas primeiro aplicam o teste “de baixo para cima” e somente se a diferença entre os dois valores – quantia recuperável e a quantia escriturada não puder ser imputada numa base razoável e consistente é que se aplica o teste “de cima para baixo”.

Ao executar um teste “de baixo para cima”, a empresa deve:

- identificar se a quantia escriturada de *goodwill* pode ser imputada numa base razoável e consistente à unidade geradora de caixa sob revisão; e
- então, comparar a quantia recuperável da unidade geradora de caixa sob revisão com a sua quantia escriturada (incluindo a quantia escriturada do *goodwill* imputado, se houver) e reconhecer qualquer perda por imparidade.

Se ao executar o teste “de baixo para cima”, a empresa não puder imputar a quantia escriturada de *goodwill* numa base consistente e razoável à unidade geradora de caixa sob revisão, a empresa deve também executar um teste “de cima para baixo”, isto é, a empresa deve:

- identificar todos os ativos “corporate” que se relacionem com a unidade geradora de caixa sob revisão;
- este grupo de ativos diminui gradualmente até atingir o menor (ideal) grupo de ativos que geram fluxos de caixa independentes, ao qual pertence o *goodwill*.

O *goodwill* deve ser imputado às unidades geradoras de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa com que está relacionado.

O *goodwill* e as unidades geradoras de caixa devem ser sujeitos a testes de imparidade com a seguinte ordem:

- primeiro às unidades geradoras de caixa com *goodwill*;
- depois às unidades geradoras de caixa sem *goodwill*.

O reconhecimento da perda por imparidade é efetuada da seguinte forma:

- primeiro do *goodwill*;
- depois dos ativos das unidades geradoras de caixa.

Relativamente à reversão das perdas é efetuada da seguinte forma:

- revertem-se, para os ativos das unidades geradoras de caixa;
- o *goodwill* não é objeto de reversão de perdas de imparidade.

6.5. *Goodwill* negativo que surge na aquisição

6.5.1. Reconhecimento e mensuração

Como referido anteriormente, o *goodwill* negativo representa qualquer excesso, à data da transação de troca, do interesse da adquirente nos justos valores dos ativos e passivos identificáveis adquiridos sobre o custo de aquisição.

De acordo com o § 7.1. da NCN 22, a existência de um *goodwill* negativo pode indicar que os ativos identificáveis estão sobreavaliados ou que os passivos identificáveis tenham sido subavaliados ou omitidos contudo, nestes casos o *goodwill* negativo não é reconhecido contabilisticamente, sendo esta diferença ajustada ao balanço por contrapartida dos ativos ou passivos que a geraram.

O § 7.2. da NCN 22, estabelece que o *goodwill* negativo deve ser apresentado como uma dedução dos ativos da empresa que relata, da mesma forma que o *goodwill*.

De acordo com a NCN 22, a contabilização do *goodwill* negativo efetua-se em função da identificação ou não da expectativa de prejuízos futuros no plano de aquisição da investidora, ou ainda na hipótese de o mesmo não ser fundamentado na expectativa de prejuízos futuros.

6.5.1.1. *Goodwill* negativo relacionado com a expectativa de prejuízos futuros identificados no plano da adquirente

O § 7.3. da NCN 22, refere que na medida em que o *goodwill* negativo se relaciona com expectativas de perdas e gastos futuros que estejam identificados no plano da adquirente para a aquisição e que possam ser mensurados com fiabilidade, por exemplo, rescisões de contratos de trabalho, mudanças de *lay-out* fabril, etc., que estão incorporados no preço de compra mas que não representem passivos identificáveis à data de aquisição, essa porção do *goodwill* negativo deve ser reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados quando as futuras perdas e gastos forem reconhecidos.

6.5.1.2. *Goodwill* negativo não relacionado com a expectativa de prejuízos futuros identificados no plano da adquirente

O § 7.4. da NCN 22, menciona que na medida que o *goodwill* negativo não se relacione com expectativas de perdas e gastos futuros que tenham sido identificáveis no plano da adquirente para a aquisição e possa ser mensurado com fiabilidade, o *goodwill* negativo é um ganho que é reconhecido como rendimento quando os benefícios económicos futuros incorporados nos ativos amortizáveis/depreciáveis identificáveis adquiridos sejam consumidos. No caso de ativos monetários, o ganho é imediatamente reconhecido como rendimento.

6.5.1.3. *Goodwill* negativo não relacionado com prejuízos futuros identificáveis

Por fim, o § 7.5. da NCN 22, refere que na medida em que o *goodwill* negativo não se relacione com perdas e gastos futuros identificáveis esperados que possam ser mensurados com fiabilidade à data de aquisição, o *goodwill* negativo deve ser reconhecido como rendimento na demonstração dos resultados como segue:

- a) a quantia de *goodwill* negativo em excesso dos justos valores dos ativos não monetários identificáveis adquiridos devem ser reconhecidos imediatamente como rendimento;

b) a quantia de *goodwill* negativo que não exceda os justos valores de ativos não monetários identificáveis adquiridos deve ser reconhecido como rendimento numa base sistemática durante a vida útil média ponderada remanescente dos ativos amortizáveis/depreciáveis adquiridos identificáveis.

Caso não seja possível identificar a vida útil remanescente dos ativos amortizáveis/depreciáveis adquiridos, o *goodwill* negativo deve ser reconhecido como um rendimento num período de cinco a dez anos, exceto se o período de controlo sobre a adquirida (independentemente da razão) for inferior a cinco anos.

CAPÍTULO N.º 7
TRANSAÇÕES EM MOEDA
ESTRANGEIRA

Capítulo n.º 7 – Transações em moeda estrangeira

7.1. Introdução

Uma entidade pode levar a efeito atividades estrangeiras de duas maneiras.

Pode ter transações em moeda estrangeira ou pode ter unidades operacionais estrangeiras.

Além disso, uma entidade pode apresentar as suas DF numa moeda estrangeira.

O objetivo deste capítulo é prescrever como se devem incluir transações em moeda estrangeira e unidades operacionais estrangeiras nas DF de uma entidade e como se deve transpor as DF para uma moeda de apresentação. As principais questões prendem-se com a(s) taxa(s) de câmbio a usar e com o relato dos efeitos das alterações nas taxas de câmbio nas DF.

7.2. Tratamento contabilístico das operações em moeda estrangeira

7.2.1. Conceitos

O tratamento contabilístico das operações em moeda estrangeira vem referenciado na NCN 21 – Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio.

Esta Norma define os procedimentos para o relato dos efeitos das alterações das taxas de câmbio para as operações em moeda estrangeira, e a conversão das DF das operações estrangeiras para BGN e a sua inclusão nas DF anuais da entidade que relata.

A NCN 21 fornece-nos as seguintes definições:

Moeda de relato é a moeda usada na apresentação de DF anuais.

Moeda estrangeira é uma moeda que não seja a moeda de relato de uma empresa.

Transação em moeda estrangeira é uma transação que seja denominada ou exija liquidação numa moeda estrangeira, incluindo transações efetuadas por uma empresa, quando uma entidade:

- a) compra ou vende bens ou serviços cujo preço seja denominado numa moeda estrangeira;

- b) obtém empréstimos ou concede empréstimos e os montantes a pagar ou a receber sejam estabelecidas numa moeda estrangeira;
- c) torna-se parte de um contrato em moeda estrangeira;
- d) de outra forma adquire ou aliena ativos ou incorre ou liquida passivos, denominados numa moeda estrangeira.

Taxa de câmbio é o rácio de troca de duas moedas.

Taxa central é a taxa de câmbio anunciada pelo Banco Nacional da Bulgária (BNB) para fins contabilísticos.

Taxa de fecho é a taxa de câmbio à vista à data do balanço.

Diferença de câmbio é a diferença que resulta do facto de ser relatado o mesmo número de unidades de uma moeda estrangeira na moeda de relato a diferentes taxas de câmbio.

Atividades no estrangeiro correspondem à parte das atividades da empresa que relata as atividades no estrangeiro, as quais estão inseparavelmente ligadas com as atividades da empresa que relata, da seguinte forma:

- a) a entidade que relata exerce controle sobre as operações;
- b) o financiamento é efetuado principalmente pela entidade que relata;
- c) os fluxos de caixa da entidade que relata são diretamente afetados pelas operações dessas atividades.

Entidade estrangeira é uma unidade operacional estrangeira, cujas atividades não sejam uma parte integrante das da empresa que relata, sendo caracterizada pelo seguinte:

- a) as atividades de uma entidade estrangeira são caracterizadas por uma autonomia substancial face às atividades da entidade que relata;
- b) as operações com a entidade que relata não representam uma parte significativa da entidade estrangeira;
- c) as atividades da entidade estrangeira são financiadas principalmente pelas atividades ou por empréstimos locais, em vez da entidade que relata;

- d) as vendas da entidade estrangeira são relatadas noutra moeda que não a moeda de relato;
- e) os fluxos de caixa da entidade que relata são separados da entidade estrangeira;
- f) os custos são registados e os passivos são extintos principalmente na moeda local e não na moeda de relato.

Investimento líquido numa entidade estrangeira é o quinhão da empresa que relata nos ativos líquidos dessa entidade.

Itens monetários são o dinheiro devido e ativos e passivos a serem recebidos ou pagos em quantias de dinheiro fixadas ou determinadas.

Ativos líquidos⁴⁰ correspondem ao total dos ativos da empresa menos os seus passivos.

7.2.2. Reconhecimento e mensuração das operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, são registadas na contabilidade, no momento do seu reconhecimento inicial na moeda de relato, em BGN, pela aplicação à quantia de moeda estrangeira da taxa de câmbio entre a moeda de relato e a moeda estrangeira à data da transação.

No final de cada período de relato e quando o câmbio não tenha sido fixado entre as partes, os itens monetários e não monetários em moeda estrangeira, são registados da seguinte forma:

1. os itens monetários em moeda estrangeira são valorizados à taxa de fecho do ano em curso – taxa central do BNB;
2. os itens não monetários em moeda estrangeira que sejam escriturados com base no custo histórico denominados numa moeda estrangeira devem ser relatados pelo uso da taxa de câmbio à data da transação; e

⁴⁰ *Нетни активи*, no original. *Net assets* em inglês. Corresponde na terminologia búlgara a capitais próprios.

3. os itens não monetários que sejam escriturados pelo justo valor denominados numa moeda estrangeira devem ser relatados pelo uso das taxas de câmbio que existiam quando os valores foram determinados.

As diferenças de câmbio são reconhecidas da seguinte forma:

- a) quando ocorrer uma alteração na taxa de câmbio entre a data da transação e a data de liquidação de itens monetários decorrentes de transações em moeda estrangeira;
- b) na data das DF os itens monetários são valorizados a taxas de câmbio diferentes das que foram inicialmente registadas.

As diferenças de câmbio provenientes da liquidação de itens monetários ou do relato de itens monetários de uma empresa a taxas diferentes das que foram inicialmente registadas durante o período, ou relatadas em DF anteriores, devem ser reconhecidas como rendimentos ou gastos financeiros correntes no período em que elas surjam, exceto:

- a) as diferenças de câmbio provenientes de um item monetário que, em substância, faça parte de um investimento líquido de uma empresa numa entidade estrangeira devem ser classificadas como reserva de reavaliação nas DF da empresa até à alienação do investimento líquido, altura em que devem ser reconhecidas como rendimentos ou como gastos financeiros correntes;
- b) as diferenças cambiais provenientes de um passivo em moeda estrangeira que façam parte do investimento líquido de uma empresa numa entidade estrangeira devem ser classificadas como reserva de reavaliação nas DF da empresa até à alienação do investimento líquido, momento em que elas devem ser reconhecidas como rendimentos ou como gastos financeiros correntes.

Na transposição das DF de uma entidade estrangeira são convertidas em BGN, para incorporação nas suas DF, a empresa que relata deve usar os procedimentos seguintes:

- os ativos e passivos, quer monetários quer não monetários, da entidade estrangeira devem ser transpostos à taxa de fecho;
- os itens de rendimentos e de gastos da entidade estrangeira devem ser transpostos pelas taxas de câmbio das datas das transações, exceto quando a entidade estrangeira relatar na moeda de uma economia hiperinflacionária, caso em que os itens de rendimentos e gastos devem ser transpostos pela taxa de fecho; e
- todas as diferenças de câmbio resultantes devem ser classificadas como reservas de reavaliação até à alienação do investimento líquido.

A incorporação das DF de uma entidade estrangeira nas da empresa que relata segue os procedimentos normais de consolidação.

Quando as DF de uma entidade estrangeira forem elaboradas numa data de relato diferente da empresa que relata, a entidade estrangeira muitas vezes prepara, para fins de incorporação nas DF da empresa que relata, demonstrações com a mesma data da empresa que relata.

As DF de uma entidade estrangeira que relate na moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser reexpressas na moeda de uma economia hiperinflacionária, antes de serem transpostas para a moeda de relato da empresa que relata.

Logo que a economia cesse de ser hiperinflacionária e a entidade estrangeira interrompa a preparação e apresentação de DF em hiperinflação, ela deve usar as quantias expressas na unidade de medida corrente à data de descontinuação como os custos históricos para a transposição para a moeda de relato da empresa que relata.

Quando haja uma alteração na classificação de uma unidade operacional estrangeira, os procedimentos de transposição aplicáveis à classificação revista devem ser aplicados desde a data da alteração na classificação.

CAPÍTULO N.º 8

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Capítulo n.º 8 - Ativos fixos tangíveis

8.1. Introdução

Neste capítulo propõe-se abordar os principais aspetos do normativo que consagra os Ativos Fixos Tangíveis (NCN 16 – Ativos Fixos Tangíveis), de acordo com o sistema contabilístico búlgaro, dando a conhecer a perspetiva concetual do mesmo.

Os principais aspetos a considerar na contabilização dos ativos fixos tangíveis são o seu reconhecimento e mensuração, a depreciação, as perdas por imparidade, e o desreconhecimento.

O termo ativo fixo engloba os ativos não correntes da empresa, e em certas circunstâncias também podem ser denominados por ativos a prazo, por antítese a ativos correntes.

Os ativos fixos tangíveis são constituídos pelos recursos naturais e pelos recursos técnicos.

Tanto a NCN 4 – Contabilização da Depreciação como a Lei da Contabilidade (2002), definem as regras para a contabilização da depreciação dos ativos fixos tangíveis.

8.2. Tratamento contabilístico dos ativos fixos tangíveis de acordo com as normas nacionais

8.2.1. Conceitos

A NCN 16, define os requisitos básicos para a contabilização dos ativos fixos tangíveis.

Ativos fixos tangíveis são os recursos adquiridos identificáveis e detidos pela empresa que:

- a) têm uma substância física;
- b) utilizados na produção e/ou fornecimento/venda de bens ou de serviços, para arrendamento a outros, ou para fins administrativos; e
- c) se espera que sejam usados durante mais do que um período.

Segundo a NCN 16, um item do ativo fixo tangível deve ser reconhecido como um ativo quando for provável que futuros benefícios económicos associados ao ativo fluirão para a empresa, e o custo do ativo para a empresa possa ser mensurado com fiabilidade.

Quantia escriturada é a quantia pela qual um ativo é reconhecido nas DF, após a dedução de qualquer depreciação acumulada e de perdas por imparidade acumuladas e das suas avaliações subjacentes.

8.2.2. Mensuração

Os bens do ativo fixo tangível são inicialmente valorizados pelo seu custo.

O custo deve incluir, segundo a NCN 16 o preço de compra (incluindo direitos de importação e impostos não reembolsáveis) e excluindo descontos comerciais e abatimentos, e todos os custos diretos.

Segundo o § 4.1. da NCN 16, os exemplos de custos diretamente atribuíveis são:

- a) custos de preparação do local;
- b) custos iniciais de entrega e de manuseamento;
- c) custos de instalação e montagem;
- d) custos para testar o correto funcionamento do ativo, deduzidos de eventuais rendimentos na fase de teste;
- e) honorários profissionais; e
- f) o custo estimado de desmontar e remover o ativo e de restaurar o local, na medida em que ele seja reconhecido como uma provisão para passivos contingentes.

Os gastos administrativos e outros gastos gerais não devem ser incluídos na mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis, a menos que sejam diretamente atribuídos à aquisição do ativo ou para pôr o ativo apto a operar.

Quando o pagamento de um item do ativo fixo tangível seja diferido para além das condições normais de crédito, o seu custo é equivalente ao preço a dinheiro, e a diferença entre esta quantia e os pagamentos totais é reconhecida como gasto de juros durante o período de crédito.

Os juros de financiamentos destinados à aquisição do ativo não são capitalizados.

O custo de formação de pessoal para operar o ativo fixo tangível não é incluído na mensuração inicial. Ele é contabilizado como gastos de formação de pessoal.

Os custos de arranque e os outros custos similares de pré-produção não fazem parte do custo de um ativo.

As perdas operacionais iniciais incorridas antes de um ativo atingir o desempenho planejado são reconhecidas como gastos operacionais correntes.

O custo de um ativo construído pela própria empresa é avaliado inicialmente pelo seu custo que inclui apenas os custos de produção de base para a criação de ativos (custo de materiais, depreciação, salários, etc.), mas os gastos financeiros, extraordinários, e administrativos não são um componente do custo dos ativos fixos tangíveis.

Os bens recebidos por doação devem ser contabilizados nos ativos fixos tangíveis. O valor do bem deverá resultar de uma avaliação efetuada ao justo valor.

No caso dos sócios/acionistas realizarem as suas entradas de capital com ativos fixos tangíveis, os mesmos deverão ser avaliados pelo tribunal, bem como todos os custos diretos referidos no § 4.1. da NCN 16, de acordo com a Lei Comercial.

8.2.3. Troca de ativos

Quando o ativo fixo tangível for adquirido em resultado da troca ou da permuta parcial por um outro ativo fixo tangível dissemelhante ou por um outro ativo, o custo é determinado pelo justo valor do ativo recebido, que é equivalente ao justo valor do ativo cedido, ajustado pela quantia de qualquer dinheiro, ou seu equivalente, transferida.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido por troca com um ativo semelhante⁴¹ que tenha um uso semelhante no mesmo ramo de atividade de negócio e que tenha um justo valor semelhante, nenhum ganho ou nenhuma perda é reconhecida na transação.

⁴¹ Exemplos de trocas de ativos semelhantes incluem a troca de aviões, hotéis, estações de serviços e outras propriedades mobiliárias. Se outros ativos, tais como dinheiro forem incluídos como parte da transação de troca, isto pode indicar que os elementos trocados não têm um valor semelhante. Dito por outras palavras, estamos perante uma troca de ativos fixos tangíveis semelhantes quando sejam do mesmo tipo geral, executem a mesma função, e sejam usados na mesma linha de atividade.

Porém, o justo valor do ativo recebido pode proporcionar evidência de uma imparidade no ativo renunciado. Nestas circunstâncias o custo do ativo cedido é reduzido e esta redução de valor é imputada ao novo ativo.

8.2.4. Custos subsequentes

De acordo com a NCN 16, os dispêndios em reparações ou na manutenção de ativos fixos tangíveis são efetuados para restaurar ou manter os benefícios económicos futuros que uma entidade possa esperar do nível de desempenho do bem. Como tal, são geralmente reconhecidos como gastos quando incorridos.

As benfeitorias e grandes reparações poderão originar aumento dos benefícios económicos futuros. Nesse caso, deverão ser capitalizadas, integrando o valor do bem.

8.2.5. Mensuração subsequente ao reconhecimento inicial

Após a mensuração inicial, as entidades podem optar entre dois modelos para a mensuração dos ativos fixos tangíveis:

- **tratamento de referência (modelo do custo)** - após o reconhecimento inicial, cada ativo fixo tangível deve ser registado pelo custo, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas;
- **tratamento alternativo (modelo do justo valor)** - após o reconhecimento inicial, cada ativo fixo tangível deve ser reconhecido pela quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação acumulada e perdas de imparidade acumuladas subsequentes.

As revalorizações devem ser feitas com suficiente regularidade de tal modo que a quantia escriturada não difira materialmente da que seria determinada pelo uso do justo valor à data do balanço.

O aumento do ajustamento resultante da reposição ou da eliminação da depreciação acumulada faz parte do aumento ou da diminuição da quantia escriturada.

Quando uma quantia escriturada de um ativo seja aumentada como resultado de uma revalorização, o aumento é creditado na rubrica “Reserva de reavaliação”.

Os aumentos do ativo por revalorizações são levados ao capital próprio “Reserva de reavaliação”. No entanto, na medida em que esse aumento reverta uma perda reconhecida em anos anteriores, essa parcela será levada aos rendimentos do período, sendo o excedente levado ao capital próprio.

As diminuições de um ativo por revalorização são levadas ao capital próprio, até ao montante da reserva de reavaliação existentes. O remanescente será considerado gasto do período.

Deve proceder-se à transferência da reserva de reavaliação para resultados transitados em função da realização da revalorização. Essa realização ocorre pela depreciação, venda ou abate do bem.

8.2.6. Depreciação

A depreciação dos ativos fixos tangíveis é tratada de acordo com a NCN 4.

Os bens do ativo fixo tangível têm, normalmente, uma vida útil limitada e, por isso, devem ser depreciados em função da sua utilização.

Desta forma, estaremos a correlacionar os gastos de uso de um ativo com os rendimentos que ele gera.

A quantia depreciável de um ativo é determinada após a dedução do valor residual do ativo.

De acordo com a NCN 4, a quantia depreciável do ativo fixo tangível deve ser imputada numa base sistemática durante a sua vida útil, devendo o método de depreciação adotado refletir o modelo pelo qual os benefícios económicos do ativo são consumidos pela entidade.

De entre os vários métodos que existem para se efetuar o cálculo das depreciações dos bens do ativo fixo tangível, salientamos os seguintes:

- método de depreciação em linha reta ou linear; e
- métodos não-lineares (métodos não-lineares decrescentes, métodos não-lineares progressivos, os métodos de depreciação funcionais/desgaste funcional).

A vida útil é, segundo a NCN 4, o período durante o qual a entidade espera que um ativo esteja disponível para uso, ou o número de unidades de produção ou semelhantes que se espera obter do ativo.

8.2.7. Imparidade

Tendo em conta a NCN 36 as empresas devem, em cada data de relato, verificar se existe alguma indicação de que alguns dos seus ativos se encontram sobreavaliados. Caso afirmativo, então deve ser elaborada uma estimativa sobre o potencial valor recuperável.

A quantia recuperável de um ativo, de acordo com o § 2 da NCN 16, é o maior dos seguintes valores:

- justo valor deduzido dos custos para vender; e
- o seu valor de uso.

Se, e apenas se, a quantia recuperável de um ativo for menor do que a sua quantia escriturada, a quantia escriturada do ativo deve ser reduzida para a sua quantia recuperável. Esta redução é uma perda por imparidade.

Uma perda por imparidade deve ser imediatamente reconhecida nos resultados, a não ser que o ativo seja escriturado pela quantia revalorizada de uma outra Norma (por exemplo, de acordo com o modelo de revalorização da NCN 16). Qualquer perda por imparidade de um ativo revalorizado deve ser tratada como um decréscimo de revalorização de acordo com essa outra Norma.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o débito da depreciação (amortização) do ativo deve ser ajustado em períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver), numa base sistemática durante a sua vida útil remanescente.

No modelo do custo, o aumento da quantia escriturada de um ativo, que não o *goodwill*, atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade não deve exceder a quantia escriturada que teria sido determinada, se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida no ativo em anos anteriores.

Uma reversão de uma perda por imparidade de um ativo, que não o *goodwill*, deve ser reconhecida imediatamente nos resultados, a não ser que o ativo esteja escriturado pela quantia revalorizada segundo uma outra Norma (por exemplo, o modelo de revalorização da NCN 16). Qualquer reversão de uma perda por imparidade de um ativo revalorizado deve ser tratada como um acréscimo de revalorização de acordo com essa outra Norma.

Após ser reconhecida uma reversão de uma perda por imparidade, o débito da depreciação (amortização) do ativo deve ser ajustado em períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver), numa base sistemática durante a sua vida útil remanescente.

8.2.8. Desreconhecimento

De acordo com o § 11.1. da NCN 16, a quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível deve ser desreconhecida:

- a) no momento da alienação; ou
- b) quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação.

CAPÍTULO N.º 9
ATIVOS INTANGÍVEIS

Capítulo n.º 9 - Ativos intangíveis

9.1. Introdução

Inicialmente as regras para a contabilização dos intangíveis foram desenvolvidas a partir do IASB com a adoção da IAS 9 – Contabilização das Atividades de Investigação e Desenvolvimento, substituída pela IAS 38 – Ativos Intangíveis em 1999.

Segundo Moneva e Grozeva (2010), na literatura e prática contabilística búlgara, o conceito de ativo intangível surgiu após a mudança do sistema económico e político no final de 1989.

A regulamentação inicial do conceito não era suficientemente clara e concreta.

Devido à rápida e crescente substituição dos ativos tangíveis pelos intangíveis, como elementos determinantes na criação de valor das organizações, conduziram, nas últimas décadas, a uma perda contínua da relevância e, consequentemente, da utilidade da informação financeira para os seus utilizadores.

Atualmente, a contabilização dos ativos intangíveis na Bulgária e a sua apresentação nas DF anuais das empresas, é efetuada com base nos seguintes regulamentos básicos:

1. Lei da Contabilidade;
2. NNRFPME;
3. IAS/IFRS.

Assim, neste capítulo abordaremos os conceitos, o reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis, a aquisição de ativos intangíveis numa concentração de atividades empresariais, a troca de ativos, os bens recebidos por doação, as contribuições em espécie efetuadas pelos sócios/acionistas para a realização das entradas de capital, o *goodwill* gerado internamente, os ativos intangíveis gerados internamente – reconhecimento imediato como um gasto, a mensuração subsequente ao reconhecimento inicial, a amortização e perdas por imparidade, e o desreconhecimento dos ativos intangíveis.

9.2. Tratamento contabilístico dos ativos intangíveis de acordo com as normas nacionais

9.2.1. Conceitos

A NCN 38 – Ativos Intangíveis, define os procedimentos para a contabilização dos ativos intangíveis.

Ativos intangíveis são considerados ativos não monetários identificáveis adquiridos e controlados pela empresa, dos quais:

- a) não têm substância física, no entanto:
 - podem conter substância física; ou
 - ao serem utilizados podem ter uma substância física;
- b) são detidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento a outros, ou para finalidades administrativas;
- c) se espera obter benefícios económicos.

9.2.2. Reconhecimento e mensuração

Os critérios essenciais para o cumprimento da definição de ativo intangível conforme a NCN 38 são:

- identificabilidade;
- recurso controlado; e
- existência de benefícios económicos futuros.

Um ativo intangível deve ser reconhecido se, e somente se:

- for provável que os benefícios económicos futuros que sejam atribuíveis ao ativo fluirão para a empresa; e
- o custo do ativo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis devem ser inicialmente mensurados pelo seu custo.

O custo de um ativo intangível compreende o seu preço de compra, incluindo quaisquer direitos de importação e impostos de compra não reembolsáveis e quaisquer dispêndios diretamente atribuíveis para preparar o ativo para o uso pretendido.

Os dispêndios diretamente atribuíveis incluem, por exemplo:

- os custos de preparação do local;
- os custos de entrega;
- os custos de instalação;
- honorários resultantes diretamente de levar o ativo até à sua condição de funcionamento.

Se o pagamento de um ativo intangível for diferido para além do prazo normal de crédito, o seu custo é o equivalente ao preço a dinheiro. A diferença entre esta quantia e os pagamentos totais é reconhecida como gasto de juros durante o período de crédito.

Os descontos comerciais e abatimentos devem ser deduzidos ao custo.

Em geral, os custos administrativos não são incluídos na mensuração inicial, salvo se forem diretamente relacionados com a aquisição ou a adaptação do ativo intangível face às condições de trabalho.

9.2.3. Aquisição de ativos intangíveis numa concentração de atividades empresariais

Se um ativo intangível for adquirido numa concentração de atividades empresariais que seja uma aquisição, o custo desse ativo intangível é o seu justo valor à data da aquisição.

9.2.4. Troca de ativos

Sempre que um ativo intangível for adquirido por troca ou por permuta parcial com um ativo intangível dissemelhante ou outro ativo, o custo é mensurado pelo justo valor do ativo recebido, que é equivalente ao justo valor do ativo cedido, ajustado pela quantia de qualquer dinheiro ou equivalente transferido.

Se o ativo intangível for trocado por um ativo semelhante, o custo do ativo adquirido é igual à quantia escriturada do ativo cedido e daí nenhum ganho ou perda resulta.

9.2.5. Bens recebidos por doação

Os ativos intangíveis recebidos por doação são avaliados com base no justo valor.

9.2.6. Contribuições em espécie para a realização das entradas de capital

O valor dos ativos intangíveis recebidos em resultado das contribuições em espécie efetuadas pelos sócios/acionistas para a realização das entradas de capital, são avaliados pelo tribunal de acordo com a Lei Comercial.

9.2.7. *Goodwill* gerado internamente

O *goodwill* gerado internamente não deve ser reconhecido como um ativo.

9.2.8. Ativos intangíveis gerados internamente

9.2.8.1. Reconhecimento imediato como um gasto

Segundo a NCN 38, as marcas, cabeçalhos, títulos de publicações, listas de clientes e elementos substancialmente semelhantes gerados internamente não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis internamente gerados.

O custo de um ativo intangível gerado internamente corresponde à soma dos dispêndios desde a data em que se cumprem os critérios de reconhecimento, uma vez que é proibida a reposição de dispêndios anteriormente reconhecidos como gastos.

9.2.9. Mensuração subsequente ao reconhecimento inicial

A mensuração após o reconhecimento inicial pode ser efetuada através de duas abordagens:

- **tratamento de referência (modelo do custo)** - após o reconhecimento inicial, um ativo intangível deve ser registado pelo seu custo de aquisição (custo) menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas de imparidade acumuladas;
- **tratamento alternativo (modelo do justo valor)** - após o reconhecimento inicial, um ativo intangível deve ser registado por uma quantia revalorizada que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer amortização acumulada subsequente e quaisquer perdas de imparidade acumuladas subsequentes.

9.2.10. Amortização e perdas por imparidade

Os ativos intangíveis, poderão ser classificados em dois tipos:

- Ativos intangíveis com vida útil finita; e
- Ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Na prática, o que os distingue é o facto de os primeiros serem amortizados, por terem uma vida útil finita, contrariamente aos outros, em que não existe qualquer depreciação, dado que não existe uma data limite para o consumo de benefícios económicos futuros. Mais especificamente, vejamos os aspetos essenciais:

Ativos intangíveis com vida útil finita:

- está previsto o conceito de valor residual, pelo que a quantia sujeita a amortização deverá corresponder ao valor do custo menos esse valor;
- o método de amortização deverá ser seleccionado de acordo com o modelo de consumo de benefícios económicos, podendo ser o método de linha reta ou outro que a entidade considere mais apropriado;
- o período e o método de amortização deverão ser revistos, pelo menos, no final de cada ano financeiro;

- imparidade: neste tipo de ativos, apenas se efetuam testes de imparidade quando existirem indicações de imparidade.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida:

- este tipo de ativos não deverão ser amortizados;
- a vida útil deverá ser revista no final de cada período. No caso de se concluir que o ativo passou a ter uma vida finita, deverá ser iniciada a depreciação, sendo a alteração contabilizada como uma alteração de estimativa;
- imparidade: o teste de imparidade deverá ser efetuado anualmente, e sempre que haja indicação de que o ativo intangível poderá estar em imparidade.

9.2.11. Desreconhecimento

De acordo com o § 8.1. da NCN 38, um ativo intangível deve ser desreconhecido (eliminado do balanço) pela sua quantia escriturada:

- a) no momento da alienação; ou
- b) quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação subsequente.

CAPÍTULO N.º 10
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO

Capítulo n.º 10 - Despesas de investigação e desenvolvimento

10.1. Introdução

A investigação e desenvolvimento (I&D) revela-se, nos nossos dias, como um fator decisivo no crescimento económico da sociedade em geral, e das empresas, em particular.

Na realidade, no âmbito empresarial, a I&D assume-se como um dos principais elementos responsável pela criação de valor, desempenhando um papel vital na expansão das organizações, tornando-se essencial para a sobrevivência das empresas num mercado globalizado e fortemente competitivo. Não obstante a sua importância, muito poucos reconhecem os montantes investidos em I&D como um ativo nas DF, o que contribui para o desfasamento entre o valor contabilístico de uma empresa e o seu valor de mercado, reduzindo, assim, a relevância e a utilidade da informação financeira para os investidores.

Relativamente à NCN 38 – Ativos Intangíveis, esta determina que as despesas com a investigação sejam reconhecidas como gasto e as despesas com o desenvolvimento sejam reconhecidas como gasto ou ativo se preenchidas cumulativamente determinadas condições.

10.2. Tratamento contabilístico das despesas de investigação e desenvolvimento de acordo com as normas nacionais

10.2.1. Investigação

A NCN 38 define os termos seguintes com os significados especificados:

Investigação consiste numa investigação original e planeada levada a efeito com a perspetiva de obter novos conhecimentos científicos ou técnicos.

As atividades de investigação podem incluir:

- a) atividades visando obtenção de novos conhecimentos;

- b) a procura de, avaliação e seleção final de, aplicações das descobertas de pesquisa ou de outros conhecimentos;
- c) a procura de alternativas para materiais, aparelhos, produtos, processos, sistemas ou serviços; e
- d) a formulação, conceção, avaliação e seleção final de possíveis alternativas de materiais, aparelhos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou melhorados.

As despesas de investigação devem ser contabilizadas como um gasto do período em que forem incorridas.

10.2.2. Desenvolvimento

Desenvolvimento consiste na aplicação prática dos resultados da investigação ou de outros conhecimentos a um plano ou conceção para a produção de materiais, mecanismos, aparelhos, processos, sistemas ou serviços, novos ou substancialmente melhorados, antes do início da produção comercial ou uso.

Exemplos das atividades de desenvolvimento são:

- a) a conceção, construção e teste de protótipos e modelos de pré-produção ou de pré-uso;
- b) a conceção de ferramentas, utensílios, moldes, e suportes envolvendo nova tecnologia;
- c) a conceção, construção e operação de uma fábrica piloto que não seja de uma escala económica exequível para produção comercial; e
- d) a conceção, construção e teste de uma alternativa escolhida para materiais, aparelhos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou melhorados.

Um ativo intangível proveniente de desenvolvimento deve ser reconhecido como um ativo se, e somente se, uma empresa puder demonstrar tudo o que se segue:

- a viabilidade técnica, intenção e capacidade de o concluir para uso ou venda; e
- a forma como gerará prováveis benefícios económicos futuros, a disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros, e a sua capacidade para mensurar o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

Em matéria de amortizações é interessante salientar que a NCN 4 refere que, no tocante às atividades de I&D, a amortização dos montantes capitalizados deve ser efetuada numa base sistemática e racional, no exercício corrente e futuros, tendo sempre em conta o período de vida útil do bem, sendo que tal período máximo de amortização não vem especificado quer na NCN 4 quer na NCN 38.

Para além da questão das amortizações, é fundamental também efetuar um teste de recuperabilidade dos dispêndios capitalizados. Ou seja, dado que os montantes de I&D são capitalizados tendo em conta que determinada quantia é suscetível de ser recuperada através da obtenção de benefícios futuros, torna-se necessário realizar testes de recuperabilidade dos ativos, à data do balanço, para averiguar a associação entre a quantia capitalizada e a recuperável.

CAPÍTULO N.º 11

INVENTÁRIOS

Capítulo n.º 11 - Inventários

11.1. Introdução

Os inventários são, normalmente, um componente significativo das DF. O aspeto crucial nos inventários consiste em determinarmos qual o valor dos inventários que deve ser apresentado no ativo.

11.2. Tratamento contabilístico dos inventários de acordo com as normas nacionais

11.2.1. Custo dos inventários

A NCN 2 - Inventários, define os procedimentos destinados à mensuração e contabilização dos inventários.

De acordo com a NCN 2, o reconhecimento inicial do custo dos inventários (custo histórico) deve incluir todos os custos de compra, os custos de conversão e os outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais (materiais, produtos, mercadorias, obras em curso, etc.).

11.2.2. Custos de compra

Os custos de compra incluem:

- o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e outros custos diretamente atribuíveis à aquisição de materiais, produtos acabados e de serviços por categorias, para a sua utilização;
- descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos na determinação dos custos de compra.

Não são incluídos no custo de compra:

- a) os custos de armazenamento dos inventários;

- b) os custos administrativos;
- c) os custos financeiros;
- d) os custos extraordinários.

Estes custos são contabilizados como gastos correntes do período, durante o qual são incorridos.

11.2.3. Custos de conversão

Os custos de conversão de inventários incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão-de-obra direta.

Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos ao converter matérias em produtos acabados.

A maior parte dos subprodutos, pela sua natureza, são imateriais. Quando seja este o caso, eles são muitas vezes mensurados pelo valor realizável líquido e este valor é deduzido do custo do produto principal.

O custo de produção é determinado pelo valor dos materiais utilizados, custos de conversão, e outros custos associados com a prestação de serviços.

11.2.4. Outros custos

Outros custos somente são incluídos nos custos dos inventários até ao ponto em que sejam incorridos para os colocar no seu local e na sua condição atuais, por exemplo, pode ser apropriado incluir no custo dos inventários gastos não industriais gerais ou os custos de conceção de produtos para clientes específicos.

11.2.5. Custos de inventários de um prestador de serviços

O custo de serviços prestados é determinado pelos custos de mão-de-obra e de outros custos do pessoal diretamente comprometido no fornecimento do serviço, incluindo pessoal de supervisão, e gastos gerais atribuíveis.

11.2.6. Reconhecimento como um gasto

A quantia escriturada dos inventários deve ser reconhecida como um gasto no período em que o respetivo rédito dos inventários vendidos seja reconhecido.

11.2.7. Fórmulas de custeio

De acordo com a NCN 2, uma empresa deve utilizar o mesmo método para todos os inventários de natureza e uso similares.

Os métodos de custeio das saídas previstos na NCN 2 são os seguintes:

- a) primeiras a entrar, primeiras a sair a preços de custo (FIFO⁴²);
- b) últimas a entrar, primeiras a sair a preços de custo (LIFO⁴³);
- c) custo médio ponderado (CMP);
- d) custo específico.

Esta Norma não especifica qualquer orientação para a mensuração dos inventários de natureza específica.

O método LIFO é referenciado na NCN 2 como um método alternativo ao FIFO, ao CMP, e ao custo específico.

11.2.8. Mensuração subsequente

O critério geral é o de valorizar os inventários pelo custo ou valor realizável líquido dos dois o mais baixo, e a diferença deve ser contabilizada como um gasto (outros gastos operacionais correntes)⁴⁴.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados necessários para completar o ciclo de produção e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

⁴² *First in first out.*

⁴³ *Last in first out.*

⁴⁴ No PC não existe uma conta destinada à constituição de ajustamentos para inventários.

A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido e todas as perdas de inventários devem ser reconhecidas como um gasto do período em que o ajustamento ou perda ocorra.

A quantia de qualquer reversão do ajustamento de inventários, proveniente de um aumento no valor realizável líquido, deve ser reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados no período em que a mesma ocorra.

CAPÍTULO N.º 12

LOCAÇÕES

Capítulo n.º 12 - Locações

12.1. Introdução

O *leasing* (em português locação) é uma das formas de financiamento moderno utilizado tanto pelas PME como pelas grandes empresas, para a aquisição dos mais variados tipos de bens.

Este tipo de financiamento oferece mais vantagens do que os habituais empréstimos bancários.

Para um elevado número de entidades, a locação é uma forma de adquirir o direito de utilizar um ativo, normalmente, sem ter que pagar antecipadamente o seu valor total. Consubstancia-se assim, numa importante fonte de financiamento de médio e longo-prazo.

Deste modo, é importante que a sua contabilização forneça aos utentes das DF uma visão completa e clara da atividade de uma entidade que esteja relacionada com as locações.

O objetivo deste capítulo é o de prescrever, para locatários e locadores, o tratamento contabilístico a aplicar em relação a locações financeiras e operacionais.

12.2. Tratamento contabilístico das locações de acordo com as normas nacionais

12.2.1. Conceitos

O objetivo da NCN 17 – Locações, é o de prescrever, para locatários e locadores, as políticas contabilísticas e divulgações apropriadas a aplicar em relação a locações financeiras e operacionais.

Nesta Norma são usados os termos seguintes com os significados especificados:

Locação é um acordo pelo qual o locador transmite ao locatário em troca de um pagamento ou série de pagamentos o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado.

Locação financeira é uma locação que transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse de um ativo. O título de propriedade pode ou não ser eventualmente transferido.

Locação operacional é uma locação que não seja uma locação financeira.

12.2.2. Classificação de locações

A classificação de uma locação como financeira ou operacional depende da substância da transação e da sua forma legal.

A NCN 17 fornece os seguintes exemplos de situações que, normalmente, nos levarão a classificar uma locação como locação financeira:

- o locador transfere para o locatário todos os riscos e vantagens da propriedade;
- o locador transfere a propriedade do ativo para o locatário no final do prazo da locação;
- o locatário tem a opção de comprar o ativo por um preço que se espera seja suficientemente baixo relativamente ao justo valor na data em que a opção pode ser exercida, de tal forma que, no início da locação, se considera que a opção será exercida;
- o prazo da locação corresponde à maior parte da vida económica do ativo mesmo que o título não seja transferido.

Quando a locação de um terreno e edifícios é classificada, a locação deve ser dividida em dois elementos – a locação do terreno e a locação dos edifícios. A locação do terreno é geralmente classificada como uma locação operacional. A locação do edifício é classificada como operacional ou financeira através da aplicação das condições estabelecidas na NCN 17.

12.2.3. Contabilização das locações financeiras e das locações operacionais

12.2.3.1. Contabilização das locações financeiras

Contabilização pelos locatários:

Na ótica dos locatários, ocorre, em substância, uma “compra” de um ativo. Assim, os locatários devem contabilizar as locações financeiras no seu ativo, por contrapartida do passivo.

Assim, a contabilização efetua-se da seguinte forma:

- a) as locações financeiras dão origem a uma dívida a longo-prazo, pelo montante total dos pagamentos das rendas;
- b) o valor a contabilizar será o justo valor do bem locado ou, se inferior, o valor presente dos pagamentos mínimos durante a locação;
- c) a diferença entre os pagamentos mínimos da locação durante o prazo e o passivo registado no início, representa o encargo financeiro, sendo reconhecida como um gasto financeiro diferido;
- d) este encargo, é imputado aos períodos durante o prazo da locação de forma a produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo do passivo remanescente durante este período;
- e) o ativo deve ser depreciado, no caso de se tratar de um bem sujeito a depreciação. A política de depreciação a ser seguida deve ser a mesma aplicável aos demais ativos;
- f) pela redução da dívida a longo-prazo em função dos valores das rendas pagas.

Contabilização pelos locadores:

Para os locadores, numa locação financeira, ocorre, em substância, um empréstimo.

Assim, a contabilização efetua-se da seguinte forma:

- a) um ativo detido sob uma locação financeira deve ser registado no balanço não como ativo fixo tangível mas como uma conta a receber, por uma quantia igual ao investimento líquido na locação, cujo valor inclui:
 - o justo valor do ativo locado (preço de venda/valor de mercado), e a diferença entre o montante total dos pagamentos mínimos da locação e o justo valor do ativo locado, sendo reconhecida como um rendimento financeiro diferido;
- b) o ativo locado é desreconhecido pelo valor contabilístico;
- c) o ativo locado é reconhecido no período corrente como um rendimento financeiro diferido numa base sistemática consistente, na proporção dos valores a receber durante a vigência do contrato e o montante total dos pagamentos das rendas acordadas;
- d) pela redução das contas a receber em função dos valores das rendas recebidas.

12.2.3.2. Contabilização das locações operacionais

Numa locação operacional, em substância, não se verifica a transferência dos riscos e benefícios do bem locado.

De acordo com a NCN 17, a contabilização de uma locação operacional deverá ser efetuada da seguinte forma:

Contabilização pelos locadores:

- os locadores devem apresentar no seu balanço os ativos sujeitos a locação operacional, de acordo com a sua natureza. O rendimento proveniente de locações operacionais deve ser reconhecido no rendimento numa base linear durante o prazo da locação, salvo se outra base sistemática for mais representativa do modelo temporal em que o

benefício do uso do ativo locado seja diminuído por incentivo concedido pelo locador;

- a depreciação dos bens deverá ser efetuada numa base consistente com a política de depreciação seguida para bens similares.

Contabilização pelos locatários:

- as rendas pagas devem ser contabilizadas como gastos do período.

12.2.4. Transações de venda e relocação

Uma operação de venda e relocação consiste na venda de um ativo e na locação desse ativo pelo vendedor. Assim, o vendedor, apesar de vender o ativo, continua a utilizá-lo.

Se for considerada uma locação financeira, o eventual lucro deverá ser diferido para reconhecimento pelo prazo da locação.

Se for considerada uma locação operacional, dever-se-á considerar uma das três hipóteses:

- a venda foi efetuada ao justo valor: reconhece-se de imediato o resultado (perda ou ganho);
- a venda foi efetuada abaixo do justo valor: reconhece-se imediatamente o resultado (ganho ou perda). Exceto se, em caso de perda, essa perda for compensada com rendas inferiores ao valor de mercado. Nesse caso, a perda é diferida para compensação com o diferencial das rendas;
- a venda foi efetuada acima do justo valor: o excesso sobre o justo valor deve ser diferido e amortizado durante o período pelo qual se espera que o ativo seja usado.

CAPÍTULO N.º 13
IMPOSTOS DIFERIDOS

Capítulo n.º 13 - Impostos diferidos

13.1. Introdução

O tema dos impostos diferidos nasce devido às diferenças de critérios entre a contabilidade e a fiscalidade, originando que os ativos e os passivos tenham um valor contabilístico diferente da sua base fiscal.

Os impostos sobre o rendimento são calculados de acordo com as regras fiscais (na Bulgária, de acordo com as disposições do LCIT⁴⁵ - *Law on Corporate Income Tax*), as quais diferem das regras contabilísticas.

Todas as empresas búlgaras são obrigadas a adotarem a NCN 12 – Impostos sobre o Rendimento.

Na Bulgária existe uma autonomia e independência das normas contabilísticas em relação às normas fiscais.

O objetivo deste capítulo é o de prescrever o tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento. A principal questão na contabilização dos impostos sobre o rendimento é o de como contabilizar as consequências dos impostos correntes e futuros relativos à(s):

- a) recuperação futura (liquidação) da quantia escriturada de ativos (passivos) que sejam reconhecidos no balanço de uma empresa; e
- b) transações e outros acontecimentos do período corrente que sejam reconhecidos nas DF de uma empresa.

Tais diferenças originam a contabilização de ativos e passivos por impostos diferidos, os quais têm como objetivo efetuar uma correta especialização do imposto sobre o rendimento do período.

⁴⁵ Para mais informações Vide *Law on Corporate Income Tax (LCIT) Promulgated, State Gazette N.º 105/22.12.2006, effective 01.01.2007, amended and supplemented, SG N.º 52/29.06.2007, effective 01.11.2007. Chapter Six - General Dispositions Regarding Determination of Tax Financial Result, Determination of Tax Financial Result – Article 22, Permanent Tax Differences and Adjustment of Accounting - Article 23, Temporary Tax Differences and Adjustment of Accounting – Article 24, Tax-Recognized Income and Cost – Article 25, Chapter Seven - Permanent Tax Differences - Articles 26–33, Chapter Eight - Temporary Tax Differences – Articles 34–43.*

13.2. Tratamento contabilístico dos impostos diferidos de acordo com as normas nacionais

13.2.1. Conceitos

A NCN 12, determina os procedimentos para o reconhecimento dos impostos sobre o rendimento, as diferenças temporárias, e os efeitos tributários das diferenças temporárias.

Os termos seguintes são usados nesta Norma com os significados especificados:

Resultado antes de impostos é o resultado líquido de um período antes da dedução do gasto de impostos.

Lucro tributável (perda fiscal) é o lucro (perda) de um período, determinado de acordo com as regras estabelecidas pelas autoridades fiscais, sobre o qual são pagos (recuperáveis) impostos sobre o rendimento.

Base fiscal é o valor atribuído a um ativo ou passivo, rendimento ou gasto pelas autoridades fiscais para determinar o imposto (tributável) sobre o lucro.

Gasto de imposto (rendimento de imposto) é a quantia agregada incluída na determinação do lucro ou do prejuízo do período respeitante a impostos correntes e a impostos diferidos.

Imposto corrente é a quantia a pagar (a recuperar) de impostos sobre o rendimento respeitantes ao lucro tributável (perda fiscal) de um período.

Diferenças temporárias são as diferenças entre a quantia escriturada de um ativo, passivo, rendimentos, gastos e a sua base fiscal. As diferenças temporárias podem ser:

- Diferenças temporárias tributáveis – são as diferenças temporárias de que resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável (perda fiscal) de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada; ou
- Diferenças temporárias dedutíveis – são as diferenças temporárias de que resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável (perda fiscal) de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada;

- Perda fiscal – são as diferenças temporárias que resultam em poupanças fiscais.

Diferenças permanentes são as diferenças entre o resultado fiscal e o resultado contabilístico de um período que se originam no período corrente e não revertem nos períodos seguintes.

Ativos por impostos diferidos são as quantias de impostos sobre o rendimento recuperáveis em períodos futuros respeitantes a:

- a) Diferenças temporárias dedutíveis;
- b) Reporte de perdas fiscais não utilizadas; e
- c) Reporte de créditos tributáveis não utilizados.

Passivos por impostos diferidos são as quantias de impostos sobre o rendimento a pagar em períodos futuros com respeito a diferenças temporárias tributáveis.

13.2.2. Aplicação da NCN 12

Todas as empresas búlgaras são obrigadas a aplicar a NCN 12. A única exceção, é para as empresas mais pequenas com um volume de negócios que não ultrapasse os 50.000 levs (aproximadamente 25.000,00 €).

Estas empresas não são obrigadas a terem contabilidade organizada, conforme refere a Lei da Contabilidade (2002) no § 3 do artigo 32.º.

Caso optem pela contabilidade organizada, devem preparar um conjunto completo de DF anuais, ficando com a obrigação de aplicarem a NCN 12.

13.2.3. Reconhecimento de passivos e de ativos por impostos correntes

Os impostos correntes para períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se a quantia já paga com respeito a períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso deve ser reconhecido como um ativo.

O benefício relacionado com uma perda fiscal que possa ser reportada para recuperar impostos correntes de um período anterior deve ser reconhecido como um ativo.

O reconhecimento do gasto do imposto corrente é agregado no grupo dos gastos do período, reduzindo assim o lucro contabilístico ou aumentando as perdas contabilísticas.

O gasto do imposto corrente é determinado em função das taxas fiscais em vigor à data da elaboração das DF anuais.

13.2.4. Reconhecimento de passivos e de ativos por impostos diferidos

Segundo o § 4.1. da NCN 12, os ativos por impostos diferidos devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, diminuindo o resultado contabilístico do período corrente, quando for provável que venham a existir lucros tributáveis contra os quais o ativo por imposto diferido possa ser utilizado. Deve ser também reconhecido um ativo por impostos diferidos relativamente às perdas fiscais.

Está assim inerente ao reconhecimento de um ativo que a sua quantia escriturada será recuperada na forma de benefícios económicos que fluam para a entidade nos períodos futuros. Independentemente da probabilidade de obtenção futura de lucros tributáveis que permitam a recuperação dos ativos por impostos diferidos, um ativo por impostos diferidos deve ser reconhecido se existirem passivos por impostos diferidos (e até ao limite destes) decorrentes de diferenças temporárias tributáveis cuja reversão se espera que ocorra no mesmo período fiscal em que revertam as diferenças temporárias dedutíveis.

Segundo o § 5.1. da NCN 12, deve ser reconhecido um passivo por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

13.2.5. Mensuração

Segundo a NCN 12, os passivos (ativos) por impostos correntes dos períodos correntes e anteriores devem ser mensurados pela quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço.

Os ativos e passivos por impostos diferidos devem ser mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período quando seja realizado o ativo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que estejam aprovadas à data do balanço.

Sempre que ocorre uma alteração na taxa de impostos sobre lucros, os ativos e passivos por impostos diferidos terão de ser ajustados para passarem a refletir a nova taxa, por contrapartida do resultado do período (impostos sobre lucros – diferidos).

Os ativos por impostos diferidos devem ser revistos na data do balanço de cada período, devendo o seu valor ser ajustado em função da nova estimativa de lucros tributáveis futuros. A correspondente redução será reconhecida como um gasto do período (impostos sobre lucros – diferidos).

CAPÍTULO N.º 14

PENSÕES

Capítulo n.º 14 - Pensões

14.1. Introdução

O termo pensão pode ser entendido como uma prestação pecuniária regular, atribuída ao pessoal da empresa ou a familiares em caso de reforma, incapacidade para o trabalho ou de morte.

Em muitos países, o proporcionar benefícios de reforma é um elemento integrante da política de remuneração de uma empresa para os seus empregados. É importante que o custo de proporcionar estes benefícios de reforma seja devidamente contabilizado e que sejam feitas divulgações apropriadas nas DF da empresa.

O atual regime de pensões na Bulgária contempla três pilares:

- **primeiro pilar** – consiste na contribuição obrigatória por parte das empresas e empregados para o regime da Segurança Social - *National Social Security Institute* (NSSI), através do sistema *Pay-As-You-Go* (PAYG);
- **segundo pilar** – consiste num complemento obrigatório para seguros de pensões, totalmente financiado por fundos de pensões privados. Estes fundos de pensões compreendem:
 - os fundos de pensões universais (abertos) – consistem num seguro obrigatório constituído por pessoas que tenham nascido após o ano de 1959 (em vigor desde o ano de 2002);
 - os fundos de pensões profissionais – consistem num seguro obrigatório constituído pelos empregados com categorias profissionais específicas (em vigor desde o ano de 2000).
- **terceiro pilar** – consiste num complemento voluntário para os seguros de pensões, totalmente financiado por:
 - fundos de pensões privados voluntários (em vigor desde o ano de 1994);

- fundos de pensões profissionais, são baseados nos acordos coletivos de trabalho (em vigor desde o ano de 2007).

Na prática as empresas búlgaras aplicam em primeiro lugar os planos do Estado e depois os planos de contribuição definida, bem como os planos de seguros⁴⁶.

O objetivo da NCN 19 - Benefícios dos Empregados, é o de prescrever a contabilização e a divulgação dos benefícios dos empregados. A Norma requer que uma entidade reconheça:

- um passivo quando um empregado tiver prestado serviços em troca de benefícios de empregados a serem pagos no futuro; e
- um gasto quando a entidade consumir o benefício económico proveniente do serviço proporcionado por um empregado em troca dos benefícios do empregado.

14.2. Tratamento contabilístico das pensões de acordo com as normas nacionais

14.2.1. Conceitos

Os termos que se seguem são usados na NCN 19 com os significados especificados:

Benefícios a curto-prazo dos empregados são os benefícios dos empregados (que não sejam benefícios de cessação de emprego e benefícios de compensação em capital próprio) que se vençam na totalidade dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestem o respetivo serviço.

Outros benefícios a longo-prazo dos empregados são os benefícios dos empregados (que não sejam benefícios pós-emprego, benefícios de cessação de emprego e benefícios de remuneração em capital próprio) que não se vençam na totalidade dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respetivo serviço.

⁴⁶ Cfr. resposta a e-mail enviado ao Mestre e CPA Dimitar Markov Bazlyankov.

Estes benefícios incluem, por exemplo, licenças, benefícios de invalidez e remunerações liquidáveis após mais de doze meses da data do balanço, incluindo gratificações e participações nos lucros.

Planos de benefícios pós-emprego são acordos formais ou informais pelos quais uma entidade proporciona benefícios pós-emprego a um ou mais empregados.

Estes planos dividem-se em:

- planos de contribuição definida;
- planos de benefícios definidos;
- planos multiempregador;
- planos estatais;
- planos de remuneração (benefícios) em capital próprio.

Planos de contribuição definida são planos de benefícios pós-emprego pelos quais uma entidade paga contribuições fixadas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores.

Planos de benefícios definidos são planos de benefícios pós-emprego que não sejam planos de contribuição definida, cujo valor da obrigação é atualizado de modo a que não difira substancialmente dos montantes a pagar.

Planos multiempregador são planos de contribuição definida (que não sejam planos estatais) ou planos de benefícios definidos (que não sejam planos estatais) que:

- a) ponham em conjunto ativos contribuídos por várias entidades que não estejam sob controlo comum; e
- b) usem esses ativos para proporcionar benefícios aos empregados de mais de uma entidade, na base de que os níveis de contribuições e de benefícios são determinados não olhando à identidade da empresa que emprega os empregados em questão.

Benefícios de remuneração em capital próprio são benefícios dos empregados pelos quais:

- a) os empregados têm o direito a receber instrumentos financeiros de capital próprio emitidos pela entidade (ou pela sua empresa-mãe); ou
- b) a quantia da obrigação da entidade para com os empregados depende do preço futuro de instrumentos financeiros de capital próprio emitidos pela entidade.

Benefícios por cessação de emprego (*terminus*) são benefícios dos empregados pagáveis em consequência de:

- a) a decisão de uma entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma; ou de
- b) a decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

Estes benefícios não são incluídos no rendimento nem remunerados (benefícios) sob a forma de capital próprio.

Planos estatais são estabelecidos pela legislação para cobrir todas as entidades (ou todas as entidades numa particular categoria, por exemplo, um setor específico) e são operados pelo Governo ou por outra organização criada para o efeito.

Estes planos não estão sujeitos a um controlo nem a uma influência por parte da entidade que elabora as DF.

Planos de remuneração (benefícios) em capital próprio são acordos formais ou informais pelos quais uma entidade proporciona benefícios de remuneração em capital próprio para um ou mais empregados.

14.2.2. Reconhecimento e mensuração

14.2.2.1. Benefícios a curto-prazo

Quando um empregado tenha prestado serviço a uma entidade durante um período contabilístico, a entidade deve reconhecer a quantia não descontada de benefícios a curto-prazo de empregados que espera ser paga em troca desse serviço:

- a) como um passivo (gasto acrescido), após a dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder a quantia não descontada dos benefícios, uma entidade deve reconhecer esse excesso como um ativo (gasto pré-pago) na extensão de que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro; e
- b) como um gasto, exceto se as NCN exigirem ou permitirem a inclusão dos benefícios no custo de um ativo (por exemplo, a NCN 2, e a NCN 16).

14.2.2.2. Benefícios de cessação de emprego (*términus*)

Uma entidade deve reconhecer benefícios de cessação de emprego como um passivo e um gasto quando, e somente quando, a entidade esteja comprometida de uma forma demonstrável, ou a:

- a) cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- b) proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta efetuada para incentivar a rescisão do contrato de trabalho.

Quando os benefícios de cessação de emprego se vençam a mais de doze meses após a data do balanço, o seu montante deve ser descontado.

A NCN 19 refere que, no caso de uma oferta para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos benefícios de cessação de emprego deve basear-se no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

14.2.2.3. Benefícios de remuneração em capital próprio

A mensuração dos benefícios de remuneração em capital próprio atribuídos aos empregados é efetuada da seguinte forma:

- a) com base no valor nominal das ações e outros instrumentos de capital próprio; e
- b) do valor esperado do preço futuro de instrumentos financeiros de capital próprio emitidos pela entidade.

14.2.2.4. Planos de contribuição definida

Nos planos de contribuição definida, a entidade efetua contribuições de montante fixado para um fundo.

O risco atuarial (cujos benefícios sejam inferiores aos esperados) e o risco de investimento (cujos ativos investidos sejam insuficientes para satisfazer os benefícios esperados) recaem no empregado.

14.2.2.5. Planos de benefícios definidos

Nos planos de benefícios definidos, terá de se obter um estudo atuarial para se determinar o valor da obrigação futura, o qual deverá ser descontado para a data presente, devendo ser comparado com o justo valor dos ativos do plano que eventualmente exista. A lógica subjacente à contabilização deste tipo de custos é que o empregado tem duas remunerações: uma que é paga a curto-prazo (salário) e outra que será paga desde a data da sua reforma até à sua morte (complemento de pensão de reforma). O que se tem de fazer é estimar o valor das pensões a pagar e considerá-lo como gasto durante a vida ativa do empregado. Dessa forma, estaremos a correlacionar os benefícios decorrentes do trabalho do empregado com a totalidade dos custos necessários para ter aqueles benefícios.

A contabilização dos planos de benefícios definidos é complexa porque são necessários pressupostos atuariais para mensurar a obrigação e o gasto e existe a possibilidade de ganhos e perdas atuariais. Além disso, as obrigações são mensuradas numa base descontada porque elas podem ser liquidadas muitos anos após os empregados prestarem o respetivo serviço.

14.2.2.6. Planos multiempregador

Uma entidade deve classificar um plano multiempregador como um plano de contribuição definida ou como um plano de benefícios definidos segundo os termos do plano (incluindo qualquer obrigação construtiva que vá para além dos termos formais).

Sempre que um plano multiempregador for um plano de benefícios definidos, uma entidade deve contabilizar a sua parte proporcional da obrigação de benefícios definidos, dos ativos do plano e do custo associado ao plano da mesma forma como qualquer outro plano de benefícios definidos.

Quando não estiver disponível informação suficiente para utilizar a contabilização de benefícios definidos de um plano multiempregador que seja um plano de benefícios definidos, uma entidade deve contabilizar o plano como se fosse um plano de contribuição definida.

Tal plano cria risco atuarial para a entidade: se o custo final dos benefícios já ganhos à data do balanço for maior do que o esperado, a entidade terá de ou aumentar as suas contribuições ou de persuadir os empregados a aceitarem uma redução dos benefícios.

14.2.2.7. Planos estatais

Um plano estatal deve ser contabilizado da mesma maneira que um plano multiempregador. Embora os planos estatais sejam caracterizados como de natureza de benefícios definidos, na maioria dos planos estatais, a entidade não tem obrigação de pagar esses futuros benefícios, sendo sua obrigação pagar as contribuições. Por isso, os planos estatais são, normalmente, planos de contribuição definida.

14.2.2.8. Planos de seguros

Uma entidade pode pagar prémios de seguro para contribuir para um fundo de um plano de benefícios pós-emprego. Tal plano deve ser tratado como um plano de contribuição definida, salvo se a entidade venha a ter uma obrigação legal ou construtiva de:

- a) pagar os benefícios dos empregados diretamente quando se vencem; ou
- b) pagar contribuições adicionais se o segurador não pagar todos os benefícios futuros do empregado relativos ao serviço do empregado no período corrente e em anteriores.

Se a entidade retiver tal obrigação legal ou construtiva, a entidade deve tratar o plano como um plano de benefícios definidos.

CAPÍTULO N.º 15
ACONTECIMENTOS APÓS A DATA
DO BALANÇO

Capítulo n.º 15 - Acontecimentos após a data do balanço

15.1. Introdução

As DF, em regra, reportam-se à data de 31 de dezembro e, por isso, refletem todas as transações que ocorrem até àquela data. No entanto, desde a referida data até à data em que as DF são autorizadas para emissão poderão ocorrer acontecimentos com grande impacto na situação financeira, no desempenho da empresa e nos seus fluxos de caixa, por vezes até na própria continuidade da empresa.

Estes acontecimentos, denominados de acontecimentos após a data do balanço, devem ser refletidos através de ajustamentos nas DF ou pela sua divulgação nas notas do anexo.

15.2. Tratamento contabilístico dos acontecimentos após a data do balanço de acordo com as normas nacionais

15.2.1. Conceitos

A NCN 10 - Acontecimentos Ocorridos Após a Data das Demonstrações Financeiras Anuais, especifica em que termos são efetuados os ajustamentos na preparação das DF anuais sobre os acontecimentos ocorridos após a data das DF anuais e a divulgação que as empresas devem efetuar na data em que as DF anuais são oficialmente aprovadas para publicação, em relação aos acontecimentos ocorridos após a data das DF anuais.

Acontecimentos após a data do balanço são aqueles acontecimentos, favoráveis e desfavoráveis, que ocorram entre a data do balanço e a data em que as DF forem autorizadas para emissão.

Podem ser identificados dois tipos de acontecimentos:

- a) aqueles que proporcionem prova de condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão lugar a ajustamentos); e
- b) aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos).

Esta Norma define as seguintes datas:

- **Data das DF anuais corresponde:**

- a) a 31 de dezembro;
- b) à data da dissolução da empresa – independentemente do motivo da dissolução – insolvência, liquidação ou suspensão da atividade;
- c) a qualquer outra data definida na lei que preveja a elaboração das DF.

- **Data da preparação das DF anuais** data fixada pela lei para a preparação das DF anuais;
- **Data oficial da aprovação da publicação das DF anuais** é a data a partir da qual as DF aprovadas pelo órgão de gestão se disponibilizam para conhecimento de terceiros ou, se aplicável, de um conselho de supervisão (constituído unicamente por não-executivos). O processo de autorização da emissão variará consoante a natureza, a organização da entidade e as exigências legais a que a mesma está submetida;
- **Data da certificação das DF anuais** data fixada pelo CPA ou pela empresa de auditoria para a certificação das DF anuais. Esta data não pode ser anterior à data em que as DF anuais sejam aprovadas para publicação nem posterior à data da publicação;
- **Data da publicação das DF anuais** data da publicação das DF anuais.

15.2.2. Reconhecimento e mensuração

15.2.2.1. Acontecimentos após a data do balanço que dão lugar a ajustamentos

Uma entidade deve ajustar as quantias reconhecidas nas suas DF para refletir os acontecimentos após o período de relato que dão lugar a ajustamentos.

Seguem-se exemplos de acontecimentos após o período de relato que dão lugar a ajustamentos e que exigem que uma entidade ajuste as quantias reconhecidas nas suas DF, ou que reconheça itens que não foram anteriormente reconhecidos:

- a) deterioração financeira de um devedor, confirmada pela sua falência;
- b) definição de uma ação judicial por um valor diverso do previsto no fecho das contas;
- c) obtenção de informação após a data do balanço que indique que um ativo estava em imparidade à data do balanço, ou que a quantia da perda por imparidade anteriormente reconhecida para esse ativo necessita de ser ajustada;
- d) a determinação após a data do balanço do custo de ativos comprados, ou os proventos de ativos vendidos, antes da data do balanço;
- e) todos os acontecimentos devem especificar os valores consagrados para a determinação do passivo potencial à data das DF anuais;
- f) a descoberta de fraudes ou erros que mostrem que as DF estavam incorretas.

15.2.2.2. Acontecimentos após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos

Uma entidade não deve ajustar as quantias reconhecidas nas suas DF para refletir os acontecimentos após o período de relato que não dão lugar a ajustamentos.

São exemplos típicos de acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos, os seguintes casos:

- a) pela perda de ativos da empresa após a data das DF anuais;
- b) alterações nos valores de mercado dos ativos ou passivos incorridos após a data em que as DF anuais são aprovadas para publicação;
- c) os negócios realizados após a data das DF anuais;
- d) anúncio de um plano para descontinuar uma unidade operacional ou de cessação da atividade por um período após a data das DF anuais;
- e) anúncio, ou início de implementação, de uma reestruturação importante da empresa a partir da data das DF anuais;

- f) importantes transações conducentes a mudanças na composição dos proprietários da empresa após a data das DF anuais;
- g) alterações anormais em preços de ativos ou taxas de câmbio após a data das DF anuais;
- h) alterações ocorridas na legislação fiscal após a data das DF anuais, que tenham um efeito significativo sobre os ativos e passivos por impostos diferidos;
- i) assunção de compromissos ou passivos contingentes significativos, por exemplo, pela emissão de garantias significativas; e
- j) iniciar litígios importantes que provenham unicamente de acontecimentos que ocorreram após o período de relato.

Para estes acontecimentos, não são efetuados quaisquer ajustamentos aos valores reconhecidos nas DF. Apenas são divulgados no anexo os acontecimentos considerados significativos.

Resumo e conclusões

Durante as últimas décadas ocorreram importantes alterações na contabilidade, redimensionando o alcance da informação contabilística de esfera nacional para outra com dimensões internacionais.

Com a globalização e a internacionalização das economias, houve a necessidade de eliminar os obstáculos relativos à comparabilidade da informação.

A este propósito, será de destacar o papel desempenhado pelos organismos de harmonização contabilística, que desde uma perspectiva pública ou privada, regional ou mundial, foram responsáveis pelo desenvolvimento de um conjunto de regras e princípios a seguir em diferentes países ou mercados.

Os problemas das empresas europeias de grande dimensão, que procuram obter capital nos mercados de capitais internacionais, não foi resolvido pelas diretivas, pois viram-se obrigadas a elaborar um segundo conjunto de DF. A tomada de consciência de tal situação levou a UE, em meados da década de noventa, a adotar uma nova estratégia, unindo os seus esforços aos desenvolvidos pelo IASB.

Como consequência desta nova estratégia foi publicado o Regulamento (CE) n.º 1606/2002, que veio a obrigar as empresas com valores cotados nos mercados da UE a elaborar as suas contas consolidadas em conformidade com as NIC, a partir de 01 de janeiro de 2005.

A nossa dissertação centra-se na caracterização do sistema contabilístico búlgaro, no período anterior à aprovação do Regulamento (CE) n.º 1606/2002.

O sistema contabilístico búlgaro é orientado pela Lei da Contabilidade e pelas NCN.

A primeira versão à Lei da Contabilidade após a entrada da Bulgária numa economia de mercado, remonta ao ano de 1991, sofrendo as devidas alterações ao longo dos anos.

O SNC tem como base as IAS do IASB, adotadas pela Bulgária, e adaptadas à realidade nacional.

Desde 2002, que a Bulgária adotou as novas regras de contabilidade que regem a aplicação das NIC e todas as NCN foram alinhadas com aquelas.

A partir de 2003, todas as empresas búlgaras foram autorizadas a utilizar as IFRS, mas não as adotadas na UE.

A contabilidade búlgara dispõe de dois normativos originais, que são a NCN 9 e a NCN 13.

Constatamos também, que a Lei da Contabilidade (2002) dá uma certa ênfase às operações *off-balance* (fora de balanço) de ativos e passivos contingentes.

Sendo as DF, a forma privilegiada de informar os interessados acerca da posição económica e financeira das entidades económicas, é normal que sejam objeto de preocupação constante sobre a forma como o devem fazer.

A NCN 1 tem por base a Norma Internacional de Contabilidade IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras.

As DF deverão obedecer a esta Norma, quanto à estrutura e conteúdo: o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações do capital próprio e o anexo. A demonstração dos fluxos de caixa é desenvolvida e tratada na NCN 7.

De acordo com a IAS 1, as notas devem na medida do praticável, ser apresentadas de uma maneira sistemática. Cada rubrica no balanço, demonstração dos resultados, demonstração das alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa deve ter referência cruzada com qualquer informação divulgada nas notas.

A NCN 1, não faz menção à referência cruzada da informação financeira, apenas são divulgadas nas notas às DF.

As políticas contabilísticas são desenvolvidas em conformidade com os PCGA na Bulgária, mas nem todas as orientações exigidas pelas IAS foram seguidas pelas NCN.

De acordo com a NCN 1, compete a cada entidade a definição das políticas contabilísticas mais adequadas à sua atividade e ao setor em que se insere, tendo em consideração, naturalmente, as restrições impostas pela Lei da Contabilidade e pelas NNRFPM.

Sempre que o SNC búlgaro não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou de relato financeiro, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, presente, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, fica desde já estabelecido, tendo em vista tão somente a superação dessa lacuna, o recurso, supletivamente às IFRS.

As DF de uma dada entidade devem ser preparadas de acordo com o Regime Contabilístico do Acréscimo exceto para a informação dos fluxos de caixa que será elaborada de acordo com o Regime Contabilístico do Caixa.

A periodicidade da apresentação das DF continua a ser de um ano, muito embora, se houver necessidade daqueles documentos respeitarem a períodos mais curtos ou mais longos, deve ser divulgada a razão de tal procedimento, assim como o facto da não comparabilidade das quantias expressas na demonstração dos resultados, na demonstração das alterações no capital próprio, na demonstração dos fluxos de caixa e nas notas do anexo relacionadas.

Relativamente à consolidação de contas, a NCN 27 segue as orientações gerais da IAS 27.

De acordo com a NCN 27, as empresas são obrigadas a consolidar, as que tenham a forma jurídica de sociedade anónima, em comandita por ações ou por quotas, bem como de todas as suas filiais qualquer que seja o local e sede destas.

As empresas podem ser excluídas da consolidação, quando operarem sob severas restrições de longo-prazo que significativamente afete o exercício económico.

A NCN 27, não faz qualquer referência à(s) empresa(s)-mãe dispensada(s) da consolidação.

A Lei da Contabilidade (2002), menciona a comparabilidade/balanceamento entre rendimentos e gastos como um PCGA, não fazendo quaisquer referências à utilização dos PCGA da materialidade e do custo histórico.

No capítulo cinco, efetuamos uma breve reflexão sobre as bases de mensuração atendendo ao objetivo da informação financeira de dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação económico-financeira de uma entidade e dos resultados das operações do exercício, bem como de permitir uma avaliação correta por parte dos utilizadores dessa informação.

Pelo estudo efetuado, pode dizer-se que existem essencialmente três métodos de mensuração de ativos e passivos referenciados na Lei da Contabilidade (2002): o custo de aquisição, o custo de produção, e o justo valor.

O crescimento tem sido um dos objetivos mais importantes na definição da estratégia das empresas. A opção pela concentração de negócios é a forma mais utilizada e a mais eficaz para o alcançar.

De acordo com a NCN 22, existem dois métodos para a contabilização das concentrações de atividades empresariais – o método da compra e o método da comunhão de interesses.

Assim, o seu tratamento contabilístico deve ser bem analisado, uma vez que os vários métodos possíveis apresentam diferentes consequências nas DF.

A adoção de um único tratamento para a contabilização do *goodwill* está longe de ser alcançada. Torna-se difícil conciliar todos os aspetos não consensuais que o tema envolve o que, aliado à controvérsia existente, não permite vislumbrar, a curto-prazo, uma solução que a todos satisfaça.

A NCN 22 refere que, o *goodwill* negativo, quando estiver relacionado com a expectativa de prejuízos futuros identificados no plano de aquisição, deve ser reconhecida no resultado do exercício à medida que os gastos e as perdas estimadas ocorrerem. Já o *goodwill* negativo não relacionado com a expectativa de prejuízos futuros identificados no plano deve ser reconhecido como um rendimento do exercício da seguinte forma: o valor do *goodwill* negativo que não exceder o justo valor dos ativos não monetários identificados deve ser reconhecido como um rendimento, com base na média ponderada de vida útil remanescente dos ativos identificáveis sujeitos a amortização ou depreciação, sendo que o valor que exceder estes ativos deverá ser reconhecido imediatamente como um rendimento.

O *goodwill* negativo não relacionado com a expectativa de prejuízos futuros identificados no plano de aquisição, se estiver relacionado com ativos não monetários, deverá ser registado como um rendimento diferido e amortizado à medida que estes ativos forem sendo realizados por depreciação ou amortização e caso o mesmo esteja relacionado com ativos monetários deve ser registado diretamente no resultado do exercício.

Como regra geral, as diferenças de câmbio de elementos monetários são refletidas como resultado do período em que se verificaram, exceto como uma componente separada do capital próprio (reserva de reavaliação) até à data de venda do investimento e em resultados no momento da venda, quando a diferença de câmbio resulta de elementos monetários que fazem parte do investimento líquido de uma entidade numa operação estrangeira.

O conceito de moeda funcional não foi adotado pela NCN 21.

Verificou-se também, que de um modo geral, a NCN 16 não se afastou da IAS 16 – Ativos Fixos Tangíveis, até porque a NCN 16 nos últimos anos sofreu várias influências anglo-saxónicas e o SNC búlgaro baseia-se nas NIC.

No entanto, trata-se de um sistema mais complexo, contemplando numa só norma todas as disposições gerais relativamente a esta matéria e remetendo para outras normas o tratamento de situações específicas, como são os casos da amortização/depreciação (NCN 4), e da imparidade (NCN 36).

A mensuração dos ativos fixos tangíveis como dos ativos intangíveis pode ser realizada pelo modelo do custo ou pelo modelo de revalorização (baseado no justo valor).

Em qualquer um dos modelos a quantia escriturada é o valor obtido após a dedução de quaisquer depreciações e imparidades acumuladas.

Relativamente aos métodos de depreciação e amortização podem ser utilizados diversos métodos, nomeadamente os referenciados na NCN 4.

O tratamento contabilístico preconizado para os intangíveis, apoiado em restritos critérios de reconhecimento e no princípio da prudência, dificilmente se torna compatível com uma economia baseada no conhecimento, na qual são, essencialmente, os elementos intangíveis que são determinantes ao nível da criação de valor.

Atualmente, assistimos a uma incapacidade do sistema contabilístico em refletir apropriadamente os intangíveis tendo, como consequência, uma crescente disparidade entre o valor contabilístico de uma empresa e o seu valor no mercado de capitais. Do mesmo modo, as DF têm perdido relevância, tornando-se a informação financeira cada vez menos útil para a tomada de decisões por parte dos utilizadores.

Os organismos emissores de normas, quer as organizações de profissionais, coincidem em sugerir que os utilizadores das DF necessitam mais e melhor informação de carácter prospetivo, indicadores não financeiros e, preferencialmente, mais informação sobre os intangíveis que se possam apresentar relevantes para determinar o valor das empresas.

Ao longo do presente trabalho, constatámos que as normas de contabilidade nacionais e internacionais relacionados com os ativos intangíveis seguem de uma forma geral a mesma linha orientadora, havendo a registar um ou outro ponto menos convergente.

De acordo com a NCN 38, esta determina que as despesas com a investigação sejam reconhecidas como gasto e as despesas com o desenvolvimento sejam reconhecidas como gasto ou ativo se preenchidas cumulativamente determinadas condições.

A divulgação das despesas de I&D, se reconhecidas como ativo, as quais devem ser descritas no anexo.

Esta informação é particularmente pertinente para os utilizadores da informação contabilística, em particular para aqueles que se servem desta informação para efeitos estatísticos.

Os inventários devem ser mensurados pelo custo ou valor realizável líquido dos dois o mais baixo.

O LIFO é um método alternativo e aceite para a mensuração dos inventários.

Assim, desejando que o balanço exprima de forma verdadeira e apropriada o resultado efetivamente realizado e, nessa concordância, que os inventários figurem pelo seu custo exato (aquisição ou produção), este deverá ser calculado em toda a sua extensão. Fazerem-se figurar por um valor superior conduzirá a um resultado sobrevalorizado e, pelo contrário, se esse valor for inferior, o resultado está subavaliado e dará, conseqüentemente, lugar à criação das chamadas reservas ocultas.

A contratação de um *leasing* (em português locação), como forma de financiamento cada vez mais disseminado, bem como os seus efeitos financeiros em termos de custos a suportar nos ambientes temporais de curto, médio e longo-prazo, deve ser uma operação clara e objetivamente divulgada no balanço. A simples divulgação em notas explicativas tornam-se insuficientes, uma vez que não complementa, antes substitui, a informação que tão bem se enquadra em classes patrimoniais divulgadas naquele demonstrativo.

De acordo com a NCN 17, os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse, e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse.

A diferença entre estas opções de locação é importante porque a primeira é classificada como um ativo e a segunda como um gasto do exercício.

A NCN 12, que trata dos impostos sobre o rendimento, é aplicável a todas as entidades que sejam obrigadas a elaborar as DF mais desenvolvidas, o que exclui da sua

aplicação todas as empresas mais pequenas com um volume de negócios que não ultrapasse os 50.000 levs (aproximadamente 25.000,00 €).

As DF das empresas devem dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira em determinada data e dos resultados obtidos no período que termina naquela data, de acordo com os PCGA.

A contabilização dos impostos sobre os lucros, embora parecendo, não é assunto pacífico, já que de tratamento contabilístico diferenciado resultam diferentes resultados e diferentes posições financeiras, para a mesma situação concreta.

Enquanto o resultado contabilístico é determinado de acordo com os princípios, normas e regras contabilísticas, o resultado fiscal (lucro ou prejuízo) é estabelecido de acordo com as regras concretas da legislação fiscal.

De acordo com o § 8 da NCN 12, os ativos por impostos diferidos (diferenças temporárias dedutíveis) são refletidos numa conta a receber, aumentando assim, o resultado financeiro (*financial result*) ou resultado do período.

Os passivos por impostos diferidos (diferenças temporárias tributáveis) são refletidos como um passivo, conduzindo a uma redução do resultado financeiro (*financial result*) ou resultado do período.

O reconhecimento de passivos e de ativos por impostos diferidos é tratado de uma forma muito superficial pela NCN 12, não focando o tratamento contabilístico, por exemplo, a concentração de atividades empresariais, os ativos escriturados pelo justo valor, o *goodwill*, etc..

Também, as perdas fiscais não usadas e os créditos por impostos não usados, a reavaliação de ativos por impostos diferidos não reconhecidos, os investimentos em subsidiárias, sucursais, e associadas e interesses em empreendimento conjuntos não são tratados contabilisticamente pela NCN 12.

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados na NCN 19, a qual segue as linhas gerais de orientação evidenciadas na IAS 19 – Benefícios dos Empregados, apresentando uma regulamentação razoavelmente detalhada sobre a contabilização dos benefícios de pensões por conta das entidades empregadoras.

Em face da variedade de métodos e das possibilidades de combinações, a NCN 19, prescreve que, no caso de um plano de pensões de benefícios definidos, a entidade, ou seja, a empresa promotora, deve usar o método de crédito da unidade projetada para

determinar o valor presente da obrigação desses benefícios definidos e o respetivo custo dos serviços correntes e, quando aplicável, o custo dos serviços passados.

Relativamente aos acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*adjusting events* ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas DF.

Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (*non adjusting events* ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas DF, se forem considerados materiais.

De acordo com o exposto, podemos afirmar que a obrigatoriedade de adoção do normativo específico da NCN 10, por parte das empresas com valores cotados e para as restantes empresas búlgaras, já veio impor um nível mais exigente neste tema. Prevendo essa obrigatoriedade, as empresas búlgaras foram incluindo, nos seus relatórios e contas, informação sobre os acontecimentos após a data do balanço.

Assim, podemos concluir que o sistema contabilístico búlgaro evoluiu face às exigências das IAS, e às práticas contabilísticas internacionais dos países mais desenvolvidos da UE, tendo em conta a sua recente passagem de uma economia planificada para uma economia de mercado, estando bem encaminhada para a implementação do Regulamento (CE) n.º 1606/2002.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências bibliográficas

- _____. (1995). *International Accounting and Reporting Issues, 1994 Review*, Report by the Secretariat of the United Nations Conference on Trade and Development. UNCTAD/DTCI/12. New York and Geneva: United Nations.
- Baldarelli, M., Kiosseva, N. (2011). “Social and environmental accounting and reporting institutional factors: comparative analysis Bulgaria/Italy”, Unpublished, Third Italian Conference of Social and Environmental Accounting Research, *Working Paper*, Catania.
- Barata, A. (2002). “Concentração de Empresas e Consolidação de Contas”, 1.^a edição, Lisboa: Editorial Notícias.
- Borges, A., Rodrigues, A., Rodrigues, R. (2010). “Elementos de Contabilidade Financeira”, 25.^a edição, Lisboa: Áreas Editora.
- Bulgaria. 1991. Ministry of Finance. *National Chart of Accounts*. Rev. 1996.
- Bulgaria. 1991. Ministry of Justice. *Commercial Law*. With effect from 07/01/1991. Amend. 1992.
- Bulgaria. 1998. Ministry of Finance. *National Accounting Standards*. Amend. 1999.
- Bulgaria. 2002. Ministry of Finance. *Right Accountancy Law*. Effective from 01/01/2002. Amend. 2002.
- Bulgaria. 2006. Ministry of Finance. *Law on Corporate Income Tax*. Effective from 01/01/2007. Amend. 2007.
- Caiado, A., Madeira, P. (2004). “O Encerramento de Contas na Perspetiva Contabilístico-Fiscal”, Lisboa: Áreas Editora.
- Cerha Hempel Spiegelfeld Hlawati. (2009). “Doing Business in Bulgaria 2009“, p. 8-9, [Online]. Disponível em: <http://www.chsh.at>, acedido em 14/02/2010.
- Costa, C., Alves, G. (2008). “Contabilidade Financeira”, 7.^a edição, Lisboa: Rei dos Livros.
- Cunha, V. (2009). “A Harmonização Contabilística Internacional”, [Online]. Disponível em: www.vcsc.pt/Newscenter/pesquisa/83.pdf -, acedido em 01/08/2012.

- Deloitte & Touche. (2009). “Comparison of International Accounting Standards and Lithuanian Accounting Policies”, [Online]. Disponível em: www.iasplus.com/dttdpubs/ce2000.pdf, acessado em 17/02/2009.
- Ernst & Young. (2009). Doing business in Bulgaria. Bulgaria. [Online]. Disponível em: www.investbg.government.bg/.../Doing-business-in-Bulgaria2009-draft, acessado em 03/03/2010.
- Gonçalves, D. M. (2002). “Problemática Contabilística do «Goodwill»”, *Revista n.º 23 da CTOC – Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, fevereiro, pp. 20-23.
- Grenha, C., Cravo, D., Baptista, L., & Pontes, S. (2009). “Anotações ao Sistema de Normalização Contabilística”, Lisboa: CTOC – Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Larson, R. K., Street, D. L. (2004). “Convergence with IFRS in an expanding Europe: progress and obstacles identified by large accounting firms’ survey”, in *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, Vol. 13, N.º 2, pp. 89-119.
- Moneva, I., Grozeva, N. (2010). “The Practice of Fair Value Accounting for Intangible Assets in Bulgarian Enterprises”, [Online]. Disponível em: ejournal.vfu.bg/.../Iva_Moneva_Nikolina_Grozeva_The_Practice_of_Fair_Value_Accounting_for_Intangible_Assets_in_..., acessado em 01/06/2010.
- Neves, J. (2012). “Análise e Relato Financeiro – Uma Visão Integrada de Gestão”, 5.^a edição, Lisboa: Texto.
- Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. (2003), Normas Internacionais de Relato Financeiro, International Accounting Standards Board.
- PriceWaterHouseCoopers. (2000). “Assessment of Accounting and Auditing in Bulgaria”, Informação cedida pelo Mestre e CPA Dimitar Markov Bazlyankov da DFK ANDA Consulting Ltd, fevereiro. Publicação PriceWaterHouseCoopers.
- Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade.
- Rodrigues, J. (2011). “Sistema de Normalização Contabilística Explicado”, 2.^a edição, Porto Editora.

- Santos, J. L., Schmidt, P., Gomes, J. M., Fernandes, L. A. e Machado, N. P. (2012). “Goodwill Negativo: Tratamento Contábil nas Normas Internacionais e Norte-Americanas, [Online]. Disponível em: eco.unne.edu.ar/contabilidad/.../071.doc –, acessado em 19/08/2012.
- Stefanov, S. (2009). “The Accounting Principles in Bulgarian Laws”, *Working Paper*, [Online]. Disponível em: www.ue-varna.bg/uploads/pub/SS2_12.doc -, acessado em 20/01/2009.
- Trofonov, T. B. (2010). “Historical Development of Bulgarian Accounting Under the Influence of French Accounting System – Past, Present and Future”, [Online]. Disponível em: http://www.crefige.org/recherche/histo_compta/trofonov.pdf., acessado em 20/01/2009.
- United Nations Conference on Trade and Development. (1993). *International Accounting and Reporting Issues, 1992 Review*, Transnational Corporations and Management Division, Department of Economic and Social Development. ST/CTC/147. UNCTAD/DTCI/12. New York: United Nations.
- World Bank. (2002). “Report on the Observance of Standards and Codes (ROSC) Bulgaria”. Principle authors: J. Hegarty & F. Gielen. Disponível em: www.worldbank.org/ifa/rosc_aa.html, acessado em 21/02/2009.
- World Bank. (2008). “Report on the Observance of Standards and Codes (ROSC) Bulgaria”. Principle authors: L. Cardinal and comprised D. Nagy, J. Tyl, & consultants. Disponível em: www.worldbank.org/ifa/rosc_aa.html, acessado em 21/02/2009.

Consulta de sites:

www.bnb.bg, acessado em 15/02/2012

www.nsi.bg, acessado em 17/02/2012

<http://lex.bg/members/ssb-plovdiv/index.php>, acessado em 18/02/2011

www.bse-sofia.bg, acessado em 18/02/2012

<http://ec.europa.eu>, acessado em 18/02/2012

www.ides.bg, acessado em 18/02/2012

<http://www.askb.bg>, acedido em 18/02/2012
www.apac-bg.org, acedido em 18/02/2012
www.minfin.bg, acedido em 20/02/2012
<http://www.iasb.org>., acedido em 20/02/2012
http://www.worldbank.org/ifa/rosc_aa.html, acedido em 21/02/2012
<http://www.iasplus.com/country/bulgaria.htm>, acedido em 21/02/2012
law.dir.bg/reference.php?f=anss , acedido em 01/11/2011
<http://www.ipsb.bg/moodle/>, acedido em 21/02/2012
www.efrag.org, acedido em 30/10/2011
www.fee.org, acedido em 10/10/2011
www.ifac.org, acedido em 12/10/2011
www.onu.org, acedido em 19/09/2011
www.unctad.org, acedido em 20/09/2011
www.unctad/isar.org, acedido em 15/09/2011
www.nssi.bg/, acedido em 18/10/2011
www.odit.info, acedido em 18/06/2011
www.ue-varna.bg/, acedido em 10/10/2011
www.unwe.acad.bg/, acedido em 10/10/2011
www.nap.bg/ - , acedido em 10/10/2011
www.fsc.bg/ - , acedido em 21/07/2011
www.brra.bg/ - , acedido em 22/04/2010

Anexo I – Estrutura Ilustrativa de Demonstrações Financeiras de Acordo com a NCN 1

I.1. Balanço individual⁴⁷

Ativo

Secção (a): Ativos fixos (longo-prazo)

Grupo: Ativos fixos tangíveis

Rubrica: Terra (terrenos);

Rubrica: Edifícios e construções;

Rubrica: Máquinas e equipamentos;

Rubrica: Instalações;

Rubrica: Veículos de transporte;

Rubrica: Principais tipos de gado (*Main herds*) (por exemplo, bovinos, suínos, ovinos, e caprinos);

Rubrica: Outros ativos fixos tangíveis;

Grupo: Ativos fixos intangíveis

Rubrica: Direitos (títulos) de propriedade;

Rubrica: *Software*;

Rubrica: Produtos de investigação e desenvolvimento;

Rubrica: Outros ativos fixos intangíveis.

Grupo: Ativos financeiros de longo-prazo

Rubrica: Ações e participações:

Incluindo:

- Em empresas subsidiárias;
- Em empreendimentos conjuntos;
- Em empresas associadas;
- Outras empresas.

Rubrica: Propriedades de investimento;

Rubrica: Outros títulos de longo-prazo;

Rubrica: Contas a receber de longo-prazo (*Long-term receivable*);

⁴⁷ Tradução nossa.

Incluindo:

- Empresas associadas;
- Empréstimos comerciais;
- Outras contas a receber de longo-prazo.

Grupo: Goodwill

Rubrica: *Goodwill* positivo;

Rubrica: *Goodwill* negativo.

Grupo: Gastos diferidos

Secção: Ativos correntes (curto-prazo)

Grupo: Inventários

Rubrica: Materiais;

Rubrica: Produtos acabados;

Rubrica: Mercadorias;

Rubrica: Animais juvenis e gado para engorda;

Rubrica: Pequenos animais de produção (são animais juvenis, mas com valor económico);

Rubrica: Trabalhos em curso;

Rubrica: Outros inventários.

Grupo: Contas a receber de curto-prazo

Rubrica: Contas a receber de empresas associadas;

Rubrica: Contas a receber de clientes e fornecedores;

Rubrica: Contas a receber de empréstimos comerciais;

Rubrica: Contas a receber de processos judiciais em curso e acordados (*Pending and awarded lawsuits*);

Rubrica: Recuperação/reembolso de impostos;

Rubrica: Outras contas a receber de curto-prazo.

Grupo: Ativos financeiros de curto-prazo

Rubrica: Ativos financeiros em empresas associadas;

Rubrica: Títulos de dívida do tesouro;

Rubrica: Títulos de curto-prazo;

Rubrica: Metais preciosos e pedras preciosas;

Rubrica: Outros ativos financeiros de curto-prazo.

Grupo: Caixa

Rubrica: Dinheiro em caixa;

Rubrica: Depósitos à ordem;

Rubrica: Fundos fixos de caixa;

Rubricas: Caixa e equivalentes de caixa;

Grupo: Gastos diferidos

Total dos ativos

Secção: Ativos contingentes

Passivo

Secção: Capital próprio

Grupo: Capital social

Rubrica: Capital subscrito;

Rubrica: Capital não integralmente realizado;

Rubrica: Ações próprias.

Grupo: Reservas

Rubrica: Prémios de emissão;

Rubrica: Reserva de reavaliação de ativos e passivos;

Rubrica: Constituição de reservas:

- Incluindo reservas gerais;
- Incluindo reservas especiais;
- Incluindo outras reservas.

Grupo: Resultado financeiro ou Resultado do período

Rubrica: Lucro (perdas) acumulados:

- Incluindo resultados transitados;
- Incluindo perdas não cobertas.

Rubrica: Lucro (perda) líquido

Secção: Passivos a longo-prazo

Grupo: Dívidas a longo-prazo

Rubrica: Dívidas a empresas associadas;

Rubricas: Dívidas a instituições financeiras:

- Incluindo bancos.

Rubrica: Dívidas de empréstimos comerciais;

Rubrica: Dívidas de empréstimos obrigacionistas;

Rubrica: Impostos diferidos;

Rubrica: Outras dívidas a longo-prazo.

Grupo: Rendimentos diferidos e financiamento (subsídios)

Secção: Passivos a curto-prazo

Grupo: Dívidas a curto-prazo

Rubrica: Dívidas a empresas associadas;

Rubrica: Dívidas a instituições financeiras:

- Incluindo bancos.

Rubrica: Dívidas a fornecedores e clientes;

Rubrica: Dívidas de empréstimos comerciais;

Rubrica: Dívidas ao pessoal;

Rubrica: Dívidas às empresas de seguros ou dívidas com fundos da Segurança Social;

Rubrica: Dívidas fiscais;

Rubrica: Outras dívidas a curto-prazo;

Rubrica: Provisões.

Grupo: Rendimentos diferidos e financiamento (subsídios)

Total dos passivos

Secção: Passivos contingentes

I.2. Demonstração individual dos resultados por naturezas⁴⁸

Réditos

Secção: Réditos das atividades operacionais

Grupo: Réditos líquidos das vendas:

- a) Da produção;
- b) De mercadorias;
- c) De serviços;
- d) Outros.

Grupo: Rendimentos de financiamento (subvenções e subsídios)

- Incluindo do Estado.

Grupo: Rendimento financeiro

Rubrica: Rendimento de juros

- Incluindo os juros de empresas associadas.

Rubrica: Rendimentos de participações

- Incluindo dividendos.

Rubrica: Ganhos de transações com ativos e instrumentos financeiros;

Rubrica: Ganhos das alterações em taxas de câmbio;

Rubrica: Outros rendimentos financeiros.

Secção: Total dos créditos operacionais

Secção: Perda das atividades operacionais

Grupo: Rendimento extraordinário

Secção: Perda contabilística

Secção: Perda

Gastos

Secção: Gastos das atividades operacionais

⁴⁸ Tradução nossa.

Grupo: Gastos operacionais

Rubrica: Gastos com materiais;

Rubrica: Gastos com serviços externos;

Rubrica: Gastos de depreciação e amortização;

Rubrica: Gastos com salários e outras remunerações;

Rubrica: Gastos com a Segurança/Seguro Social;

Rubrica: Outros gastos.

Incluindo:

a) Imparidade de ativos;

b) Provisões.

Grupo: Ajustamentos

Rubrica: Quantia escriturada dos ativos alienados (excluindo a produção);

Rubrica: Custos de aquisição e de liquidação dos ativos fixos construídos pela empresa;

Rubrica: Variação dos inventários de produtos acabados e em curso;

Rubrica: Criação de animais novos e o crescimento de animais;

Rubrica: Outros ajustamentos.

Grupo: Gastos financeiros

Rubrica: Gastos de juros

-Incluindo os juros de empresas associadas.

Rubrica: Perdas em operações com ativos e instrumentos financeiros;

Rubrica: Perdas ocorridas com alterações em taxas de câmbio;

Rubrica: Outros gastos financeiros.

Secção: Total dos gastos operacionais

Secção: Lucro das atividades operacionais

Grupo: Gastos extraordinários

Secção: Lucro contabilístico

Grupo: Gastos de impostos sobre os rendimentos

Rubrica: Imposto sobre o rendimento;

Rubrica: Outros impostos.

Secção: Lucro

I.3. Demonstração Individual dos Resultados por Funções⁴⁹

Grupo: Réditos líquidos das vendas

Grupo: Custo de vendas

Lucro/perda bruto

Grupo: Outros réditos

Grupo: Gastos de distribuição

Grupo: Gastos administrativos

Grupo: Réditos/gastos financeiros

-Incluindo com empresas associadas.

Lucro/perda das atividades operacionais

Grupo: Réditos/gastos extraordinários

Lucro/Perda contabilístico

Grupo: Gasto do imposto sobre o rendimento

Lucro/Perda

⁴⁹ Tradução nossa.

**Anexo II – Apresentação do Relatório e Contas da Empresa Naftex Petroleum Bulgaria
– AD, em 31 de dezembro de 2000 e 1999**



NAFTEX PETROLEUM BULGARIA - AD

**AUDITOR'S REPORT
AND
CONSOLIDATED FINANCIAL
STATEMENTS**

December 31, 2000 and 1999

Naftex Petroleum Bulgaria AD

CONTENTS

1. Auditor's report
2. Financial statements as of December 31, 2000 and 1999
3. Notes to the consolidated financial statements

Consolidated financial statements December 31, 2000 and 1999

**AUDITOR'S REPORT**

**To the Shareholders of
Naftex Petroleum Bulgaria AD
Varna**

We have audited the accompanying consolidated balance sheet of **Naftex Petroleum Bulgaria AD** (the Company) and its subsidiaries (the Group) as at 31 December 2000 and the related statements of income, cash flows and changes in shareholder's equity for the year then ended. These financial statements are the responsibility of the Group's management. Our responsibility is to express an opinion on these financial statements based on our audit.

We conducted our audit in accordance with International Standards on Auditing. Those standards require that we plan and perform the audit to obtain reasonable assurance about whether the financial statements are free of material misstatement. An audit includes examining, on a test basis, evidence supporting the amounts and disclosures in the financial statements. An audit also includes assessing the accounting principles used and significant estimates made by management, as well as evaluating the overall financial statement presentation. We believe that our audit provides a reasonable basis for our opinion.


The consolidated financial statements of the Group for the year ended 31 December 1999 have been audited by another auditor, an unqualified opinion being issued in November 2000.

As discussed in Note 1.2 to the consolidated financial statements of the Group, the method for consolidation applied departs from the requirements of IAS 22 in order to give a fairer view of the financial position of the Group.

In our opinion, except for the effect on the financial statements of the matter referred to in the preceding paragraph, the consolidated financial statements give a true and fair view of the financial position of Naftex Petroleum Bulgaria AD as at 31 December 2000, and the results of its operations, cash flows and changes in shareholders' equity for the year then ended in accordance with International Accounting Standards.

Without qualifying our opinion we draw attention to the following:

As discussed in note 8 to the consolidated financial statements, the Group has overdue receivables, due to which allowances for bad and doubtful debts have been charged, resulting in a net exposure of BGN 8,893 thousand. The information available is insufficient for us to estimate the exact amount of impairment of the above mentioned assets. Therefore there is a possibility in future the Group to suffer losses as a result from partial or complete write off of the above mentioned receivable.


KPMG Bulgaria

3 July 2001



*Naftex Petroleum Bulgaria AD***CONSOLIDATED BALANCE SHEETS**
December 31, 2000 and 1999

	<i>Note</i>	December 31, 2000 BGN '000	December 31, 1999 BGN '000
Fixed assets, net	<i>3</i>	172,044	175,278
Equity and other long-term investments	<i>4</i>	575	3,827
Goodwill	<i>5</i>	888	2,643
Long-term loans	<i>7</i>	5,613	10,571
Deferred tax assets	<i>25</i>	18,185	-
Current assets:			
Stocks	<i>6</i>	49,148	61,607
Short-term loans	<i>7</i>	21,928	29,435
Receivables, net	<i>8</i>	56,370	81,637
Government securities in dealing portfolio	<i>9</i>	5,957	8,204
Cash	<i>10</i>	33,843	48,414
Financial assets from dealing operations	<i>11</i>	-	167,739
Total current assets		<u>167,246</u>	<u>397,036</u>
Current liabilities:			
Creditors	<i>12</i>	141,462	235,877
Amounts owed to depositors	<i>13</i>	28,404	54,014
Financial liabilities from dealing operations	<i>11</i>	-	168,245
Total current liabilities		<u>169,866</u>	<u>458,136</u>
Net current assets		<u>(2,620)</u>	<u>(61,100)</u>
Deferred tax liability	<i>25</i>	-	<u>29,937</u>
Total net assets		<u>194,685</u>	<u>101,282</u>
Shareholders' equity			
Share capital	<i>14</i>	86,195	36,035
Additional capital	<i>15</i>	22,779	-
Reserves		(21,585)	1,674
Revaluation reserve		5,994	5,441
Current year profit/(loss)		3,001	(27,869)
Total shareholders' equity		<u>96,384</u>	<u>15,281</u>
Minority interest	<i>16</i>	<u>98,301</u>	<u>86,001</u>
Total shareholders' equity and minority interest		<u>194,685</u>	<u>101,282</u>
Commitments and contingencies	<i>27</i>		

The accompanying notes are an integral part of these financial statements.

These financial statements are approved by:

Executive Director June 30, 2001

*Naftex Petroleum Bulgaria AD***COMPANY BALANCE SHEETS**
December 31, 2000 and 1999

	<i>Note</i>	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Fixed assets, net	<i>3</i>	10,718	25,335
Equity and other long-term investments	<i>4</i>	86,032	84,412
Long-term loans	<i>7</i>	14,125	-
Deferred tax assets		17,042	-
Current assets			
Stocks	<i>6</i>	19,834	25,385
Receivables, net	<i>8</i>	53,305	105,882
Cash	<i>10</i>	2,511	8,397
Financial assets from dealing operations	<i>11</i>	-	167,739
Total current assets		75,650	307,403
Current liabilities			
Creditors	<i>12</i>	147,580	234,531
Financial liabilities from dealing operations	<i>11</i>	-	168,245
Total current liabilities		147,580	402,776
Net current assets		(71,930)	(95,373)
Total net assets		<u>55,987</u>	<u>14,374</u>
Shareholders' equity			
Share capital	<i>14</i>	86,195	36,035
Additional capital	<i>15</i>	22,779	
Reserves		(21,661)	8,007
Revaluation reserve		-	5,441
Current year profit/(loss)		(31,326)	(35,109)
Total shareholders' equity		<u>55,987</u>	<u>14,374</u>

The accompanying notes are an integral part of these financial statements.

Naftex Petroleum Bulgaria AD
CONSOLIDATED INCOME STATEMENTS
For the years ended December 31, 2000 and 1999

	<i>Note</i>	Year ended December 31, 2000 BGN'000	Year ended December 31, 1999 BGN'000
Revenue from sales	17	<u>983,515</u>	<u>784,089</u>
Cost of goods and fixed assets sold	18	861,638	719,072
Raw materials and consumables used		9,336	4,814
Hired services	19	26,875	9,065
Staff cost	20	30,372	16,139
Depreciation and amortization	21	10,015	6,851
Other operating expenses		<u>5,781</u>	<u>5,278</u>
Total operating expenses		<u>944,017</u>	<u>761,219</u>
Other expenses, net	22	<u>11,532</u>	<u>10,789</u>
Profit from operations		27,966	12,081
Financial income/(cost), net	23	(50,751)	(36,371)
Exchange rate gain/(loss), net	24	<u>(4,303)</u>	<u>(2,624)</u>
Loss before tax		(27,088)	(26,914)
Income tax benefit	25	<u>30,741</u>	<u>5,439</u>
Current year profit/(loss)		<u>3,653</u>	<u>(21,475)</u>
Profit attributable to minority interest		<u>652</u>	<u>6,394</u>
Profit/(loss) attributable to majority interest		<u>3,001</u>	<u>(27,869)</u>

The accompanying notes are an integral part of these financial statements.

Naftex Petroleum Bulgaria AD
COMPANY INCOME STATEMENTS
For the years ended December 31, 2000 and 1999

	<i>Note</i>	Year ended December 31, 2000 BGN'000	Year ended December 31, 1999 BGN'000
Revenue from sales	17	<u>747,707</u>	<u>657,335</u>
Cost of goods and fixed assets sold	18	720,958	629,358
Raw materials and consumables used		409	813
Hired services	19	7,685	4,670
Staff cost	20	1,561	1,633
Depreciation and amortization	21	2,573	3,084
Other operating expenses		<u>1,114</u>	<u>7,354</u>
Total operating expenses		<u>734,300</u>	<u>646,912</u>
Other expenses, net	22	<u>2,377</u>	<u>8,834</u>
Profit from operations		11,030	1,589
Financial income/(cost), net	23	(52,763)	(41,859)
Exchange rate gain/(loss), net	24	<u>(6,635)</u>	<u>(3,257)</u>
Loss before tax		(48,368)	(43,527)
Income tax benefit		<u>17,042</u>	<u>8,418</u>
Current year profit/(loss)		<u>(31,326)</u>	<u>(35,109)</u>

The accompanying notes are an integral part of these financial statements.

*Naftex Petroleum Bulgaria AD***CONSOLIDATED STATEMENTS OF CHANGES IN SHAREHOLDERS' EQUITY**
For the years ended December 31, 2000 and 1999

	Share Capital BGN'000	Additional Capital BGN'000	Reserves BGN'000	Revaluation Reserve BGN'000	Current Year Profit (Loss) BGN'000	Total BGN'000
Balance at December 31, 1998	<u>36,035</u>	<u>-</u>	<u>6,999</u>	<u>5,441</u>	<u>(5,325)</u>	<u>43,150</u>
Transfer of 1998 loss to reserves	-	-	(5,325)	-	5,325	-
Net loss for the year ended December 31, 1999, before minority interest	-	-	-	-	(21,475)	(21,475)
Profit attributable to minority interest	-	-	-	-	(6,394)	(6,394)
Balance at December 31, 1999	<u>36,035</u>	<u>-</u>	<u>1,674</u>	<u>5,441</u>	<u>(27,869)</u>	<u>15,281</u>
Increase in capital	50,160	22,779	-	-	-	72,939
Transfer of 1999 loss to reserves	-	-	(27,869)	-	27,869	-
Net revaluation decrease charged to equity	-	-	-	(151)	-	(151)
Revaluation of non-current assets disposed and depreciation charged for the year	-	-	5,168	(5,168)	-	-
Deferred tax released to equity	-	-	-	5,647	-	5,647
Reclassification of reserves arising on revaluation	-	-	(225)	225	-	-
Distribution of profits	-	-	(684)	-	-	(684)
Other distributions of reserves	-	-	(15)	-	-	(15)
Movements resulting from the change in the Group share	-	-	126	-	-	126
Reversal of amortization of goodwill due to changes in accounting estimates	-	-	240	-	-	240
Net profit for the year ended December 31, 2000, before minority interest	-	-	-	-	3,653	3,653
Profit attributable to minority interest	-	-	-	-	(652)	(652)
Balance at December 31, 2000	<u>86,195</u>	<u>22,779</u>	<u>(21,585)</u>	<u>5,994</u>	<u>3,001</u>	<u>96,384</u>

The accompanying notes form an integral part of these financial statements.

Naftex Petroleum Bulgaria AD

CONSOLIDATED STATEMENTS OF CASH FLOWS
For the years ended December 31, 2000 and 1999

	Year ended December 31, 2000 BGN'000	Year ended December 31, 1999 BGN'000
Cash flows from operating activities		
Net loss before taxation	(27,088)	(26,914)
<i>Adjustments for:</i>		
Depreciation and amortization	10,015	6,851
Unrealised foreign exchange losses	1,425	1,818
Loan losses and other provisions	3,015	4,785
Interest expense, net	377	2,298
Profit from sales of fixed assets	(10,409)	-
Penalties accrued, but not paid	4,122	-
Income from associates	(112)	-
Devaluation of investments	225	-
Write-off of assets	3,050	1,015
Operating loss before working capital changes	(15,380)	(10,147)
Decrease (increase) in stocks	9,695	(19,509)
Decrease (increase) in amounts owed from debtors	33,987	(44,031)
Increase (decrease) in liabilities, less loans	(36,894)	87,224
Increase (decrease) in deposits from banks	(25,610)	39,103
Increase (decrease) of bank loans	10,270	(26,933)
Increase (decrease) of restricted cash	6,768	(3,321)
Other, net	-	(2,155)
Cash generated/used in/from operations	(17,164)	20,231
Interest paid	(969)	(2,500)
Interest received	305	-
Income tax paid	(20,242)	(2,353)
Net cash provided by (used in) operating activities	(38,070)	15,378
Cash flows from investing activities		
Acquisition of subsidiary net of cash acquired	-	(80,620)
Proceeds from sales of fixed assets	17,326	-
Acquisitions of fixed assets, net	(13,753)	(3,712)
Acquisitions and write-off of investments, net	(1,495)	(3,200)
Income from associates	112	-
Net cash used in investing activities	2,190	(87,532)
Cash flows from financing activities		
Payments for dealing operations	(168,245)	(161,677)
Proceeds from dealing operations	169,986	163,924
Share capital increase	64,178	-
Loans received (trade sector)	133,431	246,917
Loans repaid (trade sector)	(188,675)	(169,964)
Cash provided by minority	18,101	23,545
Distribution of reserves	(699)	-
Net cash provided by financing activities	28,077	102,745
Net increase (decrease) in cash and cash equivalents	(7,803)	30,591
Cash and cash equivalents at beginning of period	41,646	11,055
Cash and cash equivalents at end of period (Note 10)	33,843	41,646

The accompanying notes form an integral part of these financial statements.

Consolidated Financial Statements December 31, 2000 and 1999

7

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999

1. Basis of consolidation

1.1. General

Naftex Petroleum Bulgaria AD (the Company) is a joint stock company incorporated in 1995 in Bulgaria. The Company was initially registered as Yukos Petroleum Bulgaria AD (see also note 30.1). The accompanying consolidated financial statements include the Company's financial statements and the financial statements of its subsidiaries (the Group).

The operations of the Group include trade with petrol and petrol products, production and trade of mineral water and soft drinks, banking, financial and other services.

1.2. Subsidiary companies

A subsidiary is an entity that is controlled by the parent company, evidenced by ownership, directly or indirectly, of more than 50 % of the voting share capital of the entity, or by the power to govern the entities' financial and operating policies and obtain benefits from its activities.

As of December 31, 2000 and 1999 the Group consists of the following subsidiaries:

Company	Main Activity	Ownership December 31, 2000	Ownership December 31, 1999
ALG EOOD, Varna	Trade	100 %	100 %
DLA Bottling OOD, Sofia	Production and bottling of soft drinks	100 %	100 %
Ros Oil AD, Varna	Trade with petrol products	100 %	100 %
Interhotel Bulgaria EOOD	Accommodation services	100 %	-
Petrol Trans Express EOOD	Transport services	100 %	-
Interhotel Bulgaria OOD	Accommodation services	98.71 %	98.71 %
International Consortium Bulgaria AD, Sofia	Trade with petrol products	73.99 %	73.99 %
Air Lazour OOD	Airline company	70 %	70%
Izvor OOD, Varna	Bottling and sale of mineral water	69 %	51 %
Petrol AD	Trade with petrol products	68.67 %	51 %
Welding 2001 AD	Trade	53 %	-
Neftinvestbank AD, Sofia	Banking activity	17.11 %	31.62 %

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS**December 31, 2000 and 1999****(continued)****1.2. Subsidiary companies (continued)**

As of December 31, 2000 and 1999 the investment in Izvor OOD has been provisioned 100 % due to the current financial position of the subsidiary company - its total liabilities exceed its total assets by BGN 3,565 thousand at December 31, 2000.

Because of the write-off of this investment and the relatively small size of the net assets of Izvor OOD in relation to the Company, the activities of this subsidiary were not consolidated as at December 31, 2000 and 1999.

The newly established in year 2000 subsidiaries Petrol Trans Express EOOD and Welding 2001 AD, directly owned by Petrol AD and ALG EOOD, respectively, have been excluded from the consolidated accounts of the Company for the year ended December 31, 2000, as they haven't started any business activities yet. The Group investments in these companies are stated in the accompanying financial statements at cost.

The newly established in 2000 Interhotel Bulgaria EOOD is fully owned by the Company.

As at December 31, 2000 the Company owns directly 17.11 % of the voting shares of Neftinvestbank AD (the Bank). The Supervisory Board of the Bank consists of three members, two of which are the Company and its Executive Director. Additionally, the Executive Director of the Company is the Chairman of the Board. Thus the Company has had effective control over the Bank during 2000 and 1999 and has fully consolidated the bank in its financial statements for the years ended December 31, 2000 and 1999. During the year ended December 31, 2000 the Company and two of its subsidiaries have disposed of a part of the voting shares of the Bank, and subsequently purchased some new ones due to the increase of the paid-in capital of the Bank.

The Company exercises control over Interhotel Bulgaria OOD for the reason that it owns 100 % of the voting shares of ALG EOOD, which itself is the owner of 98.71 % of the equity of Interhotel Bulgaria OOD. Therefore, the subsidiary is included in the consolidated financial statements of the Company for the years ended December 31, 2000 and 1999.

The Company exercises control over the activities of Petrol AD, because at December 31, 2000 it has acquired directly 17.67 % of the voting shares of Petrol AD, and additionally owns 73.99 % of the equity of International Consortium Bulgaria AD, which in turn is the majority shareholder of 51 % of the voting shares of Petrol AD after a share purchase agreement in July 1999.

The assets and liabilities of the subsidiaries, within the Group, except for Petrol AD (see below), are reported in the accompanying financial statements at historical cost and restated where appropriate for the effect of hyperinflation until December 31, 1997. The Management of the Company believes that this cost does not significantly deviate from their estimated fair value.

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

1.2. Subsidiary companies (continued)

As mentioned above, following the acquisition of 51 % of the share capital of Petrol AD by International Consortium Bulgaria AD in July 1999, and effective from November 30, 2000 the Company has purchased another significant share - 17.67 % of the same subsidiary. The method of consolidation applied is not in full compliance with IAS 22 (revised 1998), Business Combinations, as further explained.

The reported at December 31, 1999 goodwill at the cost of 2,883 thousand is based on one single transaction – the purchase of 51 % of the voting power of Petrol AD by International Consortium Bulgaria AD. As at the issue of the consolidated financial statements for the year then ended, information was available that the Company was about to purchase another significant share of the subsidiary, and that agreements with the minority shareholders of both subsidiaries Petrol AD and International Consortium Bulgaria AD had been concluded in respect of subsequent purchases of their interest. However, the Management of the Group was not able to reasonably estimate the economic effects of all these connected with each other transactions, as a result of which it reported goodwill resulting from the single acquisition of 51 % of Petrol AD.

With the following purchase of 17.67 % of Petrol AD at November 30, 2000 and the subsequent to the balance sheet date other purchases of shares of Petrol AD and International Consortium Bulgaria AD (see also notes 30.3 and 30.4), the agreements mentioned above effectively came in force. It is considered by the Management of the Group to give fairer presentation of the economic effects of the acquisition of Petrol AD and the further purchases of shares of its majority shareholder International Consortium Bulgaria AD. During the preparation of the accompanying consolidated financial statements the information that was not estimable as at December 31, 1999, is readily available. Based on the assumption that the Management intends to ultimately acquire 100 % of Petrol AD and its majority shareholder International Consortium Bulgaria AD in the foreseeable future, which intention is fully supported and evidenced by certain agreements that have been signed and are in force as at the date of the issue of these consolidated financial statements, the Group has re-assessed the amount of goodwill and minority interest previously reported. Thus, in the consolidated financial statements for the year ended December 31, 2000 the minority interest in these two subsidiaries is stated at the estimated cash consideration that will be paid to the minority in respect of subsequent purchases and in accordance with the provisions of the agreements concluded. The cash based assumption has affected the amount of reported goodwill and minority interest at December 31, 1999, decreasing them by BGN 1,995 thousand, as a result of the estimation of the ultimate effects of all acquisitions of shares of Petrol AD and International Consortium Bulgaria AD, both present and subsequent.

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

1.2. Subsidiary companies (continued)

The Management strongly believes that the so stated goodwill, minority and Group interest best reflect the economic substance of the transactions related to the acquisition of Petrol AD and the subsequent increase in the shareholding in this company and its present major shareholder International Consortium Bulgaria AD. The Management is also assured that the consolidated financial statements of the Group would not have given a true and fair view of the financial position of the Group, had the minority interest been stated at its proportion in the net assets of both subsidiaries and had the goodwill been calculated merely as a residual between the cash consideration paid and the Group's share in the net assets of the acquiree.

However, had the Group fully complied with the requirements of IAS 22 (revised 1998), Business Combinations in the preparation of the consolidated financial statements for the year ended December 31, 2000, the reported goodwill would have been understated by BGN 2,833 thousand, the Group net assets would have been understated by BGN 22,251 thousand, the Minority interest would have been overstated by BGN 19,418 thousand, and the Group share in the profit for the year would have been understated by BGN 13,928 thousand. Respectively, the reported as at December 31, 1999 goodwill would have been overstated by BGN 25,484 thousand, the Group net assets would have been understated by BGN 1,714 thousand, the Minority interest would have been overstated by BGN 27,198 thousand and the Group share in the loss for the year would have been overstated by BGN 1,714 thousand.

Following this consolidation method the Group will account for the subsequent purchases of shares by decreasing the reported minority interest against equity investments.

The Management is aware that goodwill might be subject to future adjustments, resulting from possible deviations in the presently estimated and the actual consideration payments for subsequent purchases. These adjustments are dependent on the estimated future applicable exchange rates of the US Dollar against the Bulgarian Lev and the LIBOR rate and their actual rates as at the date of the effective cash payments, and will be treated as adjustments on the purchase consideration contingent on future events. However, the Management believes that such adjustments will not be of material nature.

Additionally, the Management has decided by the adoption of this consolidation approach not to amortize goodwill over its useful life, and furthermore to reverse the amortization of BGN 240 thousand recorded for year ended December 31, 1999. Alternatively, goodwill will be subject to impairment test as at the end of each accounting period in accordance with the provisions of IAS 36, Impairment of Assets.

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS**December 31, 2000 and 1999****(continued)****1.2. Subsidiary companies (continued)**

The reported minority interest in the other subsidiaries, except for Petrol AD and International Consortium Bulgaria AD, as explained above, represents the net result of operations for the period and the net assets of the subsidiary, attributable to interests, which are not owned directly or indirectly (through subsidiaries), by the Company in full compliance with IAS 22 (revised 1998), Business Combinations. The minority interest in the results of operations and in the net assets is determined based on the subsidiary shareholders structure, current at the balance sheet date.

1.3. Reporting currency

These consolidated financial statements are expressed in thousands of Bulgarian leva ("BGN'000").

2. Significant accounting policies**2.1. General**

The accompanying consolidated financial statements have been prepared, in all material respects, in accordance with the International Accounting Standards (IAS), except for the disclosed in note 1.2 – Subsidiary companies above.

Members of the Group maintain their accounting records and prepare their statutory accounts in accordance with the accounting regulations prevailing in Bulgaria. As these regulations differ from IAS, certain accounts have been reclassified, combined, and in some cases recomputed, in order to comply with IAS. As a result, in the conversion of the accounts from Bulgarian statutory requirements to IAS, significant adjustments have been made in the accompanying consolidated balance sheet and consolidated income statement for the period, for the purposes of these consolidated financial statements.

Additionally, for consolidation purposes all significant intra group year-end balances, transactions and unrealized profits have been eliminated in full.

2.2. Accounting convention

The consolidated financial statements have been prepared under the historical cost convention modified with valuation to fair values of the assets and liabilities or restated for the effects of hyperinflation as necessary.

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

2.2. Accounting convention (continued)

Prior to 1998, the Bulgarian economy experienced severe hyperinflation and the 1997 financial statements of the members of the Group were prepared in accordance with IAS 29, Financial Reporting in Hyperinflationary Economies and were restated for the changes in the general purchasing power of the Bulgarian lev and, as a result, stated in terms of the measuring unit current at December 31, 1997. In 1998 inflation has slowed down and the economy ceased to be hyperinflationary. Consequently, the Group has treated the amounts expressed in the measuring unit current at the end of the 1997 as a basis for the carrying amounts in its consolidated financial statements for 1998, 1999 and 2000.

2.3. Segment information

The segment information in these consolidated financial statements is presented by different industries in which the Group operates and is provided by assets, liabilities, revenue and expenses in the relative note when appropriate.

2.4. Foreign exchange

Transactions during the period denominated in foreign currencies are translated into BGN at the rate of exchange ruling at the date of the transaction. Monetary assets and liabilities denominated in foreign currency are stated using the closing exchange rate of the Bulgarian National Bank (BNB) at the balance sheet date. Resulting gains or losses are credited or charged to the income statement.

Effectively from January 1, 1999, Bulgarian lev was fixed to the EURO at a rate BGN 1.95583 = EURO 1. BNB determines the exchange rate of the BGN to the other currencies using the rate of the DEM to the respective currency quoted at the international markets.

The movement of the Bulgarian lev rate against the US Dollar in 2000 is:

January 1, 2000	USD 1 = BGN 1.94687
December 31, 2000	USD 1 = BGN 2.10191

2.5. Tangible and intangible fixed assets and depreciation

Tangible and intangible fixed assets are stated at fair values or cost, further adjusted for the effects of hyperinflation, for those acquired before 1998, less accumulated depreciation. The amount of fixed assets presented in the balance sheet is shown net of accumulated depreciation, adjusted for hyperinflation.

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

2.5. Tangible and intangible fixed assets and depreciation (continued)

No depreciation is provided on land or construction in progress.

Depreciation is provided on other tangible fixed assets at rates calculated to write off the recorded cost or revalued amount on a straight-line basis over the period of their useful lives. The annual depreciation rates are as follows:

	2000	1999
Buildings	3 - 15 %	3 - 15 %
Plant and equipment	4 - 30 %	4 - 30 %
Motor vehicles	8 - 20%	8 - 20%
Office equipment	15% - 25%	15% - 25%

2.6. Equity investments

Equity investments reported in the Group's balance sheet represent investments in associated companies and are valued using the equity method. Such investments held have been initially stated at cost, and their carrying amount is subsequently increased or decreased to recognize the share of the profits or losses of the investee after the date of the acquisition. Such adjustments to the carrying amount of the investments held have been recognized in the revaluation reserve. To the extent that a decrease in the carrying amount offsets a previous increase, for the same investment, that has been credited to revaluation reserve, and not subsequently reversed or utilized, it is charged against the revaluation surplus. In all other cases, a decrease in the carrying amount is recognized as an expense.

2.7. Other long-term investments

As at December 31, 2000 the Group has reported no other long-term investments. At December 31, 1999 other long-term investments represent long-term government bonds issued by the Russian Government and valued at their fair value as at the year-end.

2.8. Long-term and short-term loans

Long-term and short-term loans are stated in the balance sheet at the amount of principal outstanding less any provision for bad and doubtful debts. Provisions are made for any amounts for which the recovery is uncertain. Realizable amount of any collateral is taken into consideration when recoverability is assessed.

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
 (continued)

2.9. Provisions for loan and other losses

Provisions for loan losses are assessed in regard to specific risk. The risk relates to those amounts receivable, that have been specifically identified as bad or doubtful. In determining the level of the provisions required, management considers numerous factors including domestic economic conditions, the composition of the Group's loan portfolio and prior bad debt experience.

The movements in the amount of losses, which have been specifically identified in the Group's loan portfolio are recognized as an expense in the income statement and deducted from the total carrying amount of the corresponding assets as a provision for losses.

The provisions on loans granted are determined in compliance with the requirements of BNB. According to these requirements the Group classifies its loan and advances into five categories, depending on the classification of credit risk exposures, by reference to debt service capability and repayment history. The Group charges the provision after consideration of the value of any reliable and realizable contracted collateral or third party guarantees.

2.10. Stocks

Stocks represent materials, fuel and other goods for resale in store and at petrol stations. Stocks are valued at the lower of cost, including transportation, customs duties and other related costs and net realizable value. Assignment of the costs is determined using the following methods:

Crude oil	-	Specific identification of each delivery
Fuel and all others	-	First in, first out (FIFO)
Materials	-	Weighted average

2.11. Receivables

Receivables are accounted for at their face value, less any allowances for bad and doubtful debts. Allowances are based on determination of their recoverability.

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
 (continued)

2.12. Government securities in dealing portfolio

Securities in dealing portfolio consist of government securities, corporate securities and bills of lading. Government securities held in the dealing portfolio are marketable securities that are by nature realizable and are stated at market value. Short-term and medium-term government securities are carried at cost, adjusted for amortization of premiums or discounts on a straight-line basis, which approximates current market value. Long-term government bonds (so called ZUNK bonds) are stated at market value. Corporate securities are marketable on the local stock market and are also stated at market value.

All changes in the carrying value of securities in dealing portfolio are reflected in the income statement.

2.13. Cash and cash equivalents

Cash and cash equivalents, for cash flow reporting purposes, include cash on hand and at banks and nostro accounts which represent unrestricted demand deposits at other banks, placements with, loans and advances to other banks with maturity up to three months, as well as unrestricted account balances with BNB.

2.14. Receivables (payables) under repurchase agreements

Receivables (payables) under repurchase agreements are valued at cost, which represents the funds provided (obtained) by the Group, which are secured by the value of the corresponding collateral of government securities. The interest cost of financing provided (obtained) for the term of agreement is accounted for as an interest income (expense).

2.15. Financial assets and liabilities from dealing operations

As further disclosed in note 11, since September 5, 2000 the Company has ceased trading with futures and options, and the net results from these operations up to the cessation are included in the income statement for the twelve months ended December 31, 2000.

At December 31, 1999 financial assets and liabilities from dealing operations include contracted rights and obligations under futures and option contracts in foreign currency concluded through brokers. Such assets and liabilities are valued in foreign currency at fair values on the basis of commodity exchange quotations and in BGN using the closing rate of exchange of BNB on December 31, 1999.

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS**December 31, 2000 and 1999****(continued)****2.16. Taxation**

The revised IAS 12, Income Taxes, effective for financial statements covering periods beginning after January 1, 1998, requires an enterprise to account for the tax consequences of transactions and other events in the same way that it accounts for the transactions and other events themselves.

Any tax effects related to transactions and other events recognized in the income statement are also recognized in the income statement and tax effects related to transactions and events recognized directly in equity are also recognized directly in equity.

A deferred tax liability is recognized for all taxable temporary differences unless it arises from the initial recognition of an asset or liability in a transaction, which at the time of the transaction, affects neither accounting profit nor taxable profit (tax loss). Deferred tax assets are recognized for all deductible temporary differences to the extent that is probable that taxable profit will be available against which the deductible temporary difference can be utilized, unless the deferred asset arises from the initial recognition of an asset or liability in a transaction, which at the time of the transaction, affects neither accounting profit nor taxable profit (tax loss).

Current and deferred taxes are recognized as income or expense and are included in the net profit for the period except to the extent that the tax arises from a transaction or event which is recognized in the same or different period, directly in equity. Current and deferred taxes are charged or credited directly to equity when the tax relates to items that are credited or charged in the same or a different period, directly to equity.

The Company and its subsidiaries are subject to corporate tax and municipality tax. The tax rate for municipality tax is 10 % of taxable profit and the rate for corporate income tax is 25 % of taxable profit, decreased by the municipality tax due.

Each Group member company must file a separate tax return and no filing of a consolidated tax return for the Group is required under Bulgarian legislation. Current taxes payable are determined in accordance with the Bulgarian legislation. Income tax payable is computed on the basis of a taxable profit, calculated by adjusting the statutory financial result for certain income and expenditure items as required by the Bulgarian law.

The Company, being a company with foreign participation of more than 50 % and share capital exceeding the leva equivalent of USD 5,000 thousand, is entitled to certain tax concessions related to corporate income tax. As provided in the Corporate Income Tax Act, the concession, which commenced in December 1996, for the first three years is 100 % and for the fourth and fifth years is 50 % of corporate income taxes payable. Due to the reported statutory loss for 2000 and 1999, the Company has not been able to utilize the annual tax concession. In order to receive such tax concession, the Company must invest specified amounts in new fixed assets. Company's subsidiaries are not entitled to such a concession.

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS**December 31, 2000 and 1999****(continued)****2.17. Revaluation reserve**

The revaluation reserve represents the difference between the acquisition cost of a hotel building and land acquired, and their fair value determined under an independent appraiser's revaluation report as of December 31, 1998. This surplus is to be realized on the retirement or disposal of the revalued assets.

The revaluation reserve also includes the movements of the revaluation reserve of one of the subsidiaries during 2000, comprising deferred tax released to equity and revaluation surplus realized on disposed fixed assets, being revalued to fair values by an independent appraiser for acquisition purposes at July 31, 1999.

2.18. Fair value of financial assets and liabilities

In accordance with International Accounting Standards, the accompanying consolidated financial statements are prepared on a historical cost basis, including adjustments and provisions to reduce assets to their estimated recoverable amount and revaluations of assets and liabilities.

International Accounting Standard 32, Financial Instruments: Disclosure and Presentation, provides for the disclosure in the notes to financial statements of information about fair value of financial assets and liabilities. Fair value for this purpose is defined as the amount for which an asset can be exchanged, or a liability settled, between knowledgeable, willing parties in an arm's length transaction. It is the policy of the Group to disclose the fair value information on those assets and liabilities for which published market information is readily available and whose fair value is materially different from their recorded amounts.

Most of the assets, such as cash, nostros and balances with BNB, government securities in the dealing portfolio, placements with, and loans and advances to other banks and fixed assets are generally presented at market value or restated for the effect of hyperinflation, which is generally considered by Management to be the best determination of their fair value in the current economic environment.

Sufficient market experience, stability or liquidity does not currently exist for certain purchases and sales of loans and other financial assets or liabilities for which published market information is not readily available. Accordingly, their fair values cannot be reliably determined. In the opinion of Management, their reported recoverable amounts are the most valid and useful reporting value in these circumstances.

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS**December 31, 2000 and 1999****(continued)****2.19. Commitments and contingencies**

The amount of a contingent loss is recognized as an expense and a liability if it is probable that future events will confirm that, after taking into account any related probable recovery, an asset has been impaired or a liability incurred at the balance sheet date and a reasonable estimate of the amount of the resulting loss can be made. The accounting treatment of a contingent loss is determined by the expected outcome of the contingency. If it is probable that a contingency will result in a loss, such loss is recognized in the financial statements.

2.20. Income and expense recognition

Revenue from sales of fuel from warehouses and petrol stations is accrued when incurred, regardless of cash flows.

Revenue from sales of crude oil is recognized in accordance with the terms of delivery and sale.

Income and expenses in foreign currency are accounted for using the exchange rate of BNB at the date of the transaction.

The net results from trading with financial instruments are reported in the income statement as results from dealing operations.

2.21. Reclassification

Certain prior year balances have been reclassified to conform to current year presentation.

Naftex Petroleum Bulgaria AD

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

December 31, 2000 and 1999

(continued)

3. Fixed assets

The Group	Land and buildings BGN'000	Plant and equipment BGN'000	Vehicles and other BGN'000	Construction in progress BGN'000	Total BGN'000
Cost/fair value					
Balance at December 31, 1999	108,201	56,095	16,567	4,915	185,778
Additions	4,180	6,164	4,006	2,540	16,890
Disposals	(5,415)	(1,112)	(776)	(3,097)	(10,400)
Balance at December 31, 2000	<u>106,966</u>	<u>61,147</u>	<u>19,797</u>	<u>4,358</u>	<u>192,268</u>
Accumulated Depreciation					
Balance at December 31, 1999	1,493	5,278	3,729	-	10,500
Charged for the period	2,326	4,889	2,800	-	10,015
Depreciation on disposals	(35)	(149)	(107)	-	(291)
Balance at December 31, 2000	<u>3,784</u>	<u>10,018</u>	<u>6,422</u>	<u>-</u>	<u>20,224</u>
Net book value at December 31, 1999	<u>106,708</u>	<u>50,817</u>	<u>12,838</u>	<u>4,915</u>	<u>175,278</u>
Net book value at December 31, 2000	<u>103,182</u>	<u>51,129</u>	<u>13,375</u>	<u>4,358</u>	<u>172,044</u>
The Company	Land and buildings BGN'000	Plant and equipment BGN'000	Vehicles and other BGN'000	Construction in progress BGN'000	Total BGN'000
Cost/fair value					
Balance at December 31, 1999	19,961	4,500	4,788	191	29,440
Additions	885	464	547	1,081	2,977
Disposals	(14,646)	(1,288)	(60)	(66)	(16,060)
Transfers	-	-	-	(756)	(756)
Balance at December 31, 2000	<u>6,200</u>	<u>3,676</u>	<u>5,275</u>	<u>450</u>	<u>15,601</u>
Accumulated Depreciation					
Balance at December 31, 1999	805	1,948	1,352	-	4,105
Charged for the period	663	851	1,059	-	2,573
Depreciation on Disposals	(1,221)	(539)	(35)	-	(1,795)
Balance at December 31, 2000	<u>247</u>	<u>2,260</u>	<u>2,376</u>	<u>-</u>	<u>4,883</u>
Net book value at December 31, 1999	<u>19,156</u>	<u>2,552</u>	<u>3,436</u>	<u>191</u>	<u>25,335</u>
Net book value at December 31, 2000	<u>5,953</u>	<u>1,416</u>	<u>2,899</u>	<u>450</u>	<u>10,718</u>

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS**December 31, 2000 and 1999****(continued)****3. Fixed assets (continued)**

All disposals of the Company's fixed assets in 2000 have been eliminated as intra group transactions. The Group's disposals consist mainly of a number of fuel-filling stations sold to third parties.

As a result of the current economic environment in the country, the Management has taken the decision to temporarily suspend the activities of a number of commercial subdivisions, which has led to an increase in the efficiency of the usage of the remaining part of the subdivisions and the cash flows generated by them. The carrying value of the subdivisions not used at their full capacity as at December 31, 2000 amounts to BGN 23,284 thousand. The Management has also decided to lend another part, which has not material effect on the Group's operations, to third parties (see note 30.8). However, if in the foreseeable future the steps undertaken by the Management in respect of the subdivisions under question appear to be insufficient, impairment might be necessary.

4. Equity and other long-term investments**The Group**

	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Equity investments		
Vratsata OOD	-	515
Petrol Cart Service	236	137
Petrol Trans Express	50	-
Petrol Engineering	33	33
Sportelite AD	17	17
Neftochimik AD	17	-
Welding 2001 AD	9	-
Other equity investments	<u>213</u>	<u>-</u>
	<u>575</u>	<u>702</u>
Other long term investments		
Russian long-term government bonds in USD (PRIN's)	-	3,066
Russian long-term government bonds in USD (IAN's)	<u>-</u>	<u>59</u>
	<u>-</u>	<u>3,125</u>
Total	<u>575</u>	<u>3,827</u>

Other equity investments as of December 31, 2000 to the amount of BGN 213 thousand represent shares in affiliated undertakings, which are not a controlling interest. These investments are stated at cost less provision for permanent diminution in value.

Naftex Petroleum Bulgaria AD

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

4. Equity and other long-term investments (continued)**The Company**

	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Equity investments		
International Consortium Bulgaria AD	70,594	70,594
Neftinvestbank AD	8,212	8,050
Petrol AD	4,332	-
DLA Bottling OOD	2,569	2,569
Interhotel Bulgaria EOOD	300	-
Izvor OOD	27	26
Provisions	(27)	(26)
Sportelite AD	17	17
ALG OOD	5	5
Air Lazour AD	3	3
Ros oil AD	-	-
	<u>86,032</u>	<u>81,238</u>
Other long term investments		
Russian long-term government bonds in USD (PRIN's)	-	3,066
Russian long-term government bonds in USD (IAN's)	-	59
ZUNK government bonds	-	49
	<u>-</u>	<u>3,174</u>
Total	<u>86,032</u>	<u>84,412</u>

As at December 31, 1999 the Russian long-term government bonds (so called PRIN bonds) have a face value of BGN 19,469 thousand (USD 10,000 thousand) and a market price amounting to BGN 3,066 thousand and maturity date of December 15, 2020. The IAN bonds held at December 31, 1999 have a face value of BGN 328 thousand (USD 168,385) and market price as of December 31, 1999 amounting to BGN 59 thousand.

5. Goodwill

Goodwill stated in the consolidated financial statements as at December 31, 2000 is comprised of goodwill reported at December 31, 1999, further adjusted to reflect the ultimate effect of present and future acquisitions of shares in two subsidiary companies, namely Petrol AD and International Consortium Bulgaria AD, as previously disclosed in note 1.2 – Subsidiary companies.

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

5. Goodwill (continued)

No amortization is provided on goodwill for the twelve months ended December 31, 2000, as it is the policy of the Group to estimate the recoverable amount of goodwill at the end of each accounting period, in compliance with the requirements of IAS 36, Impairment of Assets. Additionally, the amortization expense reported in the year ended December 31, 1999 has been reversed to retained earnings in the current year's financial statements to conform to the new policy adopted (see also note 1.2). The movements in goodwill during the year ended December 31, 2000 are as follows:

	BGN '000
Initial cost of goodwill	2,883
Accumulated amortization	<u>(240)</u>
Carrying amount of goodwill at December 31, 1999	<u>2,643</u>
Reversal of amortization for 1999	240
Adjustment to the carrying amount of goodwill	<u>(1,995)</u>
Carrying amount of goodwill at December 31, 2000	<u>888</u>

Goodwill might be subject to subsequent adjustments, as discussed in details in note 1.2 – Subsidiary companies.

6. Stocks

Stocks consist of the following:

The Group

	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Fuel and lubricants	45,526	32,889
Crude oil	-	23,554
Other	<u>3,622</u>	<u>5,164</u>
Total	<u>49,148</u>	<u>61,607</u>

The Company

	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Crude oil	-	23,554
Fuel and lubricants	19,816	1,808
Other	<u>18</u>	<u>23</u>
Total	<u>19,834</u>	<u>25,385</u>

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

7. Long-term and short-term loans

Long-term and short-term loans to the total amount of BGN 27,541 thousand and BGN 40,006 thousand as of December 31, 2000 and 1999, respectively, are granted by the Group to different Bulgarian entities in accordance with the requirements of BNB.

Long-term and short-term loans granted by the Group can be analyzed as follows:

A. Analysis of loans by sectors

i) By type of customer

The Group (banking sector)	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Loans to:		
Private enterprises	26,300	33,832
State-owned enterprises	3,614	6,686
Households and individuals	542	165
	<u>30,456</u>	<u>40,683</u>
Less provisions for losses	<u>(2,915)</u>	<u>(677)</u>
Total	<u>27,541</u>	<u>40,006</u>

ii) By industrial sectors

The Group (banking sector)	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Manufacturing	11,395	8,488
Trade	8,846	20,275
Other industry sectors	<u>10,215</u>	<u>11,920</u>
	<u>30,456</u>	<u>40,683</u>
Less provisions for losses	<u>(2,915)</u>	<u>(677)</u>
Total	<u>27,541</u>	<u>40,006</u>

B. Maturity of loans

The Group (banking sector)	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Up to 3 months	10,737	14,225
From 3 months to 1 year	14,106	15,887
From 1 year to 5 years	<u>5,613</u>	<u>10,571</u>
	<u>30,456</u>	<u>40,683</u>
Less provisions for losses	<u>(2,915)</u>	<u>(677)</u>
Total	<u>27,541</u>	<u>40,006</u>

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

7. Long-term and short-term loans (continued)

C. Interest rate sensitivity

All of the loans in Bulgarian lev outstanding at December 31, 2000 and 1999 bear interest at variable rates. Under the terms of such loans, the interest rate on respective loans is calculated as the official base interest rate on the Bulgarian money market plus a set margin. The margin varies from 2 to 12 percentage points based on the credit risk associated with the borrower. The penalty rates for late payment vary from 5 to 10 percentage points. The official base interest rate reflects the market interest rate achieved on the weekly auctions for short-term government securities, held by BNB as an agent of the Bulgarian government.

Interest rates on loans denominated in foreign currencies are determined on the base of 3 month LIBOR plus a margin from 6 to 8 percentage points.

Loans granted are generally secured by financial or other assets or promissory notes. Substantial number of loans is insured against credit risk with a major Bulgarian Insurance company.

Effectively from January 1, 2000, changes regarding recognition of collateral on loans are introduced by BNB on the evaluation of risk exposures of banks and the respective allocation of provisions to cover the related risk. According to the revised regulation, all Bulgarian banks are allowed to recognize as collateral on loans, for the purpose of assessment of provisions, only collateral related to mortgages of apartments, houses or other buildings with similar functions, cash deposits, government securities and gold. The increased amount of provisions as of December 31, 2000 is due to the application of the requirements of the new regulations (see note 22).

The Company

As at December 31, 2000 long-term receivables amounting to BGN 14,125 thousand include a long-term loan granted by the Company to one of its subsidiaries for the purposes of financing its investment program, and other amounts receivable by the same subsidiary. These receivables are eliminated in the consolidated financial statements as intra group balances.

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

8. Receivables, net

The Group	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Receivables from related parties	19,620	5,751
Trade debtors, net	21,097	64,711
Advances to suppliers	2,671	2,961
Taxes receivable	4,128	2,048
Litigation	1,077	1,468
Other loans granted (trade sector)	1,031	-
Receivables under repurchase agreement	178	-
Other debtors, net	<u>6,568</u>	<u>4,698</u>
Total	<u>56,370</u>	<u>81,637</u>

The Company	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Receivables from related parties	25,529	37,415
Trade debtors, net	17,171	60,826
Advances to suppliers	2,102	1,947
Other loans granted	1,031	-
Taxes receivable	2,523	1,728
Litigation	853	1,260
Other debtors, net	<u>4,096</u>	<u>2,706</u>
Total	<u>53,305</u>	<u>105,882</u>

Receivables from related parties are further disclosed in note 28.

Trade debtors balances primarily include receivables in BGN from several recurring clients of the Company as of December 31, 2000 and 1999.

Irrespective of the availability of collateral for all trade receivables as at December 31, 2000 the Company has overdue receivables, due to which allowances for bad and doubtful debts amounting to BGN 620 thousand have been charged to the income statement (1999: BGN 4,868 thousand).

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

December 31, 2000 and 1999

(continued)

9. Government securities in dealing portfolio

The Group (banking sector)

	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Short-term Bulgarian government bonds in BGN	1,409	2,741
Long- and middle-term Bulgarian Government bonds in BGN	3,613	5,197
Bills of lading	717	-
Long-term Bulgarian government bonds denominated in USD	100	139
Corporate and other securities	<u>118</u>	<u>127</u>
Total	<u>5,957</u>	<u>8,204</u>

10. Cash

The Group

	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Trade sector		
Cash on hand	601	475
Cash at banks	<u>9,569</u>	<u>10,157</u>
Total trade sector	<u>10,170</u>	<u>10,632</u>
Banking sector		
A. Cash, nostros and balances with BNB		
Cash on hand	3,838	6,910
Nostro accounts with banks	2,608	5,899
Balances with BNB	10,291	13,555
Provisions for cash	<u>(224)</u>	<u>(232)</u>
Total	<u>16,513</u>	<u>26,132</u>
B. Placements with, and loans and advances to other banks and brokers (less provisions)	<u>7,160</u>	<u>11,650</u>
Total banking sector	<u>23,673</u>	<u>37,782</u>
Grand Total	<u>33,843</u>	<u>48,414</u>

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

10. Cash (continued)

Balances with BNB include minimum, non-interest bearing reserves, amounting to BGN 1,637 thousand and BGN 6,028 thousand as of December 31, 2000 and 1999, respectively, as required by BNB regulations, calculated as a percentage of the deposit base. No restrictions have been imposed by BNB for using the minimum reserves, other than the charge of interest in case reserves fall below the minimum requirements.

As of December 31, 1999 the balance of the placements with, and loans and advances to other banks, includes deposits which serve as collateral for dealing operations of the Bank amounting to BGN 6,768 thousand (USD 3,256,536 and GBP 136,153). Such amounts are excluded from cash and cash equivalents for cash flow purposes.

Cash pledged as collateral

The cash balances at December 31, 2000 and 1999 can be analyzed as follows:

	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Cash and cash equivalents at the end of period	33,843	48,414
Cash pledged as collateral	-	(6,768)
Cash and cash equivalents available	<u>33,843</u>	<u>41,646</u>

The Company

	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Cash on hand	22	25
Cash at banks	<u>2,489</u>	<u>8,372</u>
Total	<u>2,511</u>	<u>8,397</u>

11. Financial assets and liabilities from dealing operations

No financial assets and liabilities from dealing operations have been reported in the consolidated financial statements as at December 31, 2000, as under the decision of the Board of Directors from September 5, 2000 the Company has ceased trading with futures and options. The net result of such transactions during 2000 is included in the statement of operations for the year, as further disclosed in note 23.

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

11. Financial assets and liabilities from dealing operations (continued)

During 1999 the Company has traded with futures and options contracts for CRUDE OIL, EURO, YEN, GBP, DJIA and CHF on the Chicago Commodity Exchange via two clearing houses – GNI Ltd. and REFCO Ltd.

The open positions at December 31, 1999 under futures and options contracts concluded in USD, are reported in the balance sheet as financial assets and liabilities from dealing operations, and are the following:

	December 31, 2000 BGN'000 Assets	December 31, 2000 BGN'000 Liabilities	December 31, 1999 BGN'000 Assets	December 31, 1999 BGN'000 Liabilities
GNI Ltd.				
CRUDE OIL futures contracts	-	-	29,277	29,166
EURO futures contracts	-	-	93,956	94,447
	-	-	123,233	123,613
REFCO Ltd.				
EURO futures contracts	-	-	44,506	44,632
Total	-	-	167,739	168,245

12. Creditors

The Group

	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Payables to related parties	80,596	69,115
Trade creditors	12,369	62,091
Bank loans (trade sector)	26,490	80,309
Payables to the budget	9,345	16,010
Payables to the personnel	2,057	1,452
Accruals	2,054	1,957
Repurchase agreement	1,603	-
Social security payables	920	947
Advances received	768	2,003
Provisions for off balance-sheet engagements (banking sector)	501	9
Other creditors	4,759	1,984
Total	141,462	235,877

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

12. Creditors (continued)

As at December 31, 2000 and 1999 the Group has utilized the following bank loans:

	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
SG Expressbank	10,364	516
Bulgarian Post Bank	15,090	500
United Bulgarian Bank	1,036	1,418
BNP Dresdnerbank	-	<u>77,875</u>
Total	<u>26,490</u>	<u>80,309</u>

The reported at December 31, 2000 short-term interest-bearing loans include current liabilities on revolving bank loans obtained, with maturity within one year. The interest on the loans is agreed to be the base interest rate plus a set margin, which is between 3 to 5 percentage points. The loans are secured by a deed of pledge of inventories, cash and fixed assets.

The Company

	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Payables to related parties	135,525	87,755
Trade creditors	6,506	58,727
Payables to the budget	4,210	6,419
Bank loans	-	78,345
Payables to the personnel	594	75
Repurchase agreement	-	2,580
Other creditors	<u>745</u>	<u>630</u>
Total	<u>147,580</u>	<u>234,531</u>

Payables to related parties are further disclosed in note 28.

Trade creditors balance includes primarily liabilities to suppliers of fuel at December 31, 2000 and 1999.

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

December 31, 2000 and 1999

(continued)

13. Amounts owed to depositors

A. Analysis by type of customer

The Group (banking sector)	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Deposits from:		
State-owned companies and enterprises	14,056	38,276
Private companies and enterprises	8,388	11,539
Banks	319	578
Households and individuals	<u>5,641</u>	<u>3,621</u>
Total	<u>28,404</u>	<u>54,014</u>

B. Analysis by maturity

The Group (banking sector)	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Demand deposits	9,269	36,458
Term deposits up to 1 month	3,583	2,375
Term deposits up to 3 month	12,515	11,313
Term deposits up to 6 month	2,262	1,459
Term deposits up to 1 year	775	1,210
Term deposits over 1 year	-	1,199
Total	<u>28,404</u>	<u>54,014</u>

As of December 31, 2000 the amounts due to depositors have decreased almost twice compared to December 31, 1999. This is due to the significant withdrawal of deposits from one major depositor.

A significant part of the amounts due to depositors as of December 31, 2000 is held by five depositors. The total deposits held by these depositors, including current accounts and term deposits amount to BGN 16,845 thousand, or approximately 59 % the of balance of amounts due to depositors.

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

14. Share capital

Authorized and issued share capital at December 31, 2000, at nominal value, is BGN 73,760 thousand and is divided into 368,800 voting shares with a par value of BGN 200 each. Share capital is reported in these consolidated financial statements after hyperinflation restatement at BGN 86,195 thousand. During 2000 the share capital was increased through the issuance of 250,800 new shares with nominal value of BGN 200 each, subscribed to and paid by Naftex Oil Trading Ltd.

As at December 31, 2000 the shareholders of the Company are Naftex Oil Trading Ltd., registered in the British Virgin Islands and possessing 68 % of the share capital, Naftex Finkonsult Ltd., registered in Cyprus and owning 24 % of the Company's share capital and Atako Establishment, registered in Liechtenstein and possessing 8 % of the share capital.

15. Additional capital

Additional capital at December 31, 2000 includes transformed subordinated term debt of the Company to two of the main shareholders to the amount of BGN 22,779 thousand. The transformation of debt to additional capital has been made following the decision of the Supervisory Board taken within the scope of the authorities of the Board, and in accordance with the Company's Article of Association accepted and approved at the General Meeting of the shareholders held on September 30, 2000, and after the written approval of the shareholders.

16. Minority interest

The Group

	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Minority interest in share capital	95,683	72,177
Minority interest in reserves	1,966	7,430
Minority interest in income statement	<u>652</u>	<u>6,394</u>
Total	<u>98,301</u>	<u>86,001</u>

The minority interest in share capital has increased substantially due to the increase of the paid-in share capital of the subsidiary company Neftinvestbank AD on one hand, and on the other hand, the decrease of the Group's share in the equity of the Bank during 2000. Accordingly, as a result of the change in the shareholders' structure of the subsidiary, the share in the accumulated deficit of the Bank attributable to the minority interest has also increased.

Further more changes result from the statement of the minority interest in the subsidiaries Petrol AD and International Consortium Bulgaria AD at December 31, 2000 on a cash basis, as previously explained in note 1.2 – Subsidiary companies.

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

17. Revenue from sales

The Group	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Fuels and lubricants	729,881	458,296
Crude oil sales	223,780	289,923
Sale of services and other sales	22,987	29,504
Interest and similar income from banking activity, net	5,264	4,076
Income from fees and commissions from banking activity, net	1,464	1,291
Income from dealing securities from banking activity, net	139	999
Total	<u>983,515</u>	<u>784,089</u>

The Company	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Fuels and lubricants	501,203	351,369
Crude oil sales	226,494	290,475
Sale of services and other sales	20,010	15,491
Total	<u>747,707</u>	<u>657,335</u>

18. Cost of goods and fixed assets sold

The Group	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Fuels and lubricants	630,603	420,526
Crude oil	221,568	283,641
Other	9,467	14,905
Total	<u>861,638</u>	<u>719,072</u>

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

18. Cost of goods and fixed assets sold (continued)

The Company	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Fuels and lubricants	484,844	343,547
Crude oil	221,718	283,641
Other	<u>14,396</u>	<u>2,170</u>
Total	<u>720,958</u>	<u>629,358</u>

Cost of fuel represents purchases of fuel imported or refined in the country for sale to third parties.

The cost of crude oil represents costs of crude oil delivered for refining in Bulgaria and Petromedia, Romania.

19. Hired services

The Group	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Fees, commission and taxes paid	4,726	410
Insurance	3,694	1,073
Security and cash dispatches to bank	3,270	22
Advertising	3,085	78
Rent and services from banking activity	2,508	2,223
Repairs	2,170	160
Freight, shipping and transport services	1,985	2,701
Civil contracts and consultancy	1,223	331
Office cars and airplane maintenance	959	605
Rent	90	71
Other	<u>3,165</u>	<u>1,391</u>
Total	<u>26,875</u>	<u>9,065</u>

The reported hired services for the twelve months ended December 31, 2000 significantly differ from those reported for the same period of 1999, due to the fact that the subsidiary Petrol AD has been included in the consolidated financial statements for the year ended December 31, 1999 since the day of its acquisition of the Group on July, 31, 1999.

*Naftex Petroleum Bulgaria AD***NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS****December 31, 2000 and 1999****(continued)****19. Hired services (continued)****The Company**

	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Fees, commission and taxes paid	2,462	344
Freight, shipping and transport services	2,269	2,563
Civil contracts and consultancy	1,032	331
Advertising	456	78
Office cars and airplane maintenance	422	336
Insurance	332	217
Other	<u>712</u>	<u>801</u>
Total	<u>7,685</u>	<u>4,670</u>

20. Staff cost**The Group**

	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Salaries and wages	17,766	9,583
Social security contributions	<u>10,647</u>	<u>4,895</u>
Total trading activity staff cost	28,413	14,478
Banking activity staff cost	<u>1,959</u>	<u>1,661</u>
Total	<u>30,372</u>	<u>16,139</u>

The significant difference in the reported staff costs for the years ended December 31, 2000 and 1999 is due to the inclusion of only five months of the results and operations of the subsidiary Petrol AD in 1999, as previously discussed in note 19.

The Company

	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Salaries and wages	866	939
Social security contributions	<u>695</u>	<u>694</u>
Total	<u>1,561</u>	<u>1,633</u>

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

21. Depreciation and amortization

Depreciation on fixed assets for the twelve months ended December 31, 2000 is determined based on their fair values or cost, further adjusted for the effects of hyperinflation, for those acquired before 1998.

No amortization on goodwill has been charged in the consolidated financial statements for the year ended December 31, 2000, as discussed in note 1.2 – Subsidiary companies and note 5 – Goodwill.

The depreciation expense for the year ended December 31, 1999, amounting to BGN 6,851 thousand includes depreciation on fixed assets of BGN 6,611 thousand and amortization on goodwill of BGN 240 thousand (see also note 5). Depreciation is determined based on the amount of the cost of the fixed assets, as restated for hyperinflation, where necessary. Additionally, depreciation expense for the five months ended December 31, 1999 is charged on the fair value of the fixed assets of International Consortium Bulgaria AD following the acquisition of Petrol AD by the Group.

22. Other expenses, net

The Group	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Penalties charged	3,407	4,833
Shortages of assets, net	2,763	-
Debts write-off and other	192	631
Allowances for bad debts, net	144	3,898
Penalties received	(610)	(805)
Other (income) expenses		
from trade sector, net	2,949	1,855
Loan loss and other provisions charged from		
banking sector, net	2,687	377
Total	<u>11,532</u>	<u>10,789</u>

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

22. Other expenses, net (continued)

The Company	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Penalties charged	1,543	4,809
Penalties received	(417)	(776)
Allowances for bad debts, net	47	3,896
Debts write-off and other	183	563
Shortages of assets, net	694	15
Other (income) expenses	<u>327</u>	<u>327</u>
Total	<u>2,377</u>	<u>8,834</u>

23. Financial income/(cost), net

The Group	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Dealing operations gain/(loss), net	(52,953)	(35,681)
Interest expenses, net	(377)	(2,298)
Income from associates	112	-
Dealing securities gain/(loss), net	2,720	1,876
Bank commissions and other financial costs from trade sector, net	<u>(253)</u>	<u>(268)</u>
Total	<u>(50,751)</u>	<u>(36,371)</u>

The Company	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Dealing operations gain/(loss), net	(52,953)	(35,681)
Interest expenses, net	(1,742)	(1,784)
Dealing securities gain/(loss), net	2,730	(3,335)
Bank commissions and other financial costs, net	<u>(798)</u>	<u>(1,059)</u>
Total	<u>(52,763)</u>	<u>(41,859)</u>

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS

December 31, 2000 and 1999

(continued)

23. Financial income/(loss), net (continued)

The net dealing operations loss during 2000 and 1999 has resulted from trading with financial instruments and comprises the following:

The Company	December 31, 2000 USD'000	December 31, 1999 USD'000
Transaction		
EURO futures contracts	(13,298)	(1,793)
Oil futures contracts	(9,052)	(19,549)
Oil options	(2,978)	1,676
EURO options	(256)	945
Unleaded petrol futures options	254	-
Dow Jones futures contracts	200	63
Dow Jones options	35	-
GBP futures contracts	-	24
JPY futures contracts	-	(7)
CHF futures contracts	-	19
JPY options	-	258
GBP options	-	14
Total	<u>(25,095)</u>	<u>(18,350)</u>

24. Exchange rate gain/(loss), net

The Group	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Exchange rate gain	45,128	17,204
Exchange rate loss	(51,191)	(21,176)
Exchange rate gain/(loss) from banking activity, net	<u>1,760</u>	<u>1,348</u>
Total	<u>(4,303)</u>	<u>(2,624)</u>

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

24. Exchange rate gain/(loss), net (continued)

The Company	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Exchange rate gain	44,919	18,858
Exchange rate loss	<u>(51,554)</u>	<u>(22,115)</u>
Total	<u>(6,635)</u>	<u>(3,257)</u>

25. Income taxes

Company's subsidiaries, except for Neftinvestbank AD, Petrol AD and Ros Oil, have not accrued any tax expenses, as under Bulgarian accounting legislation they have reported a loss for the year ended December 31, 2000. Deferred tax income results from the change of carrying amounts of deferred tax assets and deferred tax liabilities.

The deferred tax liability reported in these consolidated financial statements is based on the consolidated carrying amounts of assets and liabilities of the Group.

Temporary differences at December 31, 2000 and December 31, 1999 are comprised of:

	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
Deferred tax assets:		
Tax loss carried forward	44,663	14,363
Receivables	28,058	17,935
Inventory	318	176
Other assets	<u>369</u>	<u>3,509</u>
	<u>73,408</u>	<u>35,983</u>
Deferred tax liabilities:		
Restatements of fixed assets	23,075	34,026
Liabilities	27,704	19,197
Tax concession	3,255	6,020
Restatements of investments	<u>-</u>	<u>1,144</u>
	<u>54,034</u>	<u>60,387</u>
Deferred tax liability/(asset) before provision, net	(19,374)	24,404
Provision on tax benefit accrued	<u>1,189</u>	<u>5,533</u>
Deferred tax liability/(asset), net	<u>(18,185)</u>	<u>29,937</u>

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

25. Income taxes (continued)

The major components of the recorded income tax are the following:

	December 31, 2000 BGN'000	December 31, 1999 BGN'000
IAS profit/(loss) before income tax	(27,088)	(26,914)
Add back IAS adjustments	26,410	4,145
Statutory profit/(loss) before IAS adjustments and before income tax	<u>(678)</u>	<u>(22,769)</u>
Statutory permanent differences	3,483	628
Tax loss utilized	(2,085)	(2,304)
Current year tax loss carried forward	<u>35,383</u>	<u>39,813</u>
Statutory taxable profit	36,103	15,368
Applicable statutory tax rate	32.5 %	34.3 %
Current tax at the applicable tax rate	(11,734)	(5,271)
Deferred tax benefit relating to the origination and reversal of temporary differences	49,311	16,243
Provision on tax benefit accrued	(1,189)	(5,533)
Deferred tax credited to equity	<u>(5,647)</u>	<u>-</u>
Deferred tax income	<u>42,475</u>	<u>10,710</u>
Income tax benefit/(expense)	<u>30,741</u>	<u>5,439</u>

Deferred tax calculations for the current year have been performed applying a tax rate of 28 %, whereas for the year ended December 31, 1999 an average rate of 33.085 % has been used.

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

25. Income taxes (continued)

Movements in deferred tax liability can be analyzed as follows:

	Year ended December 31, 2000 BGN'000	Year ended December 31, 1999 BGN'000
Deferred tax liability at the beginning of the period	29,937	8,418
Deferred tax liability arisen on the acquisition of Petrol AD	-	32,229
Deferred tax related to items credited to equity	(5,647)	-
Deferred tax income related to the origination and reversal of temporary differences	(39,063)	(15,652)
Effect from reduction in tax rate	(4,601)	(591)
Provision accrued on tax benefit	<u>1,189</u>	<u>5,533</u>
Deferred tax liability/(asset) at the end of the period	<u>(18,185)</u>	<u>29,937</u>

Provisions on tax benefit at December 31, 2000 are related to the non-recognition of deferred tax assets, arising from tax losses carried forward of two of the subsidiary companies. These tax losses were not recognized in year 1999 as well, and the amount of the tax benefit provision was BGN 1,093 thousand.

Additionally, in 1999 the Company has accrued a provision of BGN 4,440 thousand, related to the write-off of deferred tax assets of the Company and the Bank to the amount of BGN 4,065 thousand and BGN 375 thousand, respectively, arisen in 1999, which recoverability was uncertain according to the Management. In general in 1999 the Company has prudently recognized deferred tax assets arising from tax losses carried forward only to the extent of the available at December 31, 1999 taxable temporary differences.

However, in compliance with IAS 12 (revised 2000), Income Taxes, the Company has to re-assess at each balance sheet date previously unrecognized deferred tax assets. As a result of this during the year ended December 31, 2000 the Company has recognized a deferred tax asset amounting to BGN 3,571 thousand (the amount of the unrecognized deferred tax asset in 1999, as mentioned above, was BGN 4,065 thousand at the rate of 31.871 %), as at the date of the issue of the consolidated financial statements for the year ended December 31, 2000 it has become probable that future taxable profit will allow the deferred tax asset to be recovered.

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

25. Income taxes (continued)

This consideration of Management is evidenced by the increasing profits from operations in the recent years, including the six months ended June 30, 2001. Additionally, it is obvious that the reported accounting losses of the Company for the years ended December 31, 2000 and 1999 arise from dealing operations, which have been ceased under the decision of the Management on September 5, 2000 (see also note 11). Finally, it is the clear intention of Management to fully utilize the Company's tax losses before they expire.

During the year ended December 31, 1999 another subsidiary of the Company reported a statutory tax loss to be carried forward, amounting to BGN 82,879 thousand, which was not recognized by the Group as deferred tax asset, as then it was not probable that future taxable profit would allow the deferred tax asset to be recovered. The tax loss arises from the devaluation of shares to their market value in compliance with the statutory accountancy regulations. The Company's subsidiary was established in 1999 for the purpose of the privatization of another subsidiary company, and consequently, it had neither business operations, nor cash flows. However, as at the date of the issue of the consolidated financial statements for the year ended December 31, 2000, the subsidiary has started trading activities and generates profits and cash flows (see note 30.7), which the Management of the Group is convinced will be sufficient to recover in the near future the previously not recognized tax loss. The tax effect of the previously unrecognized tax loss carried forward included in the calculation of deferred tax for the year ended December 31, 2000 is BGN 23,206 thousand.

The Group's tax losses carried forward as at December 31, 2000 expire in the following years:

Year	BGN'000
2002	62
2003	1,543
2004	122,524
2005	<u>35,383</u>
Total	159,512
Less provisions on tax losses not recognized	
2002	(62)
2003	(1,229)
2004	(773)
2005	<u>(2,180)</u>
Total provisions	(4,244)
Total tax losses recognized	<u>155,268</u>

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS**December 31, 2000 and 1999****(continued)****26. Earnings per share**

Earnings per share are calculated based on the net result reported and the weighted average number of the ordinary shares during the reported period.

	December 31, 2000	December 31, 1999
Average number of shares	264,300	118,000
Profit/(loss) for the period (BGN'000)	3,001	(27,869)
Earnings per share (BGN)	11	(236)

27. Commitments and contingencies

According to the Regulations for the State and War-time Reserve Storage, adopted by Decree № 312 of the Council of Ministers in 1996, the subsidiary Petrol AD has liabilities to the State Reserve by means of storage, safekeeping and refreshing of petrol products. While performing such activity certain contingent liabilities might arise concerning payment of wastage for safekeeping of oil products, in case such wastage occurs. No provisions have been accrued for such liabilities.

The Group has entered into a contract with the Ministry of Trade and Tourism to purchase three motels, a property of "Serdicom" AD, for USD 1,005 thousand. In respect of the provisions of the contract, the Company is committed to incur capital expenditure of USD 2,300 thousand (for 2000: USD 300 thousand). Due to the fact that no capital expenditure has been incurred in relation to the obligations under the contract, possibilities for penalties exist. Capital expenditure has been hampered due to the unexpected conditions of the purchased motels.

As of December 31, 2000 one of the Company's subsidiaries contractually accepted to grant loans to customers under revolving and other credit facilities in the amount of BGN 10,131 thousand. Disbursement of this amount is dependent on customers' ability to meet various criteria, including no record of overdue payments on previously granted loans, offering of collateral with specified quality and liquidity.

As at December 31, 2000 the Group has granted guarantees to the amount of BGN 17,172 thousand, issued in favour of third parties and secured by amounts in current and deposit accounts of companies with the Group, mortgages or goods pledged as collateral in favour of the Group.

According to a contract signed between one of the subsidiaries and the Agency of Privatization for the purchase of 51 % of the share capital of Petrol AD, the Company is committed to share a joint liability with its subsidiary company for the completion of the investment program to USD 60,000 thousand (see also note 30.6).

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

28. Related parties

During 2000 the Group has entered into transactions with the following related parties:

Naftex Finconsult Ltd., Cyprus	- a shareholder in the Group
Naftex Oil Trading Ltd.	- a shareholder in the Group
Atako Establishment Ltd.	- a shareholder in the Group
Vratsata OOD	- an associate of the Group
Petrol Engineering AD	- an associate of the Group
Petrol Cart Service OOD	- an associate of the Group
Izvor OOD	- a subsidiary company

The transactions performed relate primarily to supplies of crude oil, purchases and sales of other assets, rental services and technical support on the maintenance of electronic systems.

The outstanding balances with related parties at December 31, 2000, are the following:

	Receivables BGN'000	Payables BGN'000
Naftex Oil Trading Ltd.	5,421	66,493
Naftex Finconsult Ltd., Cyprus	11,668	11,668
Petrol Cart Service OOD	1,373	-
Atako Establishment Ltd.	589	2,435
Vratsata OOD	378	-
Izvor OOD	96	-
Petrol Engineering AD	95	-
Total	<u>19,620</u>	<u>80,596</u>

There are no unusual conditions or deviations from the average market prices in these transactions.

29. Financial instruments

The financial instruments of the Group at December 31, 2000 include cash, accounts receivable, accounts payable, equity securities and loans.

Interest rate risk

Interest rate risk is the potential impact of changes in market interest rates on the fair values of assets and liabilities at the balance sheet date and the annual interest income and expense in the income statement. Information about maturity dates and effective interest rates in regards to the loans received and granted are disclosed in the notes to the consolidated financial statements. The interest rates are generally linked to the base interest rate, and the interest rate risk is considered as low.

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

29. Financial instruments (continued)

Foreign exchange risk

The main activities of the Group generally imply certain exposure to foreign exchange risk. However, the fluctuations in the foreign exchange rates are not considered to be significant.

Credit risk

Credit risk is the risk of loss from the default by obligor or counter party. This risk is managed primarily based on reviews of the financial status of each specific counter party. Credit risk is greater when counter parties are concentrated in a single industry or geographical region, or are engaged in similar activities. Information about long-term and short-term loans by industry sectors is disclosed in the note 7 to the consolidated financial statements.

30. Subsequent events

30.1. The Varna District Court by means of a decision dated February 8, 2001 entered into the trade register the decisions of the extraordinarily held on September 30, 2000 General Meeting of the Shareholders of the Company, which were as follows:

- Transition to a two-tier management system
- Registering the Company as a holding
- Change in the name of the Company to Naftex Bulgaria Holding AD

30.2. In March 2001 the tax audit of the Company performed by the Territorial Directorate Large Taxpayers, Varna for the period 1997 to 1999 relating to direct taxes, and for the period April 1997 to September 2000 relating to Value Added Tax was completed, and no material misstatements were discovered.

30.3. In accordance with the provisions of contracts signed by the Company, it is committed to purchase 200,000 shares monthly from the share capital of International Consortium Bulgaria AD. In compliance to the provisions mentioned above as at the date of the issue of the consolidated financial statements for the year ended December 31, 2000, the Company's share in International Consortium Bulgaria AD has increased to 76.11 %.

30.4. In accordance with the provisions of contracts signed by the Company, as at the date of the issue of the consolidated financial statements for the year ended December 31, 2000, the Company's share in Petrol AD owned through subsidiaries and direct investments has increased to 90.35 %.

NOTES TO THE CONSOLIDATED FINANCIAL STATEMENTS
December 31, 2000 and 1999
(continued)

30. Subsequent events (continued)

30.5. As at the date of the issue of the consolidated financial statements the Group has established the following subsidiaries:

Company	Main activity of the subsidiary
Petrol Technika EOOD	Maintenance and other services
Petrol Storage	Operation of petrol depots
Jurex Consult AD	Consultancy services
Naftex Security EOOD	Security services

30.6. As at the date of the issue of the consolidated financial statements for the year ended December 31, 2000 the Agency of Privatization has accepted and confirmed the completion of the investment program for year 2000 in the subsidiary company Petrol AD.

30.7. In May 2001 International Consortium Bulgaria AD has started business activities, which include the wholesale of fuels.

30.8. As at the date of the issue of the consolidated financial statements for the year ended December 31, 2000 some of the non-operating assets, as previously discussed in note 3 – Fixed assets, have been lent to third parties, according to a decision of the Management, subsequent to the balance sheet date.

Anexo III – Implementação do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002 nos diversos Estados-Membros

Implementation of the IAS Regulation (1606/2002) in the EU and EEA (published for information purposes only) Date 25/02/08 1

European Commission	Austria	Belgium	Bulgaria	Cyprus	Czech Rep.	Denmark	Estonia
Final law	Final law	Final law	Final law	Final law	Final law	Final law	Final law
Status of the implementation of IAS							
Article 5(a) of the IAS Regulation							
LISTED COMPANIES							
1. Will your MS use the option to permit IAS in the annual accounts for listed companies?	No	To be examined with tax and legal aspects	No	No	No	Fin. entities: Yes Other entities: Until 2009: Yes After 2009: No	No
2. Will your MS use the option to require IAS in the annual accounts for listed companies?	No	Yes for real estate investment companies (SICAF/BEVAK). For others, to be examined with tax and legal aspects	Yes	Yes	Yes	Fin. entities: No Other entities: Until 2009: No After 2009: Yes	Yes
Article 5(b) of the IAS Regulation							
OTHER COMPANIES							
1. Will your MS use the option to permit IAS in the consolidated accounts for other companies? If yes, what type of companies?	Yes, all companies	Yes, all companies	Yes, for SMEs ¹	No	Yes All types of companies	Yes, all types	Yes All types other than below
2. Will your MS use the option to require IAS in the consolidated accounts for other companies? If yes, what type of companies?	No	Yes, for credit institutions, and investment firms	Yes, for all other type of companies, except SMEs and entities in liquidation and insolvency	Yes, all companies	No	No	Yes. Credit institutions, insurance undertakings, financial holding companies, mixed financial holding companies, investment firms
3. Will your MS use the option to permit IAS in the annual accounts for other companies? If yes, what type of companies?	No	To be examined with tax and legal aspects	Yes, for SMEs	No	No	Yes, all types	Yes, all types other than below
4. Will your MS use the option to require IAS in the annual accounts for other companies? If yes, what type of companies?	No	To be examined with tax and legal aspects	Yes, for all other type of companies, except SMEs and entities in liquidation and insolvency	Yes, all companies	No	No	Yes. Credit institutions, insurance undertakings, financial holding companies, mixed financial holding companies, investment firms
Article 9 of the IAS Regulation							
(a) Will your MS use the option to defer the application of IAS until 2007 for companies whose debt securities only are admitted on a regulated market of any MS?	Yes	Yes	No	No	No	Fin. entities: No Other entities: Yes	No
(b) Will your MS use the option to defer the application of IAS until 2007 for companies whose securities are admitted to public trading in a non-member State and which, for that purpose, have been using internationally accepted standards since a financial year that started prior to the publication of the IAS Regulation in the CJ?	Yes	Yes	No	No	No	No	No
Miscellaneous							
Is earlier adoption (before 2005) of IAS allowed? If yes, for what type of companies/ from when?	Yes, cons. accounts since 1998	Yes, cons. accounts for all companies	a) Yes, has been mandatory for listed companies, banks, insurance and investment undertakings, since 1.01.2003 b) Other companies, has been voluntary since 01.01.2003	Yes all types since 2003	Yes all types of companies	Yes for 2004, The annual and cons. accounts for all costs except for financial costs	Yes All types 01.01.2003

¹ Bulgarian SMEs must use the same accounting framework (IAS or national GAAP) for both annual and consolidated accounts

Implementation of the IAS Regulation (1606/2002) in the EU and EEA (published for information purposes only) Date 25/02/08 2

European Commission		Finland		France		Germany		Greece		Hungary		Ireland		Italy	
Status of the implementation of IAS		Final law		Final law		Final law		Final law		Final law		Final law		Final law	
Article 5(a) of the IAS Regulation															
LISTED COMPANIES															
1. Will your MS use the option to permit IAS in the annual accounts for listed companies?		Yes ²		No		No, but additionally to still required local GAAP		No		No, but additionally to still required local GAAP		Yes		No, even for insurance companies	
2. Will your MS use the option to require IAS in the annual accounts for listed companies?		No		No		No		Yes		No		No		Yes ⁵ , except for insurance companies	
Article 5(b) of the IAS Regulation															
OTHER COMPANIES															
1. Will your MS use the option to permit IAS in the consolidated accounts for other companies? If yes, what type of companies?		Yes ⁴ , all types		Yes		Yes, all types		Yes, some companies ⁴		Yes, all types of companies within the scope of Act of Accounting		Yes, all types		Yes, except for small enterprises and required companies	
2. Will your MS use the option to require IAS in the consolidated accounts for other companies? If yes, what type of companies?		No		No		Yes, companies, which have filed for a listing		No		No		No		Yes, for some companies ⁵	
3. Will your MS use the option to permit IAS in the annual accounts for other companies? If yes, what type of companies?		Yes ^{2,4}		No		No, but additionally to still required local GAAP		Yes, some companies ⁴		No, but additionally to still required local GAAP		Yes, all bar companies not trading for gain		Yes, except for insurance, small enterprises and required companies	
4. Will your MS use the option to require IAS in the annual accounts for other companies? If yes, what type of companies?		No		No		No		No		No		No		Yes, some companies ⁶	
Article 9 of the IAS Regulation															
(a) Will your MS use the option to defer the application of IAS until 2007 for companies whose debt securities only are admitted on a regulated market of any MS?		Yes		Yes		Yes		No		Yes		Yes		No	
(b) Will your MS use the option to defer the application of IAS until 2007 for companies whose securities are admitted to public trading in a non-member State and which, for that purpose, have been using internationally accepted standards since a financial year that started prior to the publication of the IAS Regulation in the OJ?		No		N/A		Yes		No		No		No		No	
Miscellaneous															
Is earlier adoption (before 2005) of IAS allowed? If yes, for what type of companies/ from when?		1. Listed comp's: cons. accounts 30.9.2003 2. Other comp's (not ins. comp's): all accounts 2004		No		Yes, cons. acc. option for listed companies (as from 1998) and for unlisted comp's from 2003		31.12.2004 Yes, some companies ⁴		No, but additionally to still required local GAAP		No		No	

² Finland: Not insurance companies

³ Italy: Listed insurance enterprises must comply with IASs only if they do not draw up consolidated accounts

⁴ Finland and Greece: Companies, which are audited by certified auditors

⁵ Italy: Supervised financial companies; companies with financial instruments widely distributed among the public; insurance companies

⁶ Italy: Supervised financial companies; companies with financial instruments widely distributed among the public

Implementation of the IAS Regulation (1606/2002) in the EU and EEA (published for information purposes only) Date 25/02/08 3

European Commission Status of the implementation of IAS	Latvia Final law	Lithuania Final law	Luxembourg Final law ⁷ Law proposal	Malta Final law	Netherlands Final law	Poland Final law	Portugal Final Law
Article 34(a) of the IAS Regulation LISTED COMPANIES 1. Will your MS use the option to permit IAS in the annual accounts for listed companies? 2. Will your MS use the option to require IAS in the annual accounts for listed companies?	No Yes	No Yes	Yes No	No Yes	Yes No	Yes No	Yes, except for banks and financial institutions Yes, but additionally to still required local GAAP. Only for banks, insurance companies and other financial institutions
Article 34(b) of the IAS Regulation OTHER COMPANIES 1. Will your MS use the option to permit IAS in the consolidated accounts for other companies? If yes, what type of companies? 2. Will your MS use the option to require IAS in the consolidated accounts for other companies? If yes, what type of companies? 3. Will your MS use the option to permit IAS in the annual accounts for other companies? If yes, what type of companies?	Yes, all types (except for banks, insurance commercial companies and other supervised financial institutions) Yes, banks, insurance commercial companies and other supervised financial institutions No	Yes, all types, except insurance companies Yes, for banks and other credit institutions Yes, all types, except insurance companies	Yes No Probably yes, probably all types	No Yes No	Yes, all types Yes, all types Yes, all types	Yes, 1) companies having filed for admission to public trading; 2) any parent comp. being a subs. of another parent ut preparing its cons. acc. in line with IAS Yes, banks Yes, 1) companies having filed for admission to public trading; 2) companies whose parent ut prepares its cons. acc. in line with IAS	Yes, all types Yes, for banks and financial institutions in 2006 Yes, companies within the scope of consolidation of an entity who applies IAS/IFRS
4. Will your MS use the option to require IAS in the annual accounts for other companies? If yes, what type of companies?	Yes, banks, insurance commercial companies and other supervised financial institutions	Yes, for banks and other credit institutions	No	Yes	No	No	No
Article 9 of the IAS Regulation (a) Will your MS use the option to defer the application of IAS until 2007 for companies whose debt securities only are admitted on a regulated market of any MS? (b) Will your MS use the option to defer the application of IAS until 2007 for companies whose securities are admitted to public trading in a non-member State and which, for that purpose, have been using internationally accepted standards since a financial year that started prior to the publication of the IAS Regulation in the CJ? Miscellaneous Is earlier adoption (before 2005) of IAS allowed? If yes, for what type of companies/ from when?	No No Yes, banks, ins. companies, other supervised financial institutions had to use IAS before 2005	No No Yes, for banks and their controlled fin. inst. since 1997	Yes Yes	No No	No No	Yes No	No Derogations on an individual basis

⁷ Luxembourg: final law for banks and insurance companies; law proposal for common law companies

Implementation of the IAS Regulation (1606/2002) in the EU and EEA		(published for information purposes only)				Date 25/02/08		4	
European Commission		Romania	Slovakia	Slovenia	Spain	Sweden	UK		
Status of the implementation of IAS		Final law	Final law	Final Law	Final law	Final law	Final law		
Article 34a of the IAS Regulation LISTED COMPANIES 1. Will your MS use the option to permit IAS in the annual accounts for listed companies?		No, but for purposes of information only. Annual financial statements that are in line with the Accounting Regulations conform to the Fourth Directive are required in the relation with the Government authorities.	Yes, if not companies of public interest ^a	Yes	No	No	Yes		
2. Will your MS use the option to require IAS in the annual accounts for listed companies?		No	Yes, companies of public interest ^a	No	No	No	No		
Article 34b of the IAS Regulation OTHER COMPANIES 1. Will your MS use the option to permit IAS in the consolidated accounts for other companies? If yes, what type of companies?		Yes. According to the Order of the minister of economy and finance no. 2374/2007, the entities applying the Accounting Regulations conform to the European Directives, excepting the entities whose securities are admitted to trading on a regulated market, and which have the obligation to draw up consolidated financial statements, may apply in this regard either IFRS or Accounting Regulations conform to the Seventh Directive.	No	Yes, for companies, other than banks and insurance companies, if so decided by the assembly of the company, but for the minimum period of 5 years	Yes, all types	Yes, all types	Yes, all types of companies except for the charity sector		
2. Will your MS use the option to require IAS in the consolidated accounts for other companies? If yes, what type of companies?		Yes, for credit institutions.	Yes, any type of companies	Yes, for banks and insurance companies	No	No	No		
3. Will your MS use the option to permit IAS in the annual accounts for other companies? If yes, what type of companies?		No, but for purposes of information only. Financial statements that are in line with the Accounting Regulations conform to the Fourth Directive are required in the relation with the Government authorities.	Yes, for those listed companies with securities except banks, which are not those of public interest ^a	Yes, for companies, other than banks and insurance companies, if so decided by the assembly of the company, but for the minimum period of 5 years	No	No	Yes, all types of companies except for the charity sector		
4. Will your MS use the option to require IAS in the annual accounts for other companies? If yes, what type of companies?		No	Yes, for all companies of public interest ^a	Yes, for banks and insurance companies	No	No	No		
Article 9 of the IAS Regulation (a) Will your MS use the option to defer the application of IAS until 2007 for companies whose debt securities only are admitted on a regulated market of any MS?		Yes (starting with the financial statements for 2007 financial year)	No	Yes	Yes, except for banking sector companies	Yes	No		
(b) Will your MS use the option to defer the application of IAS until 2007 for companies whose securities are admitted to public trading in a non-member State and which, for that purpose, have been using internationally accepted standards since a financial year that started prior to the publication of the IAS Regulation in the CJ?		Yes (starting with the financial statements for 2007 financial year)	No	No	No	No	No		
Miscellaneous Is earlier adoption (before 2005) of IAS allowed? If yes, for what type of companies/ from when?		Yes (starting with the financial statements for 2001 financial year), but for purposes of information only.	No	No	No	No	No		

⁸ Companies of public interest mean the banks, Export- Import Bank of Slovak Republic, insurance companies excepting health insurance companies, stock exchange, Office of Slovak Assurors, Slovak Railroads, reinsurance companies, asset management companies and the companies, that at least in two consecutive reporting years fulfil at least two from following three preconditions: gross amount of asset over 5 billions of Slovak Crowns (approximately 149,000,000,- EUR), net turnover over 5 billions of Slovak Crowns and average number of employees over 2000.

European Commission	Ireland	Liechtenstein	Norway
Status of the implementation of IAS	Final law	Final law	Final law
Article 5(a) of the IAS Regulation LISTED COMPANIES 1. Will your MS use the option to permit IAS in the annual accounts for listed companies? 2. Will your MS use the option to require IAS in the annual accounts for listed companies?	Yes, for the years 2005 and 2006 Yes, from 2007	Yes No	Yes No, Under consideration for listed companies that do not prepare consolidated accounts
Article 5(b) of the IAS Regulation OTHER COMPANIES 1. Will your MS use the option to permit IAS in the consolidated accounts for other companies? If yes, what type of companies? 2. Will your MS use the option to require IAS in the consolidated accounts for other companies? If yes, what type of companies? 3. Will your MS use the option to permit IAS in the annual accounts for other companies? If yes, what type of companies? 4. Will your MS use the option to require IAS in the annual accounts for other companies? If yes, what type of companies?	Yes, for medium sized and big companies No Yes, for medium sized and big companies from 2005 No. If the consolidated groups are permitted to use IAS in their consolidated accounts (according to question 1 in 5(b)), the annual accounts of each subsidiary are required to use IAS from 2007 Yes Yes No	Yes, all types No Yes, all types No Yes, all types No Yes No	Yes, all types Yes, all types Yes, all types No Yes, all types No Yes Yes
Article 9 of the IAS Regulation (a) Will your MS use the option to defer the application of IAS until 2007 for companies whose debt securities only are admitted on a regulated market of any MS? (b) Will your MS use the option to defer the application of IAS until 2007 for companies whose securities are admitted to public trading in a non-member State and which, for that purpose, have been using internationally accepted standards since a financial year that started prior to the publication of the IAS Regulation in the OJ? Miscellaneous Is earlier adoption (before 2005) of IAS allowed? If yes, for what type of companies/ from when?	Yes Yes No	No No 31.12.2002 Yes, all types	Yes Yes No